



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 745 - DE 3 A 16 DE AGOSTO DE 2025 - R\$ 5,00



Organizar a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária, contra os ataques dos Estados Unidos e em defesa da soberania nacional do Brasil



Em defesa da autodeterminação do povo palestino e fim do genocídio na Faixa de Gaza!

**A classe operária tem seu programa histórico para
combater e transformar o capitalismo em decomposição**



**do Partido Operário
Revolucionário
do Brasil**



**do Partido Operário
Revolucionário
da Bolívia**



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

**Reconstruir o Partido Mundial da
Revolução Socialista, a IV Internacional**



POR
PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO

Sob os ditames dos Estados Unidos, amplia-se e aprofunda-se a crise mundial

A classe operária tem seu programa histórico para combater e transformar o capitalismo em decomposição

No mesmo momento em que o Estado Sionista de Israel vai às últimas consequências em seu objetivo de anexação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, intensifica-se a guerra na Ucrânia e Trump avança em todo o mundo com a guerra comercial. Os Estados Unidos estão, ora por trás, ora pela frente, em todos os acontecimentos catastróficos.

A carnificina dos palestinos, cercados em seu pequeno território, como em um grande campo de concentração, chocou o mundo com as mortes causadas pela fome. As boas mentes adeptas do humanitarismo tiveram de reconhecer que o povo palestino está diante de um genocídio premeditado pelo Estado de Israel. Já não é possível convencer as mentes minimamente sadias de que a defesa da nação oprimida seria obra do antissemitismo.

A burguesia judia, amparada pelos Estados Unidos e seus aliados, conseguiu demonstrar em todas as dimensões que o sionismo histórico é obra do capitalismo da época imperialista e de sua decomposição. Eis por que o cerco econômico, social e militar aos palestinos, montado, desenvolvido e marcado a fogo e sangue, atinge o mais alto grau na forma de genocídio.

Enterra-se de vez a esperança e a ilusão de que o imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos, estaria disposto a criar um Estado palestino, baseado nos acordos de Oslo. Não tem a menor credibilidade as declarações da França, Reino Unido, Canadá e outros países em favor do fim da guerra e do repisa-do reconhecimento do direito dos palestinos a um Estado.

Essas manobras no campo do próprio imperialismo evidenciam a ampliação e o aprofundamento da crise no Oriente Médio, como parte do processo geral dos antagonismos mundiais entre as forças do capital monopolista e financeiro.

A guerra na Ucrânia se prolonga por três anos e cinco meses, sem que se vislumbre uma solução. Trump, no início de seu mandato, responsabilizou o governo de Joe Biden pela invasão militar da Rússia ao país vizinho, declarou que estaria disposto a negociar algumas exigências de Putin e apresentou condições para a Ucrânia arcar com os gastos bilionários dos Estados Unidos em apoio à resistência montada pelo governo de Zelensky.

O presidente norte-americano chegou a impor um acordo que concede aos Estados Unidos o direito de explorar os recursos minerais, em destaque às terras raras. Não demorou, no entanto, a se verificar que a manobra do imperialismo norte-americano não contava com a anuência das potências europeias, que estavam e estão pelo prolongamento da guerra.

Um acordo com a Rússia teria e tem de contar com a participação da União Europeia. Sendo assim, Putin teria e tem de recuar em sua pretensão de anexar a região ocupada pelas forças russas. Com sua superioridade militar, a Rússia vem conquistando passo a passo o terreno no leste ucraniano e se aproximando de Kiev. As condições para um acordo exigidas pela União Europeia, apoiadas na OTAN, significam que a derrota da Ucrânia se transformaria, na melhor das hipóteses, em uma

semivictória da Rússia. O impasse permanece e as contradições econômicas e geoestratégicas que levaram à guerra permanecem com a ameaça inicial de transbordamento para a Eurásia.

Trump acusa Putin de não facilitar os passos iniciais dados pelos Estados Unidos, retoma o apoio a Zelensky e prepara novas sanções à Rússia. A OTAN foi acionada como guardião. A declaração do seu secretário-geral, Mark Rutte, de que os países que mantiverem comercialização com a Rússia serão sancionados combinou com a guerra comercial desfechada por Trump. China, Índia e Brasil, membros ativos do Brics, encabeçam a lista de Trump-Rutte. Arcam com as mais altas tarifas e as ameaças de maior ataque econômico da parte dos Estados Unidos.

Nesse terreno cheio de contradições e de crescentes conflitos entre estados nacionais, destacam-se os bombardeios de Israel e Estados Unidos ao Irã e a escalada do armamentismo na Europa e na Ásia. A decisão da União Europeia de se rearmar e de ampliar a capacidade militar da OTAN indica o quanto o imperialismo está se preparando para uma guerra de ordem mundial.

A justificativa de que a Rússia a ameaça o ocidente europeu com o expansionismo oculta os objetivos do imperialismo de penetrar na Eurásia. O que está graficamente demonstrado nas causas que levaram à guerra na Ucrânia. Guardando as particularidades, o mesmo processo se manifesta na intervenção de Israel e Estados Unidos na Faixa de Gaza e nos ataques ao Líbano, Síria, Iêmen e, sobretudo, ao Irã.

Quanto mais visíveis se tornam os elos dessa cadeia de choques entre as forças produtivas e os Estados nacionais que se transbordam em guerras, mais urgente se torna a necessidade da classe operária e dos demais trabalhadores de se erguerem com seu programa e a estratégia da revolução social.

A amplitude que alcançou a guerra comercial dos Estados Unidos põe à luz do dia o acúmulo de crises passadas, não resolvidas e adiadas, e a perigosa marcha das tendências bélicas.

As mais distintas frações da burguesia mundial não têm como desviar o curso da confrontação dos Estados Unidos com a China e a Rússia. A adaptação da União Europeia à guerra comercial de Trump, apesar do descontentamento da Alemanha e França, não foi uma simples capitulação. Indicou uma acomodação conjuntural da burguesia europeia, para deixar o campo aberto aos Estados Unidos em seu objetivo de quebrar a China e a Rússia, guardiãs dos interesses capitalistas nacionais em partes significativas da Eurásia. Nesse fogo cruzado, se encontram as nações semicolônias, que devem arcar com o maior peso da decomposição mundial do capitalismo.

Países como Brasil, México e Índia, que alcançaram um grau de desenvolvimento mais elevado e que possuem fartas riquezas naturais, terão de se ajustar à ofensiva econômica e militar dos Estados Unidos e aliados imperialistas. O que resultará em retrocesso e maior submissão ao capital monopolista e financeiro. As massas trabalhadoras padecerão de sofrimentos

CONTINUA →

ainda maiores do que os já vividos. As questões nacionais e sociais se acham intimamente interpenetradas. Sobressaem-se diante da estratégia do imperialismo nas condições de desintegração das relações capitalistas de produção e distribuição.

O programa histórico do proletariado, em sua essência, se assenta na revolução social: na derrubada do poder da burguesia, na derrota do imperialismo, na transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, na economia planificada, na superação das fronteiras nacionais e na harmonização da vida social entre os povos. Está colocada para a classe operária mundial a tarefa de se unir pelo fim das guerras de dominação, contra a guerra comercial e as tendências bélicas encarnadas pelo imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos. Está colocada aos explorados em luta levantar

seus organismos de poder e organizar a frente única anti-imperialista, como instrumento da revolução socialista.

Na situação, há uma defasagem entre o programa e a escassa organização da classe operária, devido à ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista. O reconhecimento da crise de direção é fundamental para a vanguarda com consciência de classe lutar no terreno do programa histórico do proletariado, que tem suas raízes mais profundas na Revolução Russa de outubro de 1917, na edificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e na constituição da III Internacional sob a direção de Lênin e Trotsky. A tarefa de reconstruir a IV Internacional se guia pela aplicação do seu Programa de Transição. Cabe ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) estar à frente desse combate.

Lula e Haddad dizem que poderia ser pior Os trabalhadores devem se pôr em alerta

Poucos dias antes do 1º de agosto – data estipulada por Trump para entrar em vigor as taxações –, os Estados Unidos lançaram a “Ordem Executiva” confirmando a tarifa adicional de 40%, que somados aos 10% originalmente definidos, correspondem aos 50%. Apresentaram uma lista de 694 produtos que seriam exceções e uma que arcará com os 50%.

Ocorre que nove produtos que serão taxados “correspondem cerca de ¼ do valor total que será afetado pela tarifa agregada de 50%. (...) Os produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, com baixo teor de carbono, e o café em grão não torrado e não descafeinado, representam aproximadamente 12% das exportações brasileiras aos Estados Unidos”. A taxa sobre o café e a carne, por si só, carrega o peso e a força do ataque comercial dos Estados Unidos ao Brasil. Ainda sob cálculos de instituições brasileiras, se constata que, em 2024, “o Brasil exportou 40,6 bilhões para os EUA”. Se fosse aplicada a “lista de exceções de Trump teria excluído do tarifação US\$ 17,98 bilhões em produtos (44,55%), enquanto US\$ 22,38 bilhões seriam atingidos”. Portanto, mais de 50% corresponderiam aos produtos taxados.

Certamente, são cálculos preliminares que deverão ser observados a partir do momento em que entrar em vigor a lista dos taxados. Desde já, não se deve duvidar quanto ao duro golpe que o imperialismo norte-americano pôs em marcha contra a economia brasileira: “mais da metade das exportações aos Estados Unidos passará a ser taxada em 50%”. Ainda que outras previsões sejam apresentadas, como a Secretaria do Comércio Exterior, a conclusão de que a economia brasileira se ressentirá profundamente deve ser mantida.



O governo Lula e seu ministro da Fazenda procuram se mostrar aliviados, alimentando a avaliação geral que o pior não ocorreu e que há margem para negociações.

A particularidade do Brasil em meio à guerra comercial desfechada por Trump em 9 de julho está em que os Estados Unidos ostentam um importante superávit comercial. Nesse sentido, não teria motivo para tamanha agressão a um país que historicamente esteve subordinado aos Estados Unidos e que lhes serviu de apoio ao saque perpetrado na América Latina.

A União Europeia e Japão, que compõem o campo das potências imperialistas, se submeteram aos desígnios de Trump. Estabeleceram, assim, uma base sobre a qual se assentarão as tarifas. O Brasil foi posto no patamar mais elevado, com a megatixa de 50%. O motivo desse brutal ataque não se justifica, segundo os próprios cálculos do imperialismo norte-americano, do ponto de vista econômico, da relação bilateral. Está aí por que ressaltam certas particularidades de seu lugar na guerra comercial que, dessa vez, abarcou o conjunto da economia mundial, em referência aos acontecimentos de 2018 a 2025.

As mudanças que vêm sendo realizadas com o programa de taxa de Trump estão apenas no começo. O centro da guerra comercial se encontra no confronto dos Estados Unidos com a China, que inclui a Rússia. Estão em andamento as negociações entre Trump e Xi Jinping. E não se pode desvincular a guerra comercial das guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza.

O agigantamento das tendências bélicas, que vêm impulsionando a reativação geral do complexo industrial-militar

na Europa, reflete o recrudescimento da guerra comercial, que, por sua vez, expressa as contradições entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção e distribuição. É nesse marco que a participação ativa do Brasil no BRICS, que tem por principal esteio a China, se tornou um fator adverso aos interesses mundiais dos Estados Unidos. É inadmissível para a potência dominante que se faça qualquer gesto contra o império do dólar.

Os Estados Unidos têm perdido terreno na economia mundial e sua economia interna se ressentida na forma de declínio e decomposição. Qualquer traço de alinhamento com a expansão da China e, em particular, na América Latina, significa para os Estados Unidos um golpe em sua hegemonia estabelecida no pós Segunda Guerra Mundial.

O Brasil, porém, não tem como seguir o desejado alinhamento norte-americano, uma vez que a economia brasileira se entrelaçou amplamente com a da China. Não se trata apenas da relação comercial. Os capitais da China estão em processo de franca penetração no Brasil e em parte na América Latina.

Os Estados Unidos controlam os principais ramos de produção da economia brasileira. Suas multinacionais ocupam na categoria de filiais o décimo terceiro lugar, segundo o ranking da consultoria Moody's Analytics, entre os cem países em que os Estados Unidos têm maior penetração. Mas o fundamental está no seu extraordinário peso exercido sobre os principais ramos da economia brasileira. Há que se considerar, também, a força do capital financeiro norte-americano sobre o país.

Evidentemente, o avanço da penetração das empresas e capitais chineses se chocam com o predomínio das multinacionais, não só dos Estados Unidos, mas também do conjunto das potências imperialistas. As fontes de matérias-primas estão em disputa e acirram a guerra comercial. Não por acaso, foi colocado em discussão o fato do Brasil possuir a segunda maior reserva de terras raras.

Nesse exato momento, o governo brasileiro se vê premido pela aliança do setor automotivo, controlado pelos Estados Unidos, União Europeia e Japão, que exige limitações à implantação da indústria automobilística chinesa.

Trump passa a atacar os ramos exportadores brasileiros de forma a não só tirar proveito econômico como acirrar as divisões interburguesas internas e tumultuar a política nacional. A aplicação da Lei Magnitsky contra o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, e o alvoroço criado pela família Bolsonaro e seus seguidores do PL, não passam de um reflexo deformado na política brasileira pela guerra comercial, que não é nem gestada, nem impulsionada pelo Brasil.

A tormenta que atinge o Brasil desde o exterior advém da decomposição mundial do capitalismo e da necessidade dos Estados Unidos atacarem os governos e regimes políticos que não os seguem em seu embate com a China e Rússia.

Uma fração da burguesia teve e tem a petulância de culpar a política exterior de Lula pelos ataques de Trump, seguindo a ultradireita bolsonarista. A fração que se uniu ao governo em nome da soberania nacional não é capaz de fazer frente ao imperialismo norte-americano e serve assim de instrumento para condicionar o governo às negociações com Trump, em nome da "racionalidade" e da "prudência".

O governo do PT e sua decomposta frente ampla procuram evitar que a crise abale as bases sociais do país e provoque um levante das massas.

As direções sindicais, camponesas, populares e estudantis vestiram a máscara do nacionalismo burguês e se apegaram a farsa da bandeira de soberania e unidade nacionais. Os governadores opositores e o governo federal se unem em torno à ajuda aos capitalistas prejudicados e prometem proteger os trabalhadores das demissões. Não pode haver a menor dúvida de que a catástrofe econômica que está por vir recairá sobre a classe operária e a maioria oprimida.

Está colocada a luta no seio dos explorados para que arranquem das mãos da burguesia e dos governantes a bandeira de soberania nacional. Para isso, é preciso não só rechaçar a linha traçada pelo governo e assumida pelas direções burocráticas e colaboracionistas de unidade nacional com a burguesia, que não enfrenta o imperialismo e exige do governo racionalidade e disposição de ceder em parte às exigências de Trump, mas também organizar a luta direta dos explorados e constituir a frente única anti-imperialista.

A classe operária tem seu programa para reagir aos ataques do imperialismo e combater internamente a capitulação da burguesia e dos governantes. O programa do proletariado é o da revolução social e seu método é o da luta de classes. É nesse terreno que a maioria oprimida terá como iniciar a defesa de suas condições de existência e avançar no enfrentamento ao grande capital que controla a economia brasileira e a sujeita à dominação imperialista.

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama todas as forças que se reivindicam da luta anti-imperialista e da soberania nacional a pôr em pé um movimento dirigido pela classe operária. O ponto de partida é o da convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, para derrubar os tarifas e as medidas coercitivas às instituições do Estado brasileiro, ditadas por Trump.

Intervenção do POR no ato em frente ao Consulado dos EUA

No dia 1 de agosto, ocorreu pela manhã uma manifestação em frente ao consulado dos EUA em São Paulo convocada pela UNE. As centrais sindicais que planejavam um ato para o mesmo dia às 17h passaram a se incorporar ao chamado estudantil, fazendo uma manifestação unitária. O protesto contou com cerca de 400 pessoas. Nota-se que foi um ato da vanguarda de estudantes e trabalhadores. A base estudantil e da classe operária esteve ausente dessa manifestação, o que dependia da organização prévia de paralisações nos locais de estudo e nas fábricas.

A tônica política da manifestação foi a do pseudo nacionalismo reformista eleitoreiro. Estiveram presentes muitas pessoas de verde

e amarelo, diversas bandeiras do Brasil e até mesmo manifestantes cantando o hino da bandeira. Essa política não é parte da política da classe operária e dos oprimidos. A defesa do país semicolonial contra a metrópole imperialista pode, e deve, ser feita através de uma política de independência de classe, não a de submissão à política da burguesia nacional, que esmaga cotidianamente os trabalhadores.

A convocação dessa manifestação e o combate ao ataque do imperialismo saqueador devem ser somente um primeiro passo no sentido de avançar a luta de classes, com um movimento massivo anti-imperialista. Porém, as críticas a Trump e ao imperialismo

estadunidense estiverem, de maneira geral, vinculadas à defesa do governo Lula, não à política de independência de classe. As críticas à extrema direita bolsonarista e aos parlamentares subserviente e abertamente entreguistas também serviam a esse propósito. Ou seja, as direções submetem os movimentos e sindicatos à política do governo burguês de frente ampla e ao parlamentarismo eleitoral.

A manifestação não marchou pelas avenidas da região, mas bloqueou a rua em frente ao consulado, inclusive com a queima de um boneco e da bandeira dos EUA. Agora, é dever das Centrais sindicais avançarem na organização independente dos trabalhadores para a luta com ação direta, fazendo as assembleias de base e as paralisações para massificar o movimento e seguir a luta nas ruas.

O POR interveio com seu manifesto e com o jornal Massas, levantando a necessidade de organizar comitês de frente única anti-imperialista em defesa da soberania nacional, defender os empregos, salário e direitos e colocando que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um dia nacional de luta, com paralisações e manifestações em todo o país. Não pôde fazer seu pronunciamento na caixa de som, pois a direção burocrática da UNE nos impediu. Mesmo o ato não tendo se prolongado (durou



apenas duas horas) e os organizadores terem dito no início do ato que o microfone estava aberto às entidades que quisessem fazer fala, deram a "justificativa" de que no bloco das correntes somente falariam os partidos legalizados e que outras correntes também tinham pedido inscrição e que não falariam por não atender a esse critério.

Na verdade, esse burocratismo, que faz parte da política das direções petistas e pcdobistas, está vinculado a sua férrea defesa do governo e é oposto à necessidade de massificar o movimento independente de defesa contra o ataque imperialista, que para isso deve se guiar pela luta de classes e pela democracia operária.

RECIFE

Ato pela soberania nacional e contra a taxaçoão do Trump

O ato nacional de 01 de agosto teve concentração na Praça do Derby, às 15:30h, caminhando até o Shopping da Boa Vista. De forma inesperada, os dirigentes das juventudes das correntes que dirigem majoritariamente a UNE apareceram no ato, dentre elas a UJS/PCdoB, Levante/PT, Fogo no Pavio/PSOL, JSB/PSB, JS/PDT, porém não convocaram as suas bases. Também compareceram as organizações mais à esquerda, tais como a UJR, PSTU, PCB, PCBR e o MV de forma dispersa. A CUT e o PT mobilizaram a burocracia de alguns sindicatos, sem convocar suas bases, o que impediu a massificação do ato, semelhante ao que fez a UNE com suas bases. Dentre os sindicatos presentes, estiveram o SINTRAJUF, SIMPROJA, SINTTEL, SIMPERE, ADUFEPE, ADUFERPE, SIMPERE e o SINTEPE. Nota-se um predomínio de sindicatos de servidores públicos, principalmente da Educação, e a ausência da classe operária. Sem a massificação dos atos, sem uma frente única anti-imperialista e sem a construção de um dia nacional de luta com o fechamento de ruas e a paralisação da produção, não será possível defender a soberania nacional.

O ato encerrou com a queima simbólica das figuras de Trump e Bolsonaro, junto com a bandeira dos EUA, próximo ao shopping Boa Vista.

Além de intervir panfletando o manifesto nacional, o POR fez uma fala, onde destacamos a importância da construção da

Frente Única Anti-imperialista, afirmando que a conciliação com a burguesia é contrária à soberania nacional, pois esta vai agir no interesse do imperialismo. Reafirmamos que só com a defesa das reivindicações da maioria oprimida no campo e na cidade, ou seja, a defesa dos empregos, dos salários e o fim das contrarreformas, será possível combater a ultradireita. Finalizando que o imperialismo, resultado da fase de decomposição do capitalismo, promove a barbárie entre os povos oprimidos, em particular o povo palestino e o povo ucraniano, também é o mesmo que promove as contrarreformas. Apenas com um levante de massas será possível objetivar uma reação à ofensiva de Trump, isto é, com a expropriação da burguesia.





EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSASÓrgão do Partido
Operário Revolucionário(11) 95446-2020 pormassas.org

Nº 27 30 de julho de 2025



Trump desconhece os apelos do governo brasileiro

As centrais, sindicatos, movimentos e correntes que se reivindicam do socialismo devem tomar em suas mãos a resposta ao imperialismo norte-americano

Organizar os comitês de frente única anti-imperialista em defesa da soberania nacional

Convocar imediatamente um Dia Nacional de Luta em defesa do programa próprio da classe operária e dos demais explorados

Trump concentrou seu maior ataque ao Brasil, depois da China. Negociou com o governo chinês e adiou fixar uma posição definitiva. Os alvos principais se encontram nos países que compõem o BRICS e se acham mais próximos da China e da Rússia. Mesmo assim, a União Europeia e o Reino Unido não escaparam ao cerco montado por Trump com a rede de tarifas. Os chamados acordos não passam de imposições dos Estados Unidos.

Trata-se de uma escalada da guerra comercial nas condições de crise mundial do capitalismo e declínio da hegemonia norte-americana. Eis por que essa escalada se realiza nos marcos da guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza. A primeira, se reflete na Europa; e a segunda, no Oriente Médio. É bem provável que, mais cedo ou mais tarde, os choques bélicos se manifestarão na Ásia, sob a confrontação dos Estados Unidos com a China. Em linhas gerais, a escalada da guerra comercial alicerça a escalada bélica. Os “acordos” obtidos por Trump não interromperão as tendências desintegradoras do capitalismo que emergem poderosamente após a Segunda Guerra Mundial.

O Brasil, como se vê, é tão somente uma peça no tabuleiro da guerra comercial desfechada desde o primeiro mandato de Trump em 2018. No passado, foi mais limitada e direcionada à China. A atual amplitude se explica pela sucessão de crises que tomou forma desde a década de 1970. O terremoto econômico de 2008 se destacou pelo fato dos Estados Unidos ocupa-

rem o seu epicentro. Evidenciou o caráter estrutural da crise de superprodução. Emergiu, portanto, o choque entre as forças produtivas amplamente desenvolvidas e as fronteiras nacionais.

Esse fenômeno é típico do capitalismo da época imperialista. Esteve nas raízes das duas guerras mundiais. As forças produtivas tornaram-se completamente incompatíveis com as relações capitalistas de produção, que chegou ao seu auge histórico na forma de monopólio e de predomínio do capital financeiro.

As derrotas, retrocessos e interrupções das revoluções proletárias, que abriram o caminho da transição do capitalismo ao socialismo, permitiram um respiro às potências capitalistas que protagonizaram a primeira e segunda guerras mundiais. Sem dúvida, a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 e a recondução da China para a restauração capitalista deram aos Estados Unidos espaço e tempo para manter sua hegemonia e a ordem mundial constituída pós Segunda Guerra.

A guerra comercial lançada em 2018 não se limitou a uma conjuntura adversa ao capital monopolista e financeiro. É o que demonstra agora, na atual etapa da guerra comercial, em que os Estados Unidos chegam ao ponto de desfechar um dos ataques mais ferozes ao Brasil nesses duzentos anos que permeiam sua dominação sobre a nação brasileira.

A prepotência como Trump tratou e trata o Estado brasileiro e seu governo é típica da doutrina Monroe



- “América para os Americanos” – decretada em 1823. A artilharia tarifária é munida por bombardeios aos mais elementares traços de independência e soberania nacionais. Em sua carta de 9 de julho e agora em sua “Ordem Executiva” de 30 de julho, Trump decreta o que pode e o que não pode ser alterado em seu plano. Evidentemente, a lista de exceções mostra que fazia parte de um jogo, de forma que os Estados Unidos pudessem unilateralmente dizer ao governo Lula que ainda está por vir os bombardeios mais certos. Em outras palavras, a partir de 6 de agosto, os Estados Unidos aumentarão as pressões para que a burguesia brasileira acerte com Lula os passos da capitulação.

A ultradireita comandada por Bolsonaro, que maneja o Partido Liberal (PL), que detém a maior bancada parlamentar, está pronta para servir incondicionalmente aos interesses do imperialismo norte-americano e à política de Trump. Não mostra nenhum receio por revelar o quanto está disposta a submeter o Brasil aos ditames do capital monopolista e financeiro dos Estados Unidos. A direita e centro-direita, por sua vez, vêm posando de defensoras dos interesses do país. Vestem a máscara da “soberania nacional” para ocultar seu servilismo e para envolver o frágil governo de frente ampla em negociações com Trump. A ultradireita age como ventríloquo da voz do imperialismo norte-americano. A direita e centro-direita agem como a voz da ponderação e do diálogo com Trump, e contra o que inapropriadamente se chama de “retaliação”, apesar de o Congresso Nacional ter aprovado a Lei da Reciprocidade. No fundo, são tão antinacionais quanto a ultradireita bolsonarista. Está claro que o Centrão se vale da diferença tática para amarrar o acantonado Lula aos objetivos de Trump.

As frações da burguesia diretamente atingidas pelas altas tarifas querem que Lula ligue a qualquer custo para Trump, acenando assim a disposição de acatar as principais exigências do imperialismo. Fazem cálculos sobre perdas e iniciam as demissões e as mais ligadas à economia norte-americana se mostram dispostas a transferirem suas fábricas para os Estados Unidos. Os governadores dos estados mais atingidos se movimentam em ações paralelas ao governo federal. Assim, se esvaziou a bandeira de “unidade nacional” erguida pelos petistas e aliados.

A manifestação fechada na Faculdade de Direito da USP, no dia 25 de julho, para condenar os ataques de Trump ao Supremo Tribunal Federal, que está preste a condenar Bolsonaro e sua hoste golpista, encerrou em si mesma. Cinco dias depois, Trump confirma as punições contra o ministro Alexandre de Moraes, em meio ao rol das tarifas.

As centrais, sindicatos, UNE, dirigentes sindicais, movimentos populares e representantes partidários se limitaram à demagogia de defesa da soberania nacional. Seguem os passos do governo Lula, que, por seu lado, segue os passos dos aliados do Centrão. Não se dispuseram a dar continuidade à única manifestação massiva ocorrida no dia 10 de julho em São Paulo. A espera de que Trump abra um canal de negociação resultou em paralisia e impotência do governo, tal qual pretendia a direita e centro-direita. Sem uma grande mobilização nacional, que levasse as massas às ruas, contra o plano de Trump em sua totalidade, se

inviabilizou a defesa da soberania nacional, que a burguesia brasileira nunca foi capaz de sustentá-la.

O problema está justamente em reverter essa prostração. O que, na prática, implica tirar das mãos da burguesia, de seus partidos e dos governantes a bandeira de independência e soberania nacionais. O país está passando e enfrentando uma situação de crise mundial, cujas consequências catastróficas são descarregadas sobre os países semicoloniais. Somente a classe operária, por seu lugar que ocupa nas relações de produção, pode levantar um programa de defesa nacional contra os ataques do imperialismo e a submissão da burguesia brasileira, o que inclui os governantes.

Essa condição histórica, marcada por dois séculos de saque norte-americano ao Brasil, evidencia que a força social que pode responder ao capitalismo em decomposição e ao imperialismo é a da classe operária, dos camponeses pobres e das massas urbanas empobrecidas. São os explorados que caminham no sentido da luta contra a dominação imperialista e, portanto, da revolução social. Ou a classe operária assume a batalha anti-imperialista, colocando em marcha o programa da expropriação e nacionalização do grande capital, ou a burguesia brasileira se sujeitará às exigências dos Estados Unidos. Nesse sentido, a responsabilidade das direções sindicais e do movimento camponês e popular cresce na medida em que avança o intervencionismo imperialista, com sua guerra comercial e escalada bélica.

O Partido Operário Revolucionário (POR) defende que este “1º de agosto Dia Nacional de Mobilização”, convocado pelas centrais e movimentos, seja o ponto de partida para a realização de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas em todo o país. Que imediatamente se realizem assembleias nos locais de trabalho e as assembleias gerais para organizar a frente única anti-imperialista e aprovar as bandeiras que de fato defendam os empregos, salários e os direitos e que se contraponham às medidas de apoio aos capitalistas.

Enfrentar os ataques de Trump à economia brasileira e à soberania nacional com as massas nas ruas!

Levantar as bandeiras de defesa dos empregos, salário e direitos como parte da luta contra os ataques dos Estados Unidos!

Rechaçar a campanha da ultradireita bolsonarista por meio das mobilizações e organização independente dos explorados diante da política burguesa!

Desmascarar as falsidades da direita e centro-direita que orientam o governo a se subordinar aos ditames de Trump!

Rejeitar o imobilismo e o colaboracionismo burguês do governo Lula de frente ampla!

Organizar o movimento de frente única anti-imperialista a partir das fábricas, dos demais locais de trabalho, do campo e das escolas!

Constituir um comando de frente única anti-imperialista para dirigir o combate contra a ofensiva do imperialismo!

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações em todo o país!

Ceará

Cisão no bloco da oposição de direita e incógnita sobre o destino de Ciro



O tarifaço de Trump sobre o Brasil provocou a cisão nas hostes direitistas do Ceará. O grupo que caminhava para a unidade em torno de uma candidatura única da oposição ao governo do estado se viu envolvido em rusgas e divisões até agora não contornadas. Ciro Gomes, como esperado, foi o pivô da crise. Ao publicar um pronunciamento, no dia 18/07, onde reagiu ao tarifaço de 50% sobre os produtos brasileiros atacou tanto Lula, quanto Bolsonaro. Se, de um lado, insinuou que Lula agia como um oportunista, do outro afrontou Bolsonaros (pai e filho) como “burros” por fomentarem sanções dos EUA. A resposta do Dep. Federal André Fernandes/PL, cotado para assumir a direção do PL no Ceará, foi imediata: anunciou que o PL rompia com Ciro teria candidatura própria ao governo do Estado.

A aproximação entre ciristas e bolsonaristas com vistas a uma aliança contra o PT em 2026, vinha ocorrendo desde maio, quando Ciro se encontrou com lideranças do PL na Assembleia Legislativa.

No mês seguinte, foi a vez do ex-prefeito Roberto Cláudio desembarcar do PDT e aproximar-se do União Brasil, do Capitão Wagner. Um dos últimos passos na tão sonhada unidade das direitas teve como patrocinador o ex-governador Tasso Jereissati/PSDB, que reuniu em seu escritório as lideranças, dia 15/07, e propôs o nome de Ciro ao governo do estado. Em resposta, o ex-ministro disse que uma vez filiado ao PSDB aceitaria qualquer incumbência do partido. Tasso em pessoa vem se empenhando para que Ciro retorne imediatamente ao PSDB e ajude a sigla a respirar. No dia 14/07, em Brasília, Tasso e Ciro estiveram reunidos, em pessoa, com Aécio Neves e Marconi Perillo para discutir sua filiação.

A atual rusga de Ciro com o bolsonarismo veio a calhar para o PSDB nacional que pretende lançá-lo candidato a presidente em 2026. No front estadual, Tasso se colocou como o nome substituto para unir as oposições no Ceará. Pesquisas de intensão de voto tem colocado Ciro em terceiro na corrida pelo Palácio do Planalto, atrás de Lula e o candidato bolsonarista. As lideranças do moribundo PSDB apostam todas as fichas numa expressiva votação de Ciro que ajude os tucanos a reviverem no Congresso.

O alinhamento das direitas no Ceará segue momentaneamente abalado. A crise econômica mundial e a guerra comercial que sacudiram o Brasil têm operado uma divisão no bloco da direita com a ultradireita, assim como testado a incapacidade vergonhosa dos governos reformistas em defender a economia nacional. Em meio a estas divisões interburguesas, a luta das massas precisa se potencializar e ganhar as ruas com suas reivindicações próprias: emprego, salários, direitos, revogação das contrarreformas etc. A tarefa colocada é lutar contra a despolitização e a paralisia das lutas impostas pela CUT, sindicatos e demais direções conciliadoras. A vanguarda com consciência de classe precisa impulsionar a construção do Partido Operário Revolucionário e, dessa forma, ajudar a superar a crise de direção dos movimentos.

R\$5



10 anos do Estatuto da Igualdade Racial

O que mudou na vida da maioria dos negros?

Avaliação programática da política reformista no enfrentamento ao racismo

A emancipação dos negros será parte da emancipação da classe operária da dominação capitalista

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR | Partido Operário Revolucionário

4 MASSAS

R\$5



Balanco da greve nacional dos petroleiros

Capitulação da direção da FUP impõe derrota ao movimento

Duas experiências: a greve dos petroleiros de 1995 e a de 2020

Adquira com o distribuidor de Massas:



POR | Partido Operário Revolucionário

4 MASSAS



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Julho/2025

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



Boletim Nossa Classe

Fechamento da ADM em Três Corações

A classe operária não pode pagar pela crise do capital

No dia 15 de julho, quase mil trabalhadores foram surpreendidos com o anúncio do fechamento da fábrica da ADM (Archer Daniels Midland) em Três Corações, Minas Gerais. A multinacional estadunidense, uma das maiores do setor agroindustrial no mundo, decidiu encerrar suas atividades na cidade e demitir em massa, após fracassar na tentativa de vender a empresa avaliada entre R\$ 1 e 1,5 bilhão. A decisão brutal revela, mais uma vez, a verdadeira face do capital imperialista: lucra o quanto pode, e quando não interessa mais, abandona os trabalhadores à própria sorte.

Esse não é um caso isolado. Faz parte de uma reestruturação global das grandes corporações, que buscam manter sua taxa de lucro em meio à crise do capitalismo. A ADM já anunciou que pretende cortar custos em todo o mundo, priorizando investimentos em países com mão de obra ainda mais explorada, como o México. No Brasil, a desindustrialização avança, e o que sobra para os explorados são desemprego, miséria e cidades arrasadas economicamente, como agora acontece em Três Corações.

O governo Lula-Alckmin, mais uma vez, demonstra sua subserviência aos interesses do grande capital. Em vez de enfrentar

as multinacionais, o governo aplica as contrarreformas herdadas de Temer e Bolsonaro, garantindo isenções, subsídios e segurança jurídica para que essas empresas continuem saqueando o país. Ao mesmo tempo, nega qualquer perspectiva de estatização das fábricas fechadas.

As direções sindicais, por sua vez, limitam-se a notas de repúdio e mesas de negociação, que não alteram em nada a correlação de forças. Não convocam mobilizações de base, nem constroem greves ou comitês de resistência. Rejeitam pôr em prática a bandeira de ocupação, estatização e controle operário das fábricas fechadas. A resposta a esse cenário de ataques exige organização de base, independência de classe e solidariedade ativa entre os explorados de todo o país.

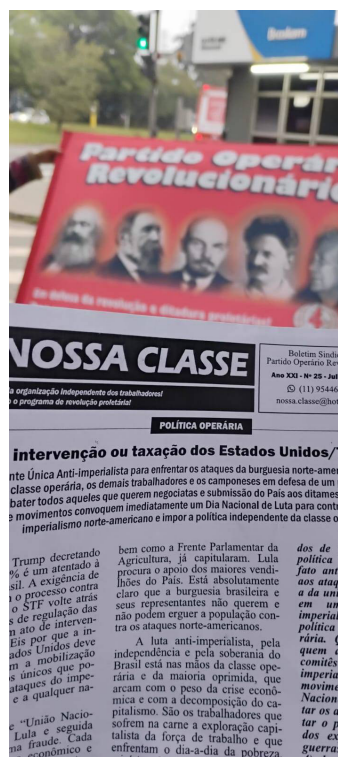
O que se passou em Três Corações deve servir de alerta para todos os trabalhadores e trabalhadoras. A crise não é passageira, e sim estrutural, ou seja, é preciso romper com as estruturas burguesas, e reagir com organização, luta e unidade de classe, lançando mão dos métodos da ação direta, próprios da classe operária.

São Paulo - ABC

Reação dos operários após o tarifaço de Trump

Na distribuição do Boletim Nossa Classe, dois pontos chamaram a atenção e estão ligados ao tarifaço de Trump. O primeiro, foi a colocação de alguns operários sobre as razões que levaram os Estados Unidos a decretarem o aumento das tarifas às exportações brasileiras e a conclusão de que são os trabalhadores que vão ficar com os prejuízos. Outros diziam que a culpa dos prejuízos vai ser do sindicato, que não tem feito nada. O segundo, mostra o quanto os operários estão submetidos à campanha burguesa dos meios de comunicação. Um operário repetia a colocação de que “cada governo tem o direito de taxar o outro”, para justificar a taxa de Trump e de Maduro (Venezuela) aos produtos brasileiros.

Os militantes do Boletim Nossa Classe explicaram que é verdade que os “prejuízos” recairão sobre os trabalhadores. O governo Lula, certamente, está preparando um plano para ajudar os setores capitalistas que serão atingidos pelas tarifas de Trump. Disseram que a imprensa procura divulgar as posições burguesas de que é direito de todo o governo impor tarifas a outros países e que cabe aos governos afetados “negociar”. Presionam, assim, o governo Lula a baixar a cabeça e ir conversar com Trump. Ressaltaram que a classe



operária tem sua própria resposta diante das medidas de Trump. Ou seja, trata de organizar a luta em defesa dos empregos e contra todas as ações que retiram ou flexibilizam direitos trabalhistas. E que a tarefa das direções sindicais é convocar as assembleias e aprovar a luta coletiva para enfrentar as demissões, o avanço da terceirização e a retirada dos poucos direitos trabalhistas que ainda restam.

Como se vê, nesse momento em que o imperialismo norte-americano impõe taxas exorbitantes e que a burguesia tem a seu favor a grande imprensa para defender as negociações com os Estados Unidos, os trabalhadores não contam com direções sindicais classistas e de luta. Ao contrário, essas direções acabam reforçando a política traidora da conciliação de classes com os capitalistas e governo. Está aí por que o Boletim Nossa Classe tem feito um grande esforço por penetrar as ideias revolucionárias no seio do proletariado. Um esforço para mostrar que a classe operária tem sua resposta própria para enfrentar as medidas do imperialismo e as ações do governo de proteção aos capitalistas. E sua resposta está na defesa de um programa de reivindicações e dos métodos da luta de classes.

Operários da indústria de pneus no Brasil e Argentina pagam pela crise capitalista

Unir a classe operária em uma só luta contra o fechamento de fábricas e demissões

A crise capitalista atinge operários em todos os cantos do mundo. No setor de pneus, a ofensiva patronal é clara: demissões em massa, fechamento de fábricas, intensificação da exploração e ataques aos direitos mais básicos. Mas a resposta dos trabalhadores tem sido desigual. Enquanto no Brasil avançam os fechamentos de fábricas e a precarização dos empregos, as direções sindicais burocratizadas abandonam os trabalhadores à própria sorte. Na Argentina, os operários do setor de pneus vem mostrando o caminho da luta, reagindo por meio da ação direta.

Na última quinzena de julho, os trabalhadores organizados no SUTNA (Sindicato Único de Trabalhadores do Neumático Argentino) protagonizaram mobilizações: paralisações totais nas fábricas da Bridgestone, Pirelli e Fate, atos em frente ao Ministério do Trabalho, denúncias públicas contra condutas antioperárias das empresas, e presença ativa em lutas de outros setores, como os demitidos da fábrica Georgalos.

Em meio ao agravamento da crise, a Bridgestone anunciou a possibilidade de fechamento da planta de Santo André (SP), com

1500 postos de trabalho em risco, enquanto a Michelin encerrou as atividades em Guarulhos. E, diante disso, o silêncio ou conivência das direções sindicais colaboracionistas, que apostam em mesas de negociação esvaziadas, acordos rebaixados e mediações junto ao Estado burguês, sem organizar resistência concreta.

Ao contrário do imobilismo e da colaboração com o patronato, é preciso seguir a experiência dos trabalhadores da indústria da borracha, cujo sindicato SUTMA expressou a disposição de luta dos operários. É nesses momentos de choques de classes que se coloca a necessidade do sindicalismo de luta.

Não há salvação pela via da conciliação. A crise é global e a luta também precisa ser. O internacionalismo operário não é uma palavra de ordem do passado. É uma necessidade urgente do presente. Só com organização pela base, coordenação entre trabalhadores de diferentes países e rompimento com as direções traidoras, é possível enfrentar de fato a destruição dos postos de trabalho, a perda de direitos e o avanço da miséria.

São Paulo

Realizado o Encontro Operário

No dia 26 de julho, o POR realizou o Encontro Operário, que tem como objetivo organizar os contatos para construir as comissões de fábrica e oposições sindicais de luta, classistas e revolucionárias. Na primeira parte do encontro, discutiu-se a resposta do partido aos principais problemas da classe operária, nacional e internacional. Decidiu-se que o Boletim Nossa Classe fará a campanha nas fábricas contra a taxaço e intervenção do governo Trump no Brasil e chamando os trabalhadores a exigirem que as centrais e sindicatos rompam com o governo burguês de Lula e convoquem um Dia Nacional de luta, com paralisações e bloqueios, em defesa do programa próprio de reivindicações. O que implica rechaçar a bandeira burguesa de “União Nacional” lançada pelo governo Lula e pela burocracia sindical que o apoia. Concluiu que somente a classe operária em aliança com os camponeses e demais oprimidos, constituindo a Frente Única Anti-imperialista, poderá defender a independência e a soberania nacionais, com a estratégia da revolução proletária e a constituição do governo operário e camponês.

Outro ponto foi sobre a campanha de defesa da greve com ocupação de fábricas e o controle operário da produção, para combater e impedir as demissões em massa e o fechamento de fábricas, que já está acontecendo em vários setores, como consequência da guerra comercial e da crise de superprodução estrutural do capitalismo. A expropriação e estatização, sem indenização e sob o controle operário das multinacionais, das empresas privadas e da indústria devem ser a resposta da classe operária para defender os empregos, salários e direitos.

Na segunda parte do Encontro, houve a discussão e contribuições do segundo ponto do documento que trata dos ataques da contrarreforma trabalhista à organização sindical. Analisando o projeto fica claro o objetivo da patronal e do governo de enfraquecer os sindicatos e centrais para aumentar a exploração da força de trabalho. A patronal conhecedora da política de conciliação da burocracia sabia que não encontraria nenhuma resistência. E isso

aconteceu. A burocracia sindical de direita e de esquerda capitularam e nada fizeram para impedir a aprovação da contrarreforma. Abaixo publicamos trechos do documento.

1. A contrarreforma Trabalhista e a lei da terceirização, aprovadas em 2017 pelo governo de ditadura civil de Temer, significou um brutal ataque à CLT (Consolidação das Leis do trabalho), retirando direitos conquistados com muita luta e também atacando a organização da classe operária e seus sindicatos. As frações burguesas, que implementaram o golpe institucional que retirou Dilma Rousseff/PT do poder através do impeachment, cumpriram os objetivos traçados pela burguesia nacional e o imperialismo de aumentar a taxa média de lucro, reduzindo o valor da força de trabalho, dos salários e direitos. A política de conciliação de classe e a capitulação das burocracias sindicais da CUT, Força Sindical, Conlutas e demais centrais, que não aprovaram a greve geral para colocar abaixo as contrarreformas, permitiu a burguesia avançar sobre a organização sindical.

2. Com a reforma trabalhista, agora, as empresas com mais de 200 trabalhadores poderão eleger representantes sem vínculo sindical. Essa nova lei tem como objetivo aumentar a criação de sindicatos patronais pelegos, pois permite a criação de Comissão de Representantes sem vínculo sindical para “promover entendimento entre trabalhadores e empregadores”, o que desmonta a organização independente dos trabalhadores, compromete a realização de assembleias e individualiza a luta, expondo os trabalhadores ao risco de perderem seus empregos.

3. A contrarreforma trabalhista transformou em lei a política de conciliação de classe, e os acordos de demissão, terceirização, redução de salários e direitos que a burocracia sindical de direita e de esquerda vêm realizando há muito tempo. O chamado sindicalismo propositivo iniciado pela CUT, que na prática significa o abandono da luta de classes, passou a ser também a política dos sindicatos ligados a Conlutas-PSTU, que assim como a CUT, realizam os acordos de fechamento de fábrica em troca de indenização

(PDV's), Lay-offs, demissão em massa, terceirização, redução de salários e direitos.

4. Segundo o projeto uma das atribuições dos representantes no local de trabalho é o de a) promover o diálogo e o entendimento no ambiente de trabalho, a fim de prevenir conflitos; b) buscar soluções para os conflitos decorrentes da relação de trabalho, de forma rápida e eficaz, visando à efetiva aplicação das normas legais e contratuais". Ou seja, o papel do representante é o de impedir qualquer levante dos trabalhadores contra os patrões por suas reivindicações; impedir a luta de classes como faz as burocracias sindicais em todos os setores.

5. A reforma acabou com a contribuição sindical obrigatória. Assim, o recolhimento da Contribuição Sindical (mais conhecida como imposto sindical) passa a depender de prévia e expressa autorização dos trabalhadores. O POR é contra a cobrança do Imposto Sindical e defende que os sindicatos devem se manter unicamente com a contribuição voluntária, debatidas e definida pelos operários em suas assembleias.

6. O projeto de lei exclui a participação do sindicato no processo de eleição da comissão de fábrica com a mentira de que a empresa também não deve participar. Atualmente, as eleições sindicais para eleger a comissão de fábrica e a direção dos sindicatos já estão totalmente burocratizadas. As eleições são controladas pela patronal e a burocracia sindical, que fazem todo tipo de manobra e perseguição aos operários críticos a direção, para impedir a inscrição de chapas de oposição. O POR defende a democracia operária, as assembleias democráticas e soberanas, e o direito de todos os trabalhadores e correntes políticas de oposição lançarem chapas de oposição nas eleições sindicais. Lutamos para construir as frações classistas e revolucionárias no interior dos sindicatos para expulsar a burocracia traidora e colocar o sindicato a serviço da luta revolucionária do proletariado. A luta pelo programa próprio de reivindicações da classe operária é o ponto de partida para construir as oposições classistas e revolucionárias e projetar o programa revolucionário do POR no seio do movimento operário.

São Paulo

A Corrente Proletária na Educação/POR inscreveu sua tese para o XXVIII Congresso do Sindicato dos Professores (Apeoesp). Foram inscritas 18 teses, que incluem agrupamentos que apoiam a direção e de oposição. A tese do POR é a de número 3. O Congresso será realizado nos dias 25 a 27 de setembro. Será precedido pelos Encontros Regionais, que indicarão os delegados para o Congresso. Ou seja, primeiro se elegem os pré-delegados nas escolas, na proporção de 10 filiados para 1 pré-delegado. E nos Encontros Regionais, de acordo com uma cota pré-estabelecida, são eleitos os delegados. O processo é extremamente burocrático, porque os professores de base dificilmente têm condições de ser maioria no Congresso.

Nesse momento, os militantes da Corrente Proletária percorrem as escolas para divulgar sua tese e eleger pré-delegados, que apoiam as posições expostas na tese. Para facilitar a propaganda, foi elaborada uma síntese dos temas que serão discutidos nos Encontros Regionais e no Congresso.

Síntese da Tese da Corrente Proletária na Educação/ POR

Enfrentar a crise da educação com o programa da classe operária

I. Conjuntura Internacional

1. As tendências bélicas estão em ascensão, impulsionadas pela crise do capitalismo e pelo colapso da ordem internacional pós-Segunda Guerra Mundial, que exige uma nova partilha do mundo. A diplomacia e os organismos internacionais, como a ONU, mostram-se ineficazes frente ao avanço do militarismo e ao aumento massivo de investimentos na indústria bélica. A raiz dessas tendências disruptivas reside na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção monopolistas, e as fronteiras nacionais.
2. Com mais de três anos, o conflito na Ucrânia é resultado do expansionismo imperialista da OTAN, que busca maior controle sobre recursos e mercados. A queda da URSS em 1991, que constituiu uma derrota histórica para o proletariado, abriu caminho para a ameaça da OTAN à Rússia. A Ucrânia tem sido usada como "bucha de canhão" pelo imperialismo, enquanto a Rússia, ao se defender da ofensiva imperialista/OTAN, utiliza a Ucrânia como "escudo". Isso criou um conflito extremamente perigoso, com risco de se alastrar.
3. O genocídio em Gaza escalou para uma conflagração mais ampla com os ataques ao Irã, intensificados pela participação direta dos EUA. A instabilidade no Oriente Médio é uma constante desde a penetração das potências capitalistas. Israel é um enclave imperialista, um Estado fantoche mantido pelos EUA.
4. A disputa entre as duas maiores potências, EUA e China, evidenciada pelas tarifas impostas por Trump, reflete a tentativa dos EUA de manter sua hegemonia diante da desindustrialização e do avanço da manufatura chinesa. O parasitismo financeiro e a superprodução indicam a crise estadunidense, manifestada em disputas orçamentárias e no acirramento da luta de classes.
5. Diversos outros conflitos somam-se a esse cenário, incluindo golpes de Estado e guerras civis na África, além das ameaças de Trump a países como México, Canadá e Groenlândia. Na América Latina, focos de conflito persistem,



como a pressão imperialista sobre a Venezuela e a retomada de guerrilhas na Colômbia. Todo esse panorama revela a vigência da caracterização leninista da era imperialista como a fase última do capitalismo, um período marcado por guerras, revoluções e contrarrevoluções.

II. Conjuntura Nacional

1. O governo de frente ampla de Lula e Alckmin mostra-se incapaz de centralizar o poder e implementar seu programa nacional-reformista, agindo como refém das oligarquias e do imperialismo. Sofre ataques constantes da direita e ultradireita, especialmente do "Centrão", que detém ministérios e cargos estratégicos. Apesar do fracasso da tentativa golpista de 8 de janeiro de 2023, a polarização política persiste. Para manter a frente ampla, o PT se vê obrigado a preservar o sistema de emendas parlamentares, apesar de discursar em favor da "transparência".
2. O Congresso Nacional corrupto manipula o orçamento. Uma grande parte dos recursos, excluindo a dívida pública (que se aproxima de 80% do PIB), é destinada a emendas parlamentares, deixando pouca margem para os ministérios. A recuperação econômica pós-pandemia, que permitiu o breve fôlego a programas sociais como o "Pé de Meia", agora se esvai. A taxa básica de juros foi elevada a 15% (o maior nível desde 2016), satisfazendo o capital parasitário. A burguesia exige cortes para cumprir as metas do Arcabouço Fiscal. A inflação é atribuída ao excesso de consumo e gastos governamentais, embora fatores como a magnitude das exportações de commodities e o parasitismo financeiro sejam omitidos pelos responsáveis pela política monetária. A recente crise do IOF ilustra esses embates internos no governo.
3. A pesada carga tributária recai sobre os oprimidos, expondo os limites da política de conciliação de classes do nacional-reformismo. O governo Lula é de continuidade em relação ao essencial da política econômica. O discurso de inclusão dos pobres, distribuição de riquezas e pacificação nacional se mostra inviável. A crise política, que reflete as oscilações econômicas, desenrola-se no interior do Estado, envolvendo forças políticas burguesas, sem possibilidade de interferência do proletariado e demais oprimidos. Isso revela a farsa montada por reformistas, centristas e estalinistas, e pela direção do movimento sindical e popular, de que o governo estaria "em disputa".
4. O principal obstáculo à resistência coletiva das massas é a subordinação ao governo Lula imposta pelas direções dos organismos de massa dos explorados. O governismo, a burocratização e a estatização dos sindicatos bloqueiam a independência de classe, sendo essa a amarra fundamental a ser rompida. A tendência é que a conjuntura internacional convulsionada, somada aos desequilíbrios regionais e internos, se intensifique, exigindo que os explorados se preparem para o enfrentamento. A ausência de um partido revolucionário enraizado na classe operária e demais camadas oprimidas pesa negativamente, colocando a tarefa de superar a crise de direção revolucionária a partir da mobilização dos trabalhadores e da juventude oprimida por suas reivindicações mais básicas.

III. Conjuntura Estadual

1. O governo do ultradireitista Tarcísio de Freitas em São Paulo, eleito na onda bolsonarista e sucessor de décadas de PSDB, representa uma continuidade das gestões tuanas. Sua administração mantém o caráter burguês, prossegue com a política privatista, subordina-se às oligarquias e ao capital financeiro, e intensifica o Estado policial. As diferenças em relação aos governos anteriores são apenas de grau, não de essência.
2. O governo Tarcísio expressa as tendências fascizantes da burguesia, que persistem como uma "semente" mesmo sob o regime "democrático". Seu secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, personifica essa face autoritária e repressiva. As inúmeras operações policiais em bairros proletários - como na Favela do Moinho, Paraisópolis e Baixada Santista - resultam em alarmantes níveis de violência e assassinatos, atingindo principalmente jovens negros e pobres, demonstrando o reacionarismo da gestão.
3. A imagem de Tarcísio de Freitas martelando a Bolsa de Valores para celebrar a entrega de estatais à iniciativa privada tornou-se um símbolo de seu governo. Ele tem levado o processo de privatização ao limite, leiloando dezenas de escolas, a Sabesp, e boa parte da CPTM e linhas de metrô. No entanto, sua ação apenas acelera uma tendência mais ampla que remonta à transição da ditadura militar para a "redemocratização". A burguesia busca abocanhar setores estatais como resposta à crise do capitalismo.
4. As direções sindicais têm limitado o enfrentamento ao governo Tarcísio no âmbito parlamentar, judicial e eleitoral. Apesar do discurso de "combate ao fascismo", aplicam uma política de conciliação. Um exemplo disso foi a reeleição de André do Prado à presidência da Alesp, que contou com votos de deputados petistas, incluindo a segunda vice-presidente da Apeoesp, Maria Izabel.

IV. Política Educacional

1. A deterioração da educação evidencia-se em diversos aspectos: o avanço da militarização, privatização, terceirização e sucateamento. Observa-se a expansão do ensino a distância (EaD) e da plataformação, o reforço do autoritarismo e dos mecanismos de controle. Há uma forte onda de fechamento de salas, turnos e escolas, especialmente com ataques à Educação de Jovens e Adultos (EJA), além da ampliação do falido ensino integral (PEI). A política de contratação temporária (Categoria O) persiste e se fortalece, acompanhada de arrocho salarial e retirada de direitos, como exemplificado pela Nova Carreira imposta pela reforma administrativa do governo Doria.
2. Tanto o governo Lula quanto o governo Tarcísio dão continuidade às medidas educacionais de seus antecessores. Lula não revogou o Novo Ensino Médio nem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), programas que impulsionam o ensino a distância e a privatização. A suspensão do programa bolsonarista de Escolas Cívico-Militares por Lula e Camilo Santana não impediu que governadores como Tarcísio e Feder o mantivessem.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



3. A educação, como elemento da superestrutura, é determinada, em última instância, pela base material da sociedade. Diante da crise econômica, a burguesia impõe programas educacionais que visam reduzir os gastos estatais. Privatização, terceirização, cortes de recursos e precarização das condições de ensino são a base de todas as reformas educacionais, seja de governos de direita ou nacional-reformistas.
4. A crise da educação possui raízes mais profundas. O ensino está desvinculado da prática, criando um enorme fosso entre o pensar e o fazer, entre o sujeito e o objeto do conhecimento – que é a própria realidade. Isso ocorre devido à separação entre trabalho manual e intelectual, imposta pelo capitalismo. A propriedade privada dos meios de produção impede a conexão entre a ciência e a produção social, especialmente diante da superprodução. Assim, o ensino assume uma forma memorística, anticientífica e completamente apartada da vida real, o que contribui para o avanço do obscurantismo.
5. Para superar a falência do ensino, é necessário superar a escola de classe, a escola burguesa. A educação, como parte da superestrutura, reflete, em última instância, a base material da sociedade de classes. Portanto, é fundamental atuar na raiz do problema: o capitalismo em decomposição. Isso significa que a luta por uma nova escola, vinculada à produção social, deve integrar o programa da revolução proletária, em defesa do socialismo.

V. Plano de Lutas

1. Internacional

a) Fim do genocídio do povo palestino. Retirada imediata das Forças de Defesa de Israel do território palestino e do Oriente Médio. Autodeterminação da nação oprimida. Defesa de uma República Socialista da Palestina;

b) Fim da guerra na Ucrânia, tendo por base a caracterização de que se trata de uma guerra de dominação e não de libertação. Por uma paz sem anexação e sem imposição dos Estados Unidos, das potências europeias. Pela autodeterminação da Ucrânia. Desmantelamento da OTAN, braço armado do imperialismo;

c) Responder à guerra comercial dos Estados Unidos com a China. Rechaçar os tarifas de Trump. Defesa de um programa próprio de reivindicações sob a estratégia de derrocada do capitalismo e de defesa das transformações da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Por uma sociedade socialista.

2. Nacional

a) Constituir uma oposição revolucionária ao governo de frente ampla de Lula. Enfrentar a ofensiva da direita e ultradireita com o programa de reivindicações e os métodos da luta de classes;

b) Não pagamento da dívida pública. Fim dos gastos exorbitantes com o Congresso Nacional e o Judiciário oligárquicos. Que o dinheiro do orçamento seja destinado aos serviços públicos, para erradicar a fome e a miséria;

c) Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios de avenida, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Exigir do governo Lula a revogação imediata das contrarreformas trabalhista, previdenciária, terceirização, Novo Ensino Médio, bem como o fim dos cortes de recursos dos serviços públicos, saúde, educação e moradia.

3. Estadual

a) Rechaço do plano de privatização que entregou a Sabesp, boa parte da CPTM e está prestes de concluir o que resta do Metrô. Derrubada da ofensiva privatizante de venda de escolas públicas e repasse das gestões escolares à iniciativa privada. Enfrentar as privatizações por meio da luta pela estatização e reestatização sem indenização e controle por parte dos trabalhadores;

b) Anulação do programa bolsonarista das Escolas Cívico-Militares, por ser autoritário e contrário ao processo democrático de aprendizagem;

c) Desmantelamento da polícia assassina de Tarcísio e Derrite, que vem matando a juventude pobre, em grande parte negra.

4. Educacional

a) Rejeição de todas as medidas educacionais privatizantes de Tarcísio. Fim da farsa das plataformas e do avanço do ensino a distância na educação básica. Nenhum corte de recursos à educação, retornando os 30%;

b) Derrubar os instrumentos antidemocráticos e de perseguição aos trabalhadores da educação. Nenhuma punição aos que diariamente sustentam a escola pública e por uma aprendizagem democrática, presencial e coletiva;

c) Defesa de um sistema único de educação pública, gratuita e científica, vinculada à produção social, verdadeiramente antidiscriminatória e voltada à unidade entre a teoria e a prática.

5. Sindical e Balanço

a) Do combate à passividade e ao divisionismo das direções sindicais burocráticas por meio dos métodos da ação direta e da democracia operária;

b) Do rechaço à política de conciliação de classes das direções sindicais, que serve de canal para a preservação da estratégia burguesa de dominação e de perpetuação da exploração da força de trabalho;

c) Da unidade dos explorados e de um programa próprio de reivindicações, que só pode ser conquistado pelos métodos genuínos dos explorados;

d) Da defesa da independência política e organizativa da Apeoesp e dos demais sindicatos diante dos governos;

e) Da aprovação do chamado para que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem o Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, para o segundo semestre.

6. Políticas Permanentes

a) Erradicar as discriminações e abolir todo tipo de violência sobre as mulheres, negros, indígenas e homossexuais;

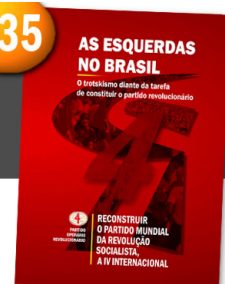
b) Lutar contra toda forma de opressão de classe, por meio da defesa do trabalho igual, salário igual, proteção à maternidade, fim da discriminação trabalhista e cultural.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

**AS ESQUERDAS
NO BRASIL**

O Trotskismo
diante da Tarefa
de Construir
o Partido
Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



São Paulo

Nota da Corrente Proletária sobre as agressões ocorridas na Conferência de Mulheres da Apeoesp

A Conferência de Mulheres, convocada pela Apeoesp, reuniu uma parcela extremamente pequena de uma categoria majoritariamente feminina. Ocorreu na estância de Águas de São Pedro, distante da capital e de outras grandes cidades. Tratava-se de um conjunto de palestras com convidados que se acercam da política do PT e de seus aliados. Não tinha o objetivo de organizar o combate em defesa das reivindicações que unificam a maioria das mulheres com o conjunto dos explorados.

A Corrente Proletária combateu essa forma de Conferência e defendeu a organização de uma verdadeira Conferência de luta. Não esteve presente, assim, nesse evento promovido pela burocracia, justamente porque não se tratava de uma discussão de posições políticas contra a opressão da mulher e de preparação para a luta geral das mulheres oprimidas pelas reivindicações contra

a brutal exploração e opressão das mulheres pobres e oprimidas.

No entanto, diante dos ataques desferidos por parte dos aliados da burocracia da Apeoesp sobre os militantes de oposição, que se posicionaram contra as medidas de ataque de Lula aos trabalhadores, a Corrente Proletária denuncia o ocorrido. Ressalta que essa prática de agressão aos opositores ao governo Lula tem se generalizado nos sindicatos. Basta ver o que vem ocorrendo no Conselho Estadual da Apeoesp. Mostra que essa prática tem ocorrido com frequência com os militantes do POR que distribuem o Boletim Nossa Classe nas fábricas controladas pelo sindicalismo da CUT. Trata-se de uma ação própria de burocracias sindicais que há muito vêm se distanciando dos problemas que afligem os trabalhadores. A Corrente Proletária defende um sindicalismo independente dos governos, classista e revolucionário.

Rondônia

Construir uma oposição classista e de luta

Os trabalhadores de educação do estado de Rondônia estão sendo iludidos pelo governador Marcos Rocha, através da conciliação de classe feita pela direção do Sintero. Desde o mês de janeiro, nas primeiras assembleias do ano, os trabalhadores apresentaram propostas de greve, mas a direção do sindicato manobra para não encaminhar. No lugar de preparar a greve, alimenta ilusão de que é possível conquistar as reivindicações por meio da “mesa de negociação”, sem que haja a greve ou outra forma de luta direta,

Quem ganha com essa política é o governador coronel Marcos Rocha, que se limitou a cumprir o percentual do Piso do Magistério. As demais reivindicações acabaram sendo esquecidas. Apostada, na realidade, no cansaço da categoria, para não atender as reivindicações aprovadas em assembleias.

A política da direção do sindicato, por sua vez, é sempre a mesma: fala da greve, empurra para o início do ano sua deflagração e, depois, vai jogando para frente até o final do ano. É o que se passou nesse primeiro semestre. Agora, em agosto, há um indicativo de greve diante do descaso do governo em atender as demais reivindicações. Mas, a experiência vem mostrando que não passa de palavreado. O que é fato é que a categoria está cansada desse vai e vem da burocracia do sindicato.

A Corrente Proletária (CPE-POR) está insistindo junto aos trabalhadores da educação de que é preciso construir uma oposição classista e de luta. A direção do sindicato continua de mãos livres para impor a política de colaboração de classes, materializada nas mesas de negociação com o governo, porque não há uma forte oposição. O que implica fortalecer o embrião de oposição, que é a Corrente Proletária, que vem intervindo nas assembleias com a política própria dos explorados, que é a ação coletiva e direta, denunciando a enrolação das mesas de negociação e combatendo a burocracia do sindicato.

Repetimos: sem uma oposição à direção do Sintero não será possível derrotar a política de conciliação. Um passo importante na construção da oposição é a intervenção sistemática nas escolas, ou seja, a constituição de um grupo de professores que percorre as escolas para discutir os problemas e preparar a intervenção nas assembleias. Para isso, a Corrente Proletária considera importante a divulgação de um boletim regular junto às escolas, objetivando elevar a consciência dos trabalhadores da educação que se mostram indignados com a conduta da direção do Sintero.

ANDES-SN

Balanço do 68° CONAD

Linha governista leva a retirar menção à construção da greve no plano de lutas e a priorizar o plebiscito popular sem vincular com a luta direta por empregos, salários, defesa da educação pública e contra a reforma administrativa

De 11 a 13 de julho, aconteceu, em Manaus-AM, o 68° CONAD, um encontro anual do ANDES-SN, com um delegado por seção sindical, realizado entre um Congresso e outro, com o objetivo de atualizar a análise de conjuntura, o plano de lutas e aprovar a prestação de contas do período. Neste encontro, houve também a posse da nova diretoria eleita. Os principais debates se deram em torno de como enfrentar: o descumprimento do acordo de greve

por parte do governo Lula e os cortes orçamentários; a reforma administrativa em curso; a ameaça de privatização da UEMG; a ofensiva do imperialismo estadunidense e o genocídio do povo palestino. A diretoria eleita, do coletivo Andes de Luta pela Base (ALB), hegemônica pelo PSOL, expressou as amarras do governo e da política adaptada à institucionalidade em cada um desses problemas.



Defendemos que o CONAD aprovasse as seguintes resoluções:

Que a diretoria do ANDES-SN faça um chamado público às centrais sindicais e demais sindicatos pela constituição de comitês para organizar a campanha unificada pela derrubada da contrarreforma administrativa, priorizando a mobilização das bases e os métodos de ação direta coletiva. Como paralisações, greves, bloqueios de avenidas e rodovias e ocupações.

Que a diretoria do ANDES-SN faça um chamado público às centrais sindicais e demais sindicatos e movimentos sociais e estudantes pela convocatória de um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisações e ações de rua, em defesa dos empregos, dos direitos, contra os cortes na educação, pela derrubada da Reforma Administrativa, contra as privatizações das empresas estatais por parte do governo federal, estaduais e municipais, pela revogação da legislação antiambiental.

Que a diretoria do ANDES-SN e a diretoria das seções sindicais envidem esforços para se articular com outras entidades para criar e/ou fortalecer os comitês de solidariedade à Palestina, contribuindo para que haja uma coordenação nacional das lutas contra o genocídio em curso e pela autodeterminação do povo palestino.

Todas as propostas foram combatidas pela diretoria nos GTs. Mesmo tendo alcançado a aprovação mínima para ir ao plenário, uma burla do regimento impediu que houvesse o debate. No caso da Palestina, uma proposta de resolução que reivindicava maior empenho da aplicação da campanha do BDS (Boicotes Desinvestimentos e Sanções) nas instituições de ensino foi combatida pela diretoria, com a resposta arrogante de que já se fazia demais. Mostramos que mesmo que o sindicato tenha realizado várias ações, a maior parte da categoria permanece indiferente e o que está sendo feito não é suficiente. Precisamos fortalecer os comitês de luta. A indiferença é tamanha que em fevereiro 15 professores universitários viajaram a Israel a convite das organizações do lobby sionista que atuam no Brasil, vários deles de instituições públicas, sem que o ANDES e as seções sindicais tenham realizado nenhuma ação de denúncia. A diretoria foi derrotada nesse ponto.

Em relação ao plano de luta das federais, defendemos:

Que as seções sindicais envidem esforços para construir ou fortalecer (onde já existem) os comitês de mobilização, convidando as entidades representativas dos técnico-administrativos e dos estudantes das IFEs a se somarem. Nas localidades onde existe mais de uma instituição federal de educação, buscar integrá-las em comitês ou fóruns municipais ou estaduais.

Essa é a via para enfrentar o descumprimento do acordo de greve e a crise orçamentária. A diretoria combateu essa proposta e ainda retirou do plano de lutas aprovado no 43º Congresso a menção à construção da greve, nos isolando das ações da Fasubra e condenando o movimento docente a ficar passivo, enquanto ações institucionais e midiáticas são protagonizadas por dirigentes sindicais.

Sem real mobilização nas bases as mesas de negociação com o governo se reduzem a uma encenação. A “jornada de lutas” em Brasília no dia 29 de julho exemplifica bem esse caminho, agregou apenas uns 30 sindicalistas, a mesa com o governo foi de “enrolação”, mais de um ano após o encerramento da greve. Com isso, pautas como o fim de controle de frequência dos professores da rede EBTT e ampliação de direitos para técnicos-administrativos e aposentados continuam a ser ignoradas pelo governo.

Sobre o plebiscito popular, havia um certo consenso a respeito da necessidade de o ANDES-SN se incorporar efetivamente à campanha. Nossa defesa foi de vinculação com as reivindicações mais



sentidas dos trabalhadores, pela redução da jornada sem redução salarial, em defesa de emprego para todos, contra o pagamento da dívida pública, em defesa de financiamento integral das Universidades e contra a reforma administrativa. Propusemos uma orientação de as seções sindicais e diretoria, em seu contato com a categoria, defendessem o plebiscito como meio de mobilização a ser associado com os métodos de ação direta. A diretoria combateu essa proposta dizendo que os trabalhadores não entenderiam as pautas que fossem além do fim da escala 6x1, isenção do imposto de renda de quem ganha até R\$ 5mil e maior tributação de quem recebe acima de R\$ 50 mil. A justificativa oculta, porém, a subordinação do movimento de massas ao governo federal com finalidades eleitoreiras.

Falência organizativa do ANDES-SN

Mais uma vez temos uma diretoria eleita com 43% dos votos, ou seja, a maioria da categoria que votou desejava outras candidaturas. O racha no interior da ALB, com o desprendimento da Unidade Classista/PCB abriu mais um flanco de oposição, deixando a diretoria eleita em uma condição mais defensiva e com episódios de autoritarismo, negando-se até mesmo a ouvir questões de ordem em momentos em que o regimento era violado. Dois desses momentos foram de embate da militância da CPE com a conduta antidemocrática da mesa/diretoria. Em um primeiro, quando a mesa impediu o direito de fala, um militante do CAEL/PSTU foi solidário e gritou do plenário: “Vamos aceitar esse autoritarismo?”, como a diretora que presidia a mesa era uma mulher, respondeu como se a ação dele fosse movida por machismo. Na volta do intervalo, docentes do mesmo grupo político da diretoria fizeram uma performance chamando todas as mulheres a irem para a frente do plenário gritando “machistas não passarão”. A ação foi direcionada também a um docente do RenovaAndes que criticou uma dirigente da ALB no microfone. Posteriormente, um diretor homem impediu novamente uma questão de ordem por parte da militância da CPE, nitidamente errado depois de um longo impasse foi corrigido por outros diretores. Se a primeira ação autoritária foi encoberta pela denúncia de machismo, a segunda expôs o desenvolvimento da tendência à burocratização que acompanha o governismo. Os dois pesos e duas medidas revelam mais uma vez como os temas das opressões são utilizados para combater os oponentes políticos no interior do sindicato.

Defendemos a necessidade de garantir a proporcionalidade, compatibilizando a divisão da diretoria conforme o percentual de votos das chapas concorrentes, garantindo o caráter de frente única do sindicato. Os docentes que compuseram a chapa 4, fruto do racha do Renova Andes (PT), fustigaram a diretoria com as questões organizativas. De fato, é insustentável a manutenção do formato dos encontros deliberativos em que as atividades acontecem, em geral, das 9h às 22h30, sendo prorrogadas até 23h59 no último dia, o que acarreta inclusive danos à saúde dos participantes, não sendo rara a necessidade de atendimento médico. A justificativa da candidata a presidente pela chapa 4, porém, demonstra



a intenção de rebaixamento político. Ela chegou a ir ao microfone reclamar que não teve condições de visitar o encontro das águas, ponto turístico de Manaus, por causa do evento. Ora, estávamos em um Congresso sindical, financiado pela categoria. Como fruto dessas discussões foi aprovado um Seminário sobre organização sindical, no primeiro semestre de 2026, para debater a questão da majoritiedade, proporcionalidade e subsídios para mudanças organizativas. Certamente as propostas que virão dos setores governistas serão de restrições à democracia interna, com maior cerceamento à expressão política das minorias. A diretoria/ALB já tentou, em 2024, criar uma barreira para textos com um mínimo de 10 assinaturas, e teve que recuar para 5. Sempre destacamos que o desperdício de tempo não se resolverá administrativamente. Quanto mais descolados das lutas, mais os eventos sindicais se distanciam do debate sobre o plano de ação, com seus métodos, táticas e bandeiras e se desviam para o academicismo e um excesso de detalhamento injustificável.

Por fim, o “ato” contra o PL da devastação exemplificou como a atual direção realiza as jornadas de luta estritamente voltadas às redes sociais. O “ato” que poderia ser realizado nas ruas de Manaus e agregando mais organizações foi realizado no campus da UFAM em um domingo ao meio dia, todo orientado para a captação de imagens, com o monopólio da fala por parte da diretoria, causando desconfortos até mesmo em novos diretores, pela extrema artificialidade.

A oposição à esquerda, infelizmente não conseguiu manter uma unidade organizativa após as eleições, o que precisa ser superado no próximo período para dar organicidade à frente formada nas lutas de 2024 e no processo eleitoral. Nós da Corrente Proletária na Educação persistimos na defesa da democracia sindical e dos métodos da ação direta coletiva para defender os empregos, salários e direitos. Nossa defesa da Universidade Pública se dá em unidade com um programa proletário, conectado com a estratégia da revolução socialista.

Transcrição da apresentação das teses da Corrente Proletária na Educação na plenária de abertura

“Saudações a todos os companheiros e companheiras, vou fazer uma fala em nome da Corrente Proletária na Educação, que eu construo, com nossa análise da conjuntura internacional e nacional, para a gente afinar o nosso plano de lutas e os métodos que consideramos necessários. Estamos tendo manifestações concretas de um recrudescimento da ação do imperialismo nas guerras de dominação, seja na Ucrânia, em Gaza, seja também em África com o Sudão. As tendências bélicas também têm se manifestado na intensificação da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China e nós vemos como a imposição das tarifas com essa dinâmica e inclusive se mescla com a ingerência do imperialismo nos países, como a gente está vendo com essa asquerosa articulação entre a

família Bolsonaro e o Trump e a imposição dessa tarifa de 50% ao Brasil. Por trás desses vários fatos que mostram essa atuação do imperialismo, está o esgotamento da partilha do mundo do fim da segunda guerra mundial e há a necessidade de uma nova partilha, é isso que tem empurrado os países para a guerra, para o rearmamento e ameaçado a humanidade de uma grande conflagração nuclear.

Esse cenário se manifesta também no Brasil em que a crise política tem na sua base as manifestações da crise econômica. O governo atual do Lula já nasceu sobre essa base da crise econômica e da crise política e é incapaz de centralizar as frações burguesas, por isso já nasceu subordinado, dependente do capital financeiro e das oligarquias. Isso significa que ele não pôde expressar e não pode expressar uma independência perante a burguesia e os seus partidos, tanto que teve que se entrelaçar com os antigos golpistas que derrubaram Dilma para poder governar. Se coloca agora “congresso inimigo do povo”, mas esses mesmos partidos integram os ministérios do governo federal como o PSD, PP, MDB o União Brasil e o próprio PSB do Alckmin. Essa relação do governo com esses partidos inclusive tem de ser regada pelas emendas parlamentares que têm continuidade e têm sangrado o orçamento público. Quanto mais eles cortam recursos nossos mais sobra para essas emendas parlamentares, o que mostra também a ingenuidade de acreditar que a gente vai conseguir mais orçamento para a universidade só transitando pelos corredores do parlamento, porque o dinheiro que eles cortam da gente é o dinheiro que aumenta as emendas para eles, por isso nós temos de repensar nossos métodos.

Essa divisão interburguesa também manifesta a direitização da política. A polarização tem se movido cada vez mais à direita, entre um governo do Lula que já é um governo na prática de centro-direita, considerando os partidos que o compõem, com a extrema direita, com suas tentativas de golpe como a de 08 de janeiro e tudo mais. Isso manifesta a crise política, no choque entre o executivo, o parlamento e o judiciário. Mas não nos iludamos, que todos eles estão unidos no sentido de priorizar o pagamento da dívida pública, na garantia do ajuste fiscal, inclusive colocando a necessidade dessa reforma administrativa, que com certeza o governo vai usar esse mesmo discurso de combate aos privilégios pra dizer que agora vai combater os privilégios dos servidores públicos. Então independência de classe é fundamental já que esse é o mesmo governo que mantém a taxa de juros extremamente elevada e dá continuidade à política que vem desde o FHC com a lei de responsabilidade fiscal, que passa pelo teto dos gastos do Temer e que tem continuidade com o novo arcabouço fiscal. O embate em torno do IOF tem mostrado também a antecipação do cenário eleitoral em que esses aliados de ocasião vendo o enfraquecimento do governo já vão pulando fora, querendo que o governo afunde sozinho.

O governo tem reagido, setores que não estavam se movimentando agora se movimentam em torno do plebiscito, com bandeiras corretas de fim da escala 6x1 e de isenção do imposto de renda até cinco mil reais, porém provocando um certo ilusionismo. Eu tenho certeza de que a gente vai debater nesse CONAD como nós do movimento docente vamos lidar com esse plebiscito. É fundamental entender que o plebiscito pode servir como um instrumento governista e eleitoreiro, e a gente tem de rejeitar esse caminho de agora colocar “esse é o governo que combate os super ricos que combate os privilégios”, isso é uma ilusão. Esse é um governo burguês que mesmo que tenha essa taxação, isso é ínfimo diante do mais de um trilhão que é usado para pagar a dívida pública, diante das centenas de bilhões que são de isenções para o agronegócio e para o grande capital. Então nós temos que de fato ligar essa luta com a nossa luta anti-imperialista. Temos de enfrentar esse ataque contra a soberania nacional do Trump, sabendo que o governo Lula também não é um governo anti-imperialista, mesmo que tenha alguns choques ocasionais.

O que que destaca nesse momento é o quanto a classe operária está à margem desses acontecimentos. Uma classe operária que está extremamente insatisfeita com as direções das grandes centrais, pelas traições, pela corrupção nos sindicatos, como se viu no caso da máfia do INSS. Esse descontentamento corre um risco enorme de ser canalizado pela própria extrema direita. Isso exige uma grande luta para conseguir independizar a classe operária em relação ao Estado e os governos burgueses. Nós da corrente proletária defendemos a construção da oposição revolucionária ao governo Lula que significa a gente lutar com os nossos métodos, com a nossa independência e ligar, inclusive essa mobilização do plebiscito, às nossas reivindicações vitais de fato, da redução da jornada com a divisão das horas de trabalho para que todos possam trabalhar, a defesa do salário mínimo vital, a derrubada das contrarreformas e a luta contra a reforma administrativa. Se a gente separar isso, não se iludam, o capital político que o governo acumular se apresentando como quem enfrenta os super ricos será usado, assim como Collor já falava dos marajás, como Guedes falava dos parasitas, para potencializar o caminho da reforma administrativa e também ligar essa luta à defesa do orçamento da universidade contra as privatizações. Eu venho de Pernambuco onde o governo está privatizando o metrô. Lutar por orçamento, lutar contra as privatizações é também a manifestação da nossa luta anti-imperialista e confrontar esse sistema da dívida pública.

O movimento docente nessa conjuntura tem grandes desafios e a gente tem uma direção que foi eleita agora com 43% dos votos e

isso reforça a necessidade de a gente discutir a questão da proporcionalidade, para a gente poder ter um sindicato mais democrático e mais representativo. Nós vemos como a própria direitização da política tem incidido no movimento docente já que a gente tem por exemplo partidos que têm uma grande presença aqui e são base do governo. O PSOL que nasceu como oposição ao governo Lula hoje integra ao governo e passa por divisões que tem expressado também as crises que a própria linha governista vai provocando no movimento.

Do ponto de vista do movimento docente também não estamos ainda fazendo o suficiente em relação ao genocídio do povo palestino. Com raras exceções, as universidades permanecem indiferentes. É preciso ações mais contundentes, práticas, cobrar mesmo das centrais sindicais que viabilizem a luta. É importante, por exemplo, a posição dos petroleiros, mas eles não fazem ações práticas para interromper o envio do petróleo a Israel, que continua massacrando o povo palestino.

Precisamos de comitês de luta nas universidades para a gente lutar por mais orçamento, pela reposição salarial, pelas nossas condições de estudo e trabalho e pelos direitos de aposentadoria. Que nós chamemos os sindicatos e as centrais para convocarem um verdadeiro Dia Nacional de luta, com paralisações e bloqueios, porque essa sim vai ser a via para derrubar a 6x1. Nunca uma redução de jornada, que é uma manifestação da luta de classes, foi obtida com abaixo assinado. Que o plebiscito sirva para a mobilização, mas não para despertar ilusões eleitoreiras ou governistas."

Direção da FASUBRA contraria deliberações da Plenária Nacional

A Direção Nacional da FASUBRA, mais uma vez, agiu de forma antidemocrática e traiçoeira, desrespeitando as deliberações da Plenária Nacional de junho de 2025, ao cancelar a plenária virtual agendada para os dias 18 e 19 de julho, para discutir a luta contra a reforma administrativa, e adiando para o fim de agosto a Plenária Nacional presencial, marcada para a primeira quinzena de agosto para discutir o indicativo de greve. A decisão é ainda mais grave diante do avanço da contrarreforma administrativa no Congresso Nacional, com previsão de apresentação de projetos no início de agosto. Essa manobra desmobilizadora ocorre num momento em que o funcionalismo sofre ataques profundos: o governo federal descumprir acordos de greve, acelera a precarização das Instituições Federais de Ensino e aprofunda o projeto de desmonte do serviço público brasileiro.

Enquanto isso, a Direção da FASUBRA prefere manter a passividade, restringindo a participação da base a uma breve reunião de informes ocorrida na tarde de 18/07, sem espaço de deliberação. Alguns sindicatos, como o SinTUFABC, que já haviam eleito delegados sindicais e planejado a ida às plenárias, enfrentam incertezas e até prejuízos, pois dependem da compra antecipada de passagens para garantir a participação. Esta política burocrática serve aos interesses do governo e não à luta real dos trabalhadores.

O governo Lula-Alckmin é inimigo do funcionalismo e do povo trabalhador, anda de mãos dadas com o agronegócio, os bancos e o mercado financeiro – que exigem mais cortes, mais privatizações e mais repressão aos direitos das massas para garantir o pagamento da dívida pública e a subordinação do país às suas ordens. A contrarreforma administrativa atende exatamente a essa lógica: desmontar os serviços públicos para abrir caminho à iniciativa privada e às grandes corporações.

Neste quadro, a direção majoritária da FASUBRA, hegemônica por setores atrelados ao lulismo e à conciliação de classes,

não cumpre o papel de organizar a resistência. Ao contrário, atua como correia de transmissão do governo dentro do movimento sindical, paralisando as lutas, apagando as reivindicações da base e impedindo a construção de um calendário real de mobilização. Não é um erro tático, e sim um projeto de colaboração com o inimigo de classe.

Diante disso, os trabalhadores técnico-administrativos em educação precisam romper com a política de espera e construir uma alternativa de luta a partir da base. É urgente e necessário unificar a luta com os demais setores do funcionalismo federal, estadual, distrital e municipal, além do movimento estudantil e demais categorias exploradas, contra todos os ataques dos governos burgueses.

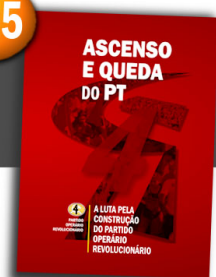
Uma luta vitoriosa não irá partir das cúpulas burocráticas, mas sim da ruptura com o imobilismo das direções conciliadoras, com a organização da vanguarda, e mobilização direta. Só com democracia de base, ação direta, e independência de classe será possível derrotar a contrarreforma e reverter os ataques.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



I Encontro do Ciclo de Formação “Resposta revolucionária à crise da educação”

A Corrente Proletária na Educação (CPE), da base do ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE, está promovendo o Ciclo de Formação “Resposta revolucionária à crise da educação”, com o objetivo assimilar e aplicar o Programa da Corrente Proletária na Educação. O primeiro encontro deste ciclo ocorreu em formato on-line na terça-feira, 29 de julho, reunindo cerca de 30 companheiros de diferentes entidades e regiões, que abordaram os primeiros seis pontos do referido programa. Abaixo apresentamos uma síntese da discussão, que terá continuidade no próximo encontro.

Foram destacados os seguintes aspectos: o caráter de classe da instituição educacional, escolar ou universitária, que está assentada e reproduz as relações sociais capitalistas, com destaque para a separação entre teoria e prática, que vem sendo aprofundada nos últimos anos. O controle da educação formal pelo empresariado, Estado e Igreja e a necessidade de conquistar na luta a autonomia universitária e constituir o governo tripartite (estudantes, funcionários e professores), subordinado à assembleia universitária. Discutiu-se nessa linha a defesa programática do sistema único, público e gratuito de educação, resultante da estatização das instituições educacionais privadas e confessionais.

O desmonte e a mercantilização da educação pública resulta da crise estrutural do capitalismo. O caráter mercadológico da política reformista de ampliação do acesso ao ensino superior de forma bastante restrita e precária mantém o filtro social do vestibular que exclui a maioria. O endividamento de milhares de estudantes por meio do FIES expõe o fracasso da política de inclusão dos estudantes pobres por meio do ensino privado. Os estudantes estão diante da precarização das condições de estudo e de trabalho. O avanço do ensino a distância (EaD) retrata a falência da educação no capitalismo em decomposição.

O Encontro de formação analisou a questão do ensino vinculado à produção social e, portanto, a combinação entre a educação e a produção social. Observou-se que ao contrário de se realizar essa interação, o capitalismo em sua fase de decomposição separa ainda mais a teoria e a prática. A bandeira da educação vinculada à produção social é parte do programa da revolução proletária e da construção da sociedade socialista.

PE-SinTUFABC participa de conversa com servidores da base do Sindserv-Mauá para fortalecer o combate à burocracia sindical

A convite de servidores da base do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos (Sindserv) de Mauá, a CPE-SinTUFABC participou de uma conversa contando a experiência de combate à burocracia sindical no SinTUFABC. Também estiveram presentes militantes do PSTU e da Revolução Brasileira.

A CPE-SinTUFABC fez uma contextualização histórica do SinTUFABC, destacando seu histórico de luta independente e combativa, sobretudo no período pré-pandemia; o fato de ser o único sindicato no ABC Paulista filiado à CSP-Conlutas; as direções sindicais unitárias (em geral formadas por ES, POM, PSTU e às vezes PSOL e PT) e a particularidade das eleições sindicais de 2023, na qual, pela primeira vez, houve mais de uma chapa inscrita e os governistas receberam a maioria dos votos; o aparelhamento do sindicato pela burocracia governista que boicotou as instâncias sindicais, não realizando reuniões regulares; cancelando ou realizando assembleias paralelas; fazendo acordos e tomando decisões

desvia a luta pelas reivindicações próprias para a via institucional e corporativista, sob o argumento fracassado de factibilidade.

Os servidores de Mauá contextualizaram o histórico do Sindserv, cuja última greve ocorreu em 2002, há 23 anos, os salários estão corroídos, e a direção do sindicato cerceia a democracia sindical. Declararam que a condução antidemocrática das assembleias e espaços sindicais pela Direção do Sindserv-Mauá faz com que muitos servidores rejeitem a política burocrática, inclusive promovendo atividades independentes, como manifestações na prefeitura, colagens de cartazes, etc. Contudo, ainda não conseguiram organizar uma chapa oposicionista para disputar a direção do sindicato. O burocratismo foi exemplificado com alguns itens do estatuto do sindicato, como o mandato de cinco anos e a exigência de um ano e meio de filiação para votar nas eleições para a diretoria e três anos para ser votado. Outro exemplo, é o carreirismo do Presidente do Sindserv que faleceu este ano, após mais de duas décadas ininterruptas traindo a categoria na direção da entidade. Agora, uma parcela da diretoria denunciou a corrupção financeira por parte de outra parcela da diretoria, devido a apropriação indevida de verbas provenientes do aluguel da colônia de férias e aguarda a decisão do judiciário burguês.

A CPE destacou o caráter burocrático do conflito, uma vez que, mesmo sabendo da corrupção há tempos, a fração sindical que realizou a denúncia só a fez após o óbito do burocrata mor devido à disputa pela sucessão do controle do aparato sindical. Junto a isso, colocou a necessidade de chamar os trabalhadores a tomarem a luta pelas reivindicações em suas próprias mãos e de organizar os trabalhadores sob a base dos princípios da democracia sindical e da independência dos governos e patrões, realizando reuniões periódicas, dialogando com a base por meio de boletins sindicais, realizando plenárias abertas, e pressionando a direção do sindicato a convocar e cumprir as decisões das assembleias sindicais. Sugeriu organizar a oposição sindical iniciando uma discussão sobre que sindicato precisamos, como base para formular um programa que se materialize em propostas de reforma estatutária, chapa para a diretoria, dentre outras ações.

R\$5**Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:****SinTUFABC****Construir uma direção
classista e democrática
para defender a
força de trabalho e a
universidade pública!***Por uma fração revolucionária
no funcionalismo público!***POR****MASSAS**

São Paulo - SAÚDE

A decomposição do SUS é reflexo da coexistência com a saúde privada

Aconteceu no dia 18 uma assembleia dos trabalhadores da saúde do estado de SP, onde se aprovou a continuidade do “estado de greve” devido a possibilidade de não cumprimento dos acordos por parte do governador Tarcísio de Freitas. O problema se iniciou muito antes, quando o governador anunciou 5% de reajuste ao funcionalismo, que, na prática, para muitos profissionais da saúde resulta em nenhum aumento efetivo no salário, devido às mudanças no complemento do Piso da Enfermagem, por exemplo. A mobilização vem ocorrendo desde junho com paralisações pontuais. No dia 15 de julho, a direção do SindSaúde (CUT) se reuniu com o governo e apresentou a proposta para a categoria no dia 18. O problema salarial sequer foi tocado, mas mesmo assim a direção apresentou o resultado como “um avanço”. Eis alguns dos principais pontos da negociação:

Bonificação por Resultados – O presidente do SindSaúde-SP, Gervásio Foganholi, apontou que a gestão estadual garantiu o pagamento do bônus referente a 2024 a todos na folha de pagamento de setembro.

Concurso de Promoção – O governo alegou problemas burocráticos ligados às autarquias, mas que já foram resolvidos, de acordo com o Estado. Será efetivado para todas as autarquias e secretarias que tenham profissionais da área técnica (Lei Complementar 1.157/2011). **Gdamspe** – Foi instituído um grupo de trabalho, que terá o prazo de 90 dias para conclusão dos estudos e apresentar a proposta para ampliar o valor a ser pago.

Calote no FGTS e no INSS – Os representantes do Estado apontaram que foi resolvido o “problema técnico” relacionado ao eSocial e que ocasionou o calote da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) ao FGTS e ao INSS.

Auxílio-alimentação – O governo alegou que reajustará o auxílio-alimentação, que desde 2018 é de R\$ 12, para todos(as) trabalhadoras(es). Já foi feito um levantamento em todas as secretarias para tirar a diferença e aproximar quem ganha menos com quem ganha mais. O prazo apresentado para definir o impacto e os novos valores é de 60 dias.

Perseguições – Gestão garantiu que não haverá mais perseguições a profissionais que participaram das mobilizações e das assembleias.

Prêmio de Incentivo – Está em estudo e até o final do ano será apresentado uma proposta para a revisão da tabela do Prêmio de Incentivo, que irá proporcionar valorização do valor.

Os pontos acima foram assim apresentados pela direção do sindicato. Como se vê, o sindicato atua como uma espécie de porta-voz do governo, aceitando promessas vagas e não tocando no principal que é a remuneração dos trabalhadores da saúde que permanece miserável para a maior parte da categoria. Diante das condições de trabalho, da ausência de resposta sobre o problema salarial e dos subterfúgios apresentados pelo governo, a tarefa da direção era de propor a rejeição integral dessa proposta, com chamado para a greve. O contrário aconteceu, a proposta foi aceita, e instituiu-se o chamado “estado de greve”, que não passa de uma manobra das burocracias para conter a revolta das bases.

Os problemas da saúde estadual se vinculam diretamente com os problemas na esfera federal. O governo Lula apresentou recentemente um projeto que tem sido visto como uma conquista por setores ligados ao reformismo: a utilização, pelos usuários do SUS, da rede privada de saúde (planos de saúde). A contrapartida do

governo é perdoar as multimilionárias dívidas que esse setor tem com o governo federal. Cabe às empresas privadas dizerem como e quando querem saudar suas dívidas em troca do atendimento de uma parte dos usuários do SUS.

Um traço fundamental de qualquer governo burguês é defender os interesses da burguesia e, se esse governo se traveste de “popular”, transformar essa defesa em “conquista dos trabalhadores”. O problema central é que a rede privada de saúde tem lucros milionários, cobra preços exorbitantes nos planos e ainda assim dá calote no governo.

A saúde privada representa uma forma pela qual o sistema capitalista transforma o cuidado com a vida humana em mercadoria, visando ao lucro. Muitos avanços científicos, tratamentos de ponta, tecnologias médicas e até curas para doenças já se encontram disponíveis no mercado. No entanto, esses avanços, em vez de serem universalizados, tornam-se acessíveis apenas a uma parcela privilegiada da população. Ao mesmo tempo, observa-se o uso de tecnologias sofisticadas em conflitos armados voltados à expansão da dominação imperialista. De passagem, podemos citar o exemplo da tecnologia de exoesqueletos robóticos, que há alguns anos foram tão alardeados como a possível solução para a paralisia. Hoje já é comum ver os exoesqueletos sendo testados em soldados para ampliar sua força e resistência, como anunciado recentemente pela China. Trata-se da aplicação da tese marxista de que as forças produtivas no capitalismo não podem se expandir livremente e estão em pleno choque com as relações de produção e as fronteiras nacionais. Quando essas forças de produção avançam não é para melhorar a vida da população, mas para ampliar o lucro e a dominação burguesa.

No Brasil, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) não foi um presente da burguesia, mas sim fruto de intensas lutas populares, protagonizadas pelo proletariado, pelas classes trabalhadoras e pelos setores historicamente oprimidos. Contudo, o SUS enfrenta um processo contínuo de desmonte: cortes de investimento, escassez de insumos e profissionais, além da crescente precarização dos serviços. Paralelamente, observa-se o fortalecimento de parcerias público-privadas, que fazem parte de um projeto deliberado de privatização e terceirização da saúde pública. O investimento é limitado pelo arcabouço fiscal do governo Lula, continuidade do teto de gastos do governo Temer.

O neoliberalismo, ou seja, a política econômica criada pelo capitalismo em sua fase de crise profunda, por sua natureza, visa expandir o mercado e o capital financeiro para esferas antes ocupadas exclusivamente pelo Estado, como a saúde e a educação. O sucateamento dos serviços públicos, através do desinvestimento, cortes e sobrecarga, cria terreno fértil para a mercantilização de direitos básicos. A base de todo esse problema está na coexistência entre saúde pública e privada, que no capitalismo exerce pressão sobre o sistema público e sua estrutura. A construção de um sistema de saúde único, universal e público exige a superação do próprio capitalismo, através da revolução social e expropriação de toda a rede privada de saúde.

A tarefa imediata, no entanto, passa por criar no interior dos sindicatos da saúde as frações classistas e revolucionárias, para varrer com as direções governistas e conciliadores, e organizar a revolta dos trabalhadores da saúde no sentido de conquistar de fato suas reivindicações, o que exige a utilização dos métodos próprios da classe operária e da maioria oprimida.

■ O fim da fome só virá com o fim do capitalismo

O que dizem os dados sobre o Mapa da Fome: “Menos de 2,5% da população brasileira estavam em risco de subnutrição ou sem acesso à alimentação suficiente no triênio de 2022 a 2024, resultado que tira o Brasil do Mapa da Fome mais uma vez, após período de retrocessos nessa frente”;

“O país havia voltado a figurar no Mapa da Fome no triênio de 2019 a 2021, segundo dados da ONU (Organização das Nações Unidas), após ter saído pela primeira vez dessa estatística em 2014.”

Esses dados somente assinalam que uma parcela saiu da fome crônica, mas certamente continuam o mapa dos miseráveis. Isso por que um grande contingente dos assalariados convive com salários que não garantem as necessidades básicas. O próprio DIEESE calcula que é preciso um salário-mínimo de R\$ 7.638,62, enquanto o governo decreta um salário de R\$1.518,00. Milhões de

trabalhadores e aposentados estão obrigados a viver com esse salário miserável.

As centrais, sindicatos e os movimentos sociais têm de organizar um Dia Nacional de Luta em defesa do salário-mínimo vital, necessário para garantir a existência da família trabalhadora e aposentados e pensionistas. No entanto, as direções sindicais comemoram a pesquisa de que o Brasil saiu do mapa da fome, com o governo Lula. Não são capazes de defender as reivindicações fundamentais, como a do salário mínimo vital, fim da informalidade, terceirização e redução da jornada sem redução dos salários.

O Boletim Nossa Classe e o da Corrente Proletária têm feito campanha junto aos trabalhadores em defesa das reivindicações que unificam os explorados, bem como os métodos para conquistá-las.

■ Unificar os operários, camponeses pobres e os povos indígenas para derrotar o Marco Temporal

No governo do PT, o conflito entre latifundiários e mineradores contra os indígenas não teve trégua. A nova edição do relatório anual de violência do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) indica que “o número de indígenas assassinados em todo o Brasil subiu em 2024 pelo terceiro ano consecutivo, enquanto a quantidade de invasões e danos a terra indígenas (TI) teve um recuo”.

O próprio relatório reconhece que o Marco Temporal provocou ainda mais ocorrências “fragilizando os direitos territoriais dos povos originários, gerando insegurança e fomentando conflitos e ataques contra comunidades indígenas em todas as regiões do

país.” E o processo de demarcação de terra foi afetado por essa lei aprovada pelo Congresso Nacional.

O Marco Temporal só favorece os capitalistas do campo. Por isso, tem de ser derrubado. E o caminho é a unidade dos indígenas com os operários e camponeses pobres. A tendência é aprofundar os conflitos, pois os capitalistas estão pela exploração da região amazônica, o que implica expulsar e invadir as terras ocupadas pelas nações indígenas. A defesa da demarcação das terras e dos territórios indígenas é uma tarefa democrática, que só pode ser cumprida pelo programa da classe operária, da revolução social.

■ São Paulo – litoral norte Balanço da luta dos servidores municipais de São Sebastião

Assembleias aprovam contraproposta do prefeito. Servidores municipais encerram a campanha salarial 2025

Nas assembleias realizadas nos dias 17 e 18 de junho, os trabalhadores municipais de São Sebastião decidiram pela aceitação da contraproposta do prefeito Reinaldo Dinho e pelo encerramento da campanha salarial de 2025. Essas assembleias foram convocadas após uma reunião extraordinária com a participação dos trabalhadores majoritariamente de cargos até a faixa salarial nível 5, os chamados “braçais” e a direção majoritária do sindicato (Unidos Pra Lutar/ CSP-Conlutas), onde os trabalhadores cobraram o não recebimento dos aumentos nos VA e VR (de R\$495,00 para R\$900,00 e de R\$40,00 para R\$50,00, respectivamente) oferecidos pela patronal.

Ocorreu que o Prefeito não fez o pagamento depois de ficar sabendo do conteúdo da decisão aprovada nas assembleias dos dias 6 e 7 de junho, que consistiu em: aceitação da proposta do prefeito de reajuste do VA e VR, mas continuar a campanha salarial, que tinha a seguinte pauta: Reajuste salarial de 10%; readequação da

Tabela de Vencimentos para que nenhum trabalhador receba menos de dois salários mínimos federais; reajuste nos Vale Refeição e do Vale Alimentação para todos, entre outras. Ou seja, ao tomar conhecimento da aprovação, pelos servidores, da sua contraproposta, o prefeito aproveitou a situação para chantagear e dividir a categoria. Condiçãoou o pagamento dos vales ao encerramento da campanha salarial. Tentou colocar os que estavam contemplados com os aumentos dos vales contra o sindicato. Sabe-se até que colocou transporte público (vans) para que os braçais comparecessem às assembleias para votar a favor da aceitação da sua contraproposta.

Em comunicado público e em carta direcionada aos servidores, o prefeito fez ameaças de que “se a luta da campanha salarial seguir, haverá a suspensão do aumento no valor dos vales”. Demagogicamente, prometeu abonar a falta dos servidores que participaram da paralisação do dia 7/6 se a campanha fosse encerrada etc. O fato é que a aprovação dos “penduricalhos” oferecidos pelo prefeito forneceu munição a patronal para obrigar a direção majoritária do sindicato a enterrar a campanha salarial. Se é verdade que esses reajustes aliviam provisoriamente um pouco a situação de parte dos servidores, também é verdade que o reajuste nos VA e VR não se estende sequer aos aposentados e demais servidores

da ativa, como professores etc. Dessa forma, o prefeito colocou o sindicato “contra a parede”. Colocou os braçais, que são os que ganham salários mais baixos em oposição aos demais servidores.

Diante dessa situação, a direção do sindicato foi obrigada a chamar assembleias às pressas nos dias 17 e 18 de junho e fazer novas votações da contraproposta do prefeito. Nessas assembleias, os trabalhadores de cargos até a faixa salarial nível 5 compareceram em peso. Objetivamente, a votação (320 x 15, segundo o sindicato), demonstrou que a campanha salarial havia chegado a um “beco sem saída”. Os servidores decidiram pela aprovação da contraproposta oferecida e, consequentemente, pelo encerramento da campanha salarial 2025. O prefeito não cumpriu o dissídio coletivo, cuja data-base é 1º de maio. “Com a decisão, a entidade sindical já protocolou o resultado no Gabinete para garantir que este aumento entre na folha de pagamento deste mês”, informou o SINDSERV.

Sobre as assembleias de 6 e 7 de junho e paralisação

A assembleia realizada no dia 6 de junho avaliou e deliberou sobre a contraproposta do prefeito, bem como sobre os rumos da campanha salarial. Nessa assembleia aprovou-se a proposta de aceitação da contraposta do prefeito (33 x 19), com o argumento de que “para os servidores que recebem pouco, o vale já ajuda. Vamos aprovar o que foi oferecido pela prefeitura e continuar a luta pelo reajuste”.

Dessa forma, criou-se a ilusão de que a luta da campanha salarial continuaria e teria êxito com unidade da categoria juntamente com os servidores que recebem os menores salários, que entenderam a ampliação dos vales como uma vitória. A realidade demonstrou que foi um erro a aceitação do aumento dos vales alimentação e refeição, da forma como foi colocada. Não se percebeu que a proposta tinha o claro objetivo de dividir os trabalhadores e enfraquecer a luta. A proposta de aprovação da greve por tempo indeterminado, como única forma de obrigar o prefeito a ceder e, de fato, atender as reivindicações, foi rechaçada.

O erro já se fez sentir na paralisação de 7 de junho, que aconteceu com uma participação expressiva, mas a participação dos servidores que se acharam beneficiados pelo reajuste dos vales foi quase nula, com rara exceção de uma meia dúzia de “braçais”. A maioria dos participantes foi dos docentes e de aposentados, além de alguns do setor da saúde.

Sobre a assembleia do dia 10/6

Para a assembleia de 10/6, o SINDSERV fez o seguinte chamado: “Atenção servidores! Zero não é reajuste! Dia 11 de junho é greve geral! Todos 9h em frente ao Paço Municipal! Exigimos valorização e respeito!”

Nessa assembleia, foi dado o informe que o prefeito não apresentou nenhuma outra contraproposta. Após algumas falas foram apresentadas duas propostas principais que deveriam ser encaminhadas para o dia 11/6, que foram: 1ª) manutenção da paralisação por tempo indeterminado, com assembleia dia 18/6 para avaliar o movimento (Corrente Proletária do Litoral Norte-SP-POR); 2ª) Suspensão da paralisação, continuar fazendo atrasadinhas nas garagens, um dia por setor, com assembleia no dia 4 agosto e outra assembleia no dia 14 de agosto com paralisação (PPRI). Porém, não se decidiu nada. A direção majoritária do sindicato fez o encaminhamento de levar a decisão para o dia 11/6, com o argumento de que as propostas deveriam ser apresentadas para votação no

próprio dia 11/6, com a presença de todos os servidores. A única proposta aprovada nessa assembleia foi: fazer os piquetes nas portas das garagens pela manhã e chamar os trabalhadores para o ato em frente à Prefeitura.

Sobre a paralisação de 11 de junho

A paralisação do dia 11/6 contou com a participação de aproximadamente duzentos servidores, da educação, meio ambiente, condutores, combate as endemias, braçais e aposentados. Inicialmente, aprovou-se uma caminhada pela área central da cidade, que acabou dispersando parte dos manifestantes.

Quando a caminhada retornou ao Paço Municipal, ocorreu a assembleia. Após algumas falas, foram apresentadas novamente as duas propostas principais para a continuidade do movimento: 1ª) Continuidade da greve por tempo indeterminado, organização dos comandos e nova assembleia no dia 18/6, (Corrente Proletária/POR); 2ª) Encerramento da paralisação e retomada com assembleia no dia 4/8 e 18/8 com paralisação neste último (PPRI).

A assembleia aprovou a segunda proposta. Ou seja, a paralisação foi apenas de um dia. A proposta vencedora foi o encerramento da greve e retomada das assembleias para o segundo semestre. Os argumentos principais contra a greve foram de que “não havia condições para a greve”, que “a situação de São Sebastião era diferente dos servidores da capital paulista, onde já há uma tradição”, que “seria difícil mobilizar os trabalhadores da educação em julho”, entre outros.

A proposta de continuidade da greve por tempo indeterminado foi rejeitada. Com a decisão, a direção do sindicato informou que “os funcionários voltaram ao trabalho, mas podem retomar a paralisação se não houver contraproposta da prefeitura até agosto”.

Sobre a atuação da Corrente Proletária do Litoral Norte – SP (POR)

Antes e durante toda a campanha salarial e em todas as assembleias, a Corrente Proletária se colocou contra a aceitação da contraproposta do prefeito. Denunciou que se tratava de migalhas, que não contemplava as categorias de servidores municipais. Defendeu intransigentemente, tanto nas falas como nos boletins, a aprovação da greve por tempo indeterminado, como única forma de obrigar o prefeito a atender às reivindicações. Combateu e denunciou as vacilações e manobras sindicais que levaram ao encerramento da campanha salarial sem o atendimento das reivindicações. Esforça-se, crítica e autocriticamente, para extrair as lições dessa importante luta dos servidores municipais de São Sebastião pelo atendimento de suas reivindicações, no sentido de servir de instrumento para o fortalecimento das próximas lutas.

A Corrente Proletária distribuiu alguns boletins durante a campanha salarial, acompanhando o processo de mobilização passo a passo, mostrando a importância de as reivindicações expressarem as necessidades concretas dos trabalhadores, de maneira a impulsionar o instinto de revolta e transformá-lo em ação política coletiva e organizada, com os métodos da ação direta, no campo da independência de classe. Procurou também fazer a ligação entre a luta regional e os problemas gerais dos oprimidos.

A assimilação dessa experiência certamente permitirá aos servidores de São Sebastião e do Litoral Norte como um todo avançar, permitindo retomar a mobilização na próxima campanha salarial e nos próximos embates em um patamar mais elevado.

Circo montado pela burocracia da CUT

Nos dias 18 e 19 de julho, ocorreu no formato híbrido a 17ª plenária da CUT Estadual SP. Reuniu remotamente pouco mais de 100 dirigentes sindicais e presencialmente cerca de 30. O formato online e o esvaziamento da Plenária mostrou o ponto máximo da estatização e burocratização dos sindicatos controlados pelo PT e aliados.

A Plenária ocorreu poucos dias depois que Trump ter divulgado a violenta taxa de 50% dos produtos brasileiros de exportação aos Estados Unidos. Uma semana após ao massivo ato contra a intervenção norte-americana na Av. Paulista. E, principalmente, em meio ao brutal genocídio do povo palestino na Faixa de Gaza. Apesar dessas terríveis condições, a direção da CUT realizou uma Plenária virtual com delegados escolhidos a dedo pela burocracia. O formato de mesas com palestrantes indicou que se tratava de uma Plenária somente para cumprir os estatutos da central.

A eleição de delegados na Apeoesp foi uma farsa. A única corrente que defendeu uma posição e distribuiu por escrito o material ao plenário do Conselho de Representes foi a Corrente Proletária/POR. Assim, os representantes da Apeoesp na Plenária da CUT foram indicados pela direção do sindicato posteriormente. Ninguém ficou sabendo quem eram os delegados, sequer no dia da Plenária, porque ficaram ouvindo os palestrantes de suas casas.

A Plenária homenageou dois sindicalistas que faleceram recentemente: Joãozinho que era do Sindsep e João Nazareno, do Sinpeem.

Na abertura, o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, discursou sobre os “desafios” que vêm enfrentando os trabalhadores, exemplificando com as privatizações do governador Tarcísio de Freitas. Concluiu assinalando o “desafio” colocado pelas eleições presidenciais de 2026, o que coloca para o movimento sindical a tarefa de divulgar as conquistas implementadas pelo governo Lula. E ressaltando a importância do Plebiscito Popular, que o caracterizou como instrumento essencial de participação popular. Como se vê, uma intervenção voltada ao eleitoralismo e oposta à organização dos trabalhadores e contrária à luta direta em defesa dos empregos, salários e direitos.

Na mesma linha política, o presidente da CUT-SP, Raimundo Suzart, foi mais claro. Disse que a tarefa fundamental é a de reeleger o presidente Lula, mas é preciso modificar a composição do Congresso Nacional, que vem sendo um obstáculo para o

governo Lula. O que significa eleger os parlamentares do PT e dos partidos aliados.

Coube ao Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, encerrar a Plenária. O burocrata petista vendido, como não tinha nada de positivo a anunciar de seu ministério aos trabalhadores, se limitou a fazer um balanço dos resultados e obstáculos de sua pasta para se isentar da responsabilidade de continuar implementando as contrarreformas de Temer e Bolsonaro.

O documento oficial chamado Texto Base para a “17ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT – JOÃO BATISTA GOMES (JOÃOZINHO)”, com o título “Novos Tempos, Novos Desafios”, apresentado pela direção da central, é resultado de um acordo com as correntes que compõem a direção. Os militantes do “O Trabalho” propuseram alguns adendos, mas foram rejeitados. Esse texto-base será finalmente aprovado na Plenária nacional de 14 a 16 outubro.

A Corrente Proletária esteve presente no local da Plenária, distribuiu o Manifesto e aproveitou uma situação para intervir, ressaltando as tarefas da CUT, criticando o eleitoralismo e defendendo a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, em defesa dos empregos, salários, direitos e pelo fim das contrarreformas trabalhista, previdenciária e terceirização, bem como as privatizações.

A vanguarda com consciência de classe está diante de uma central sindical controlada por uma burocracia que serve de correia de transmissão da política burguesa. Nesse momento, age para conter o descontentamento dos trabalhadores diante do governo do Lula. As Plenárias estaduais e nacionais são antidemocráticas e, agora, sequer são presenciais. Não há assembleias de base para a eleição de delegados. Não há teses de oposição. O que há é uma Tese confeccionada pelos burocratas e assessores que compõem a direção da central. A classe operária e os demais trabalhadores estão à margem do que se passa na CUT. Essa 17ª Plenária e a Plenária Nacional teve e tem o objetivo de reeleger Lula em 2026. Os discursos dos dirigentes foram claros nesse sentido. A CUT sob a direção dessa burocracia está morta para a luta de classes. Cabe à vanguarda consciente trabalhar para constituir as frações revolucionárias desde as bases para recuperar os sindicatos para a defesa dos interesses gerais dos explorados, o que significa derrotar e expulsar essa burocracia.

R\$5

Capitalismo e destruição da natureza
Extratos Marx e Engels

Adquira com o distribuidor de Massas:

POR Partido Operário Revolucionário **MASSAS**



R\$5

RESPOSTA MARXISTA À OPRESSÃO SEXUAL

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Balanco da trajetória dos movimentos LGBT
A defesa do Partido Operário Revolucionário de lutar pelo fim das opressões com os métodos da luta de classes

POR Partido Operário Revolucionário **MASSAS**



O 60° CONUNE não foi capaz de organizar os estudantes e criar um calendário de lutas

UNE se mantém submissa ao governo burguês e elege mais uma diretoria burocrática e governista

O 60º Congresso da UNE, que reuniu mais de dez mil estudantes de todo o país, esteve condicionado ao jogo parlamentar do reformismo e ao aparelhismo burocrático. Não foi capaz de cumprir sua função de centralizar as decisões, que impulsionariam a luta estudantil nacional, tampouco serviu para aprovar um plano de luta dos problemas enfrentados pelos estudantes em suas escolas e universidades.

A desorganização do evento, método da política pequeno burguesa, conduziu todo o Congresso. Com exceção do “ato de rua” no dia 18, que foi perfeitamente orquestrado: mantiveram a pontualidade, a ordem e o percurso cronometrado. O ato “Abaixo ao Imperialismo: por soberania aos povos e nações” teve sua bandeira reescrita diversas vezes na programação da UNE, sendo anteriormente divulgado como “Estudantes pela paz: imperialismo no chão e Palestina livre”. Ao final, o teatro do “ato de rua” comandado pela UNE fez com que os estudantes caminhassem ao redor do ginásio/estádio Serra Dourada, em Goiânia, retornando rapidamente para o interior do local, evidenciando o caráter de fachada do ato que se pretendia promover.

A ausência de uma programação concreta, os constantes atrasos, a desorganização logística com alimentação, transporte e alojamento, e a restrição à fala das forças de oposição, já deixava claro o rumo do processo eleitoral de direção da UNE. A chapa eleita com 80% dos votos, assumida por Bianca Borges (UJS), reafirma o controle burocrático do PCdoB, mantido desde 1979 e compartilhado com o PT nas últimas décadas. A eleição dos delegados foi marcada por fraudes nas instituições públicas e privadas e nos cursos presenciais e EAD.

O governismo se manifestou na linha política, na reprodução da propaganda do governo de que “O Brasil é dos brasileiros”, uma forma rebaixada de nacionalismo de conteúdo burguês. O conteúdo de classe de qualquer governo eleito e submetido aos poderes do Estado, por exercerem as funções políticas de um governo burguês não poderia garantir a soberania nacional e realizar as tarefas democráticas do país. A direção da UNE, no entanto, não hesitou em falar sobre soberania nacional e desenvolvimento do país, mas se nega a enfrentar a discussão sobre o programa, as tarefas, a tática e a organização para combater a submissão da burguesia nacional às potências imperialistas.

A presença do presidente Lula na programação se deu mediante uma forte operação para impedir vaías em sua fala. Para evitar qualquer expressão crítica, o evento foi blindado com a presença exclusiva da militância da juventude do PT. O local escolhido, o Centro de Convenções da UFG, foi propositalmente pequeno e deixou de fora até mesmo a juventude aliada da UJS. Essa impostura evitou que se repetisse o episódio do 59º Congresso da UNE, em 2023, em que Lula foi vaiado pela oposição de esquerda.

O 60º CONUNE foi marcado pelo trágico acidente que atingiu a delegação da UFPA, com a morte de três estudantes, além dos motoristas do ônibus e da carreta. Em respeito às vítimas fatais, foram cancelados os shows, porém o clima festivo se manteve com diversas tendas de música espalhadas pela UFG durante o dia e festas organizadas pelas organizações, à noite, nos acampamentos. Tal ação causou dispersão e cansaço nos estudantes, prejudicou a elevação da consciência crítica da juventude, servindo apenas para a política de conciliação de classes do governismo. A oportunidade de reunir milhares de estudantes para debater pautas e

reivindicações reais foi desperdiçada pela majoritária (UJS/PCdoB) e seus aliados, (Para Todos, JPT, Kizomba, Afronte, Travessia, Rua, Levante, Manifesta e etc.) e substituída pela diretriz de apoio ao governo Lula. A Corrente Proletária Estudantil (CPE) aproveitou o momento para divulgar suas teses e fortalecer sua intervenção política na juventude.

A linha política principal da coalizão que venceu a eleição, composta por PCdoB, PT, PSOL, PSB e PDT foi de blindar o governo, com o pretexto de priorizar o combate ao fascismo, ao golpismo e à extrema-direita. As ilusões no Estado e no Judiciário se manifestaram nas reivindicações de prisão de Bolsonaro (PL). O corporativismo se expressou na bandeira de “Educação fora do arcabouço fiscal”, o que implica a aceitação do teto de gastos para outras áreas, como a saúde.

Como uma extensão do parlamentarismo burguês, os temas de debates políticos e grupos de estudos foram empregados nos jargões genéricos assumidos em todo o discurso político do governismo, como por exemplo, o combate à extrema-direita e ao fascismo e a prisão de Bolsonaro (PL). Esse discurso se desfez com a garantia da presença dos movimentos estudantis de partidos da extrema direita como a juventude do Partido Novo, Juventude Livre (UJL) e a juventude do Partido Liberal (PL) que tiveram espaço de fala e disputa de suas teses no 60º Congresso da UNE. A atual crise de direção das organizações estudantis e operárias, permite que germinem tentativas de massificação das ideias reacionárias, a partir do descontentamento de certos setores das classes médias arruinadas.

A CPE compreende que a defesa das liberdades democráticas e o enfrentamento à extrema direita golpista só pode se dar com independência de classe perante a burguesia, seus partidos e governos. Defendemos que é preciso que a classe operária e a juventude se coloquem em movimento por suas próprias reivindicações, com seus métodos históricos, constituindo uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula.



PROGRAMA DO POR

Adquirir o nosso programa e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelos meios de contato:

- ☎ (11) 9 5446-2020
- 📷 @massas.por
- 🌐 pormassas.org
- 📍 anchor.fm/por-massas
- ✉ por@pormassas.org
- 📺 t.me/massas_por



Incentivo ao ensino privado

Não é novidade que a UNE defende o ensino privado, embora ocasionalmente faça campanhas em que afirma que “educação não é mercadoria”. Sob os governos do PT, a UNE colaborou com a política de mercantilização e desnacionalização do ensino superior, assim como da expansão do ensino a distância em nome de uma falsa democratização, revestida pelas ações afirmativas. O resultado dessas políticas foi a ampliação do percentual de instituições privadas e a formação de corporações subordinadas ao capital financeiro, para os jovens, a certificação em massa não veio acompanhada de garantia de empregos, considerando a extrema precariedade das vagas que são abertas, ao mesmo tempo em que levou ao endividamento daqueles que tiveram seu direito à educação negado.

Na plenária final do congresso, 40 moções tiveram seus títulos lidos e foram aprovadas em um único bloco. Os temas expressam a política burguesa e o afastamento do movimento estudantil de um programa proletário. Na ausência de um calendário de lutas, a UNE divulgou duas atividades: um ato em “Defesa da soberania nacional”, no dia 1º de agosto, convocado pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e debates nas universidades durante a última semana de votação do plebiscito popular.

Oposição de esquerda

A disputa pela oposição da direção da UNE se deu no campo do reformismo e do centrismo composto pela proposição de uma “frente ampla” que implicou o rebaixamento das reivindicações dos estudantes e na sujeição ao eleitoralismo. O Correnteza (UP) segue crescendo e se consagrou como a maior força da oposição de esquerda, embora suas diferenças com a UJS sejam apenas de grau, na medida em que reivindicam abertamente o estalinismo, onde dirigem entidades estudantis são aparelhistas e burocráticos e tiveram a mesma conduta de ocultar informações sobre a eleição de delegados. Sob essa direção oportunista enfileiraram-se as demais correntes: UJC/PCBR, Juntos, PCB, JCA, CST, Ecoar, Coletivo A rua é nós, Quilombo, Ocupe, e Rebeldia/PSTU. O Faísca/MRT construiu uma chapa única, mas depois retirou e apoiou criticamente a chapa da Oposição. A briga entre Faísca/MRT e Rebeldia/PSTU, em que um militante do PSTU chegou a jogar spray de pimenta, atingindo várias delegações da oposição, com a necessidade de atendimento médico a vários estudantes, testemunha a superficialidade da união da oposição, decorrente da ausência de programa. A fragilidade da oposição também é exposta na ausência de plenárias/debates em conjunto. Algumas direções, com medo de sua base conhecer outras organizações, sequer permitem que seus militantes conversem e interajam com pessoas de outras correntes, denunciando a despolitização e burocratismo. As correntes oposicionistas foram incapazes de defender um Congresso democrático, constituído por delegados eleitos em assembleias e com outras práticas. Apesar de haver mais críticas ao governo e ao Novo Arcabouço Fiscal, as teses da oposição não se diferenciaram programaticamente.

Atuação da Corrente Proletária na Educação

A CPE atuou no CONUNE distribuindo suas teses, montando banca de materiais e dialogando com os estudantes, embora fossem enormes os bloqueios impostos pela burocratização e despolitização. Batalhamos para criar uma fração revolucionária no movimento estudantil, capaz de desenvolver uma Oposição Revolucionária ao governo Lula e uma direção classista,

independente, combativa e revolucionária para a UNE. Certamente esse trabalho não se dá apenas nos congressos e atividades gerais da UNE, mas sim no dia a dia das universidades, onde trabalhamos para vincular as reivindicações mais sentidas dos estudantes com aquelas mais gerais da classe operária e da maioria oprimida. Intervimos no CONUNE defendendo a seguinte plataforma de luta:

1. Fim do ensino privado! Estatização, sem indenização, de toda a rede privada de educação. Por um sistema único, público, gratuito, laico e universal. Pelo fim de todo tipo de mercantilização do ensino. Fim do ensino a distância. Pela aplicação da tecnologia no ensino presencial. Fim imediato do vestibular. Nenhuma barreira para a juventude oprimida acessar ao ensino superior;
2. Por uma educação vinculada à produção social. Unir teoria e prática. Aprendizado integrado no trabalho e na escola;
3. Emprego a toda a juventude, com todos os direitos e estabilidade garantidos, combinando os estudos com o trabalho;
4. Creches para as mães estudantes, e moradia estudantil;
5. Pelo governo tripartite nas universidades. Fim da estrutura medieval das reitorias. Que os estudantes, professores e trabalhadores possam eleger, por voto universal, seus representantes com mandatos revogáveis;
6. Por financiamento estatal integral da Educação pública conforme orçamento aprovado pelas assembleias gerais universitárias! Pelo não pagamento da dívida pública;
7. Revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio! Fim da terceirização com efetivação imediata dos terceirizados;
8. Redução da jornada, sem redução salarial. Pela escala móvel de salários e das horas de trabalho. Pela estabilidade no emprego;
9. Salário mínimo vital necessário para uma família de quatro pessoas, que, segundo o Dieese, em 2025, deve ser R\$ 7.638,62;
10. Todos os direitos democráticos ao povo (direito ao aborto público e gratuito, uso do nome social, igualdade salarial entre homens e mulheres etc.). Nenhuma discriminação sexual, racial ou quaisquer outras;
11. Responder às tendências fascistas na sociedade com os métodos da luta de classe e com a ação direta coletiva das massas;
12. Constituir uma Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula;
13. Responder às tendências bélicas e às guerras de dominação com o programa da revolução social, que por sua natureza de classe é proletária.

Por um Congresso da UNE independente do governo Lula e de toda a política burguesa!

Pela aprovação de um programa de reivindicação que unifique a maioria da juventude em defesa do ensino público, em todos os níveis, com acesso e permanência a todos!

Por uma campanha nacional de defesa dos empregos, salários e condições de estudos a toda juventude!

Limitamos o balanço a esses aspectos porque foram os que mais se sobressaltam, segundo o que podemos vivenciar nas discussões de plenário.

Defender o sistema único de educação, público, controlado por quem estuda e trabalha, e vinculado à produção social!

Compatibilizar a jornada de trabalho com os estudos!

LANÇAMENTO!

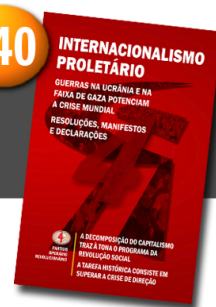
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40



A revolução proletária e o renegado Kautsky

Capítulos 3 e 4

Dando continuidade aos estudos do Grupo de estudos, passamos agora aos capítulos 3 e 4 da obra de Lênin de crítica ao proeminente dirigente da II Internacional, o marxista renegado Kautsky.

No capítulo 3, intitulado “Pode haver igualdade entre explorado e explorador?”, Lênin dá continuidade na resposta à Kautsky sobre o caráter violento da revolução proletária. Vai mostrar que seu adversário busca partir de uma verdade incontestável, a de que os exploradores constituem uma ínfima parcela da população, para concluir que “um regime tão solidamente apoiado nas massas não tem nenhuma razão para atentar contra a democracia”, ou seja, que o Estado proletário por ser da maioria deveria ser uma “democracia pura”, ignorando completamente a relação social existente entre explorado e explorador, ignorando a relação das classes sociais.

Marx e Engels já haviam respondido ao questionamento sobre o papel da ditadura do proletariado quando a maioria detém o poder: para destruir a resistência da burguesia; para aterrorizar os reacionários; para manter a autoridade do povo armado contra a burguesia; para que o proletariado possa abater pela força seus adversários.

Outro ponto respondido é a ideia de que igualdade de forma (ou jurídica) é o mesmo que igualdade real. A prática cotidiana mostrou historicamente – e continua a mostrar cotidianamente – a falsidade dessa ideia do regime burguês e de sua democracia. Enquanto houver exploração de uma classe por outra, não é possível haver uma igualdade real. E não é possível mudar as relações sociais completamente do dia para a noite. Mesmo com a expropriação dos meios de produção, a série de privilégios que tiveram durante toda sua vida e durante gerações garante aos capitalistas toda uma infinidade de vantagens sobre o operário que acabara de começar a exercer o poder do Estado e o controle das fábricas. A história mostra que “em toda revolução profunda, os exploradores opõem resistência prolongada, encarniçada, desesperada, conservando, durante anos, vantagens consideráveis sobre os explorados”.

Kautsky argumenta como se os exploradores se submetem à vontade da maioria dos explorados antes de ter tentado a sorte em luta derradeira e desesperada, numa série de batalhas. Ignora completamente que a passagem do capitalismo para o comunismo é toda uma época histórica, que enquanto não estiver terminada haverá tentativas de restauração. E, de fato, o curso das revoluções proletárias do século XX viriam a dar razão inteiramente a Lênin.

Ainda no capítulo 3, Lênin critica Kautsky por fazer críticas a aspectos da revolução russa como se fossem a ditadura proletária em geral, especialmente na exclusão dos exploradores do direito ao voto. Diz que essa restrição na Rússia não é parte do fundamento da ditadura proletária, que poderia ser diferente na revolução em outros países, a depender de suas particularidades nacionais. A questão fundamental, que Kautsky evita a todo custo, não está no sufrágio universal, mas sim no esmagamento pela força dos exploradores como classe social. Lênin põe a questão nos seguintes termos: “será possível a ditadura do proletariado sem violação da democracia em detrimento da classe dos exploradores?”. Ao colocar nestes termos, fica claro que o intuito da crítica à ditadura proletária está na defesa da burguesia como classe social.

O capítulo 4 trata da revolução russa concretamente, e é intitulado “Proibição aos soviets de se transformarem em órgão de Estado”. Começa por colocar os soviets como uma das formas

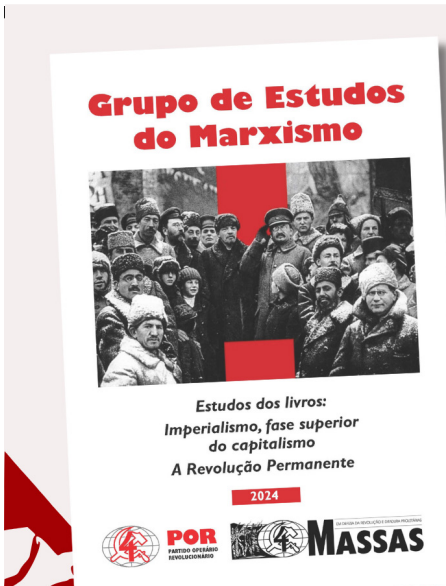
da ditadura do proletariado, a forma que se concretizou na Rússia. Mostra que Kautsky diz que os soviets são um organismo importante dos trabalhadores em geral na sua luta contra o capital, ao mesmo tempo que diz que eles não podem ser usados como instrumento de opressão de classe, ou seja, como Estado. Lenin expõe o raciocínio de Kautsky nos seguintes termos:

Assim, a classe oprimida, a vanguarda de todos os trabalhadores e explorados na sociedade contemporânea, deve aspirar às “batalhas decisivas entre o capital e o trabalho”, mas não deve tocar na máquina por meio da qual o capital reprime o trabalho! Não deve quebrar esta máquina! Não deve empregar a sua organização ampla para reprimir os exploradores!

E conclui que esse raciocínio é o de reconhecer a luta de classes sem o derrubamento da burguesia, como a reconhecem os liberais, ou seja, de combater a burguesia, mas sem poder nunca vencê-la. Mesmo Marx, quando escrevia o manifesto comunista, já apontava a necessidade do Estado proletário: “O Estado, quer dizer, o proletariado como classe dominante”. Portanto, o raciocínio de Kautsky é o rompimento completo com o marxismo e a traição ao socialismo.

Lenin explica ainda que a democracia burguesa já foi progressiva. Mas isso na Idade Média, não na fase imperialista do capitalismo, onde ela já não serve ao progresso, onde ela é insuficiente para a classe operária. Hoje, o progresso está na substituição da democracia burguesa pela proletária. Kautsky ao limitar até onde o proletariado e suas organizações podem avançar, ao defender a democracia de um passado que não existe mais, trai a causa proletária, se coloca como um renegado do marxismo.

E finaliza o capítulo 4 mostrando que no aspecto prático essa posição impotente perante os organismos da burguesia é muito mais grave do que no aspecto teórico, pois só pode levar a uma falência vergonhosa, já que o organismo que combate a burguesia deveria ser inutilizado no momento decisivo, na tomada do poder.



Grupo de Estudos do Marxismo

Estudos dos livros:
Imperialismo, fase superior
do capitalismo
A Revolução Permanente

2024

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas: R\$ 5,00

Nesta edição:

36 anos do POR do Brasil;

90 anos do POR da Bolívia;

Palestina - manifestos e balanços das intervenções;

Argentina - Só podemos acabar com Milei (...) por meio dos métodos, organização e política da classe operária;

Chile - Mês de julho se encerra com ato oficialista (...);

33 anos do URSS - A indústria do Estado e a edificação do socialismo.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



36 do Partido **Operário** **Revolucionário** | **1989** **2025**

Notas sobre os 36 anos do Partido Operário Revolucionário (POR)

No Jornal Massas 743, iniciamos a exposição histórica sobre os 36 anos do POR e reproduzimos o documento “O que é o POR”, que sintetiza os fundamentos programáticos iniciais da fundação do partido em 1 de julho de 1989. No Jornal Massas 744, expusemos uma trajetória do partido apresentando os Congressos e Conferências. Dando sequência, reproduziremos algumas formulações programáticas que marcaram o desenvolvimento do partido. Para demarcar, as passagens serão enumeradas.

Resoluções político-programáticas do I Congresso, julho de 1989

Sobre a situação mundial

Destacavam-se as tendências das frações imperialistas de constituírem blocos econômicos como resposta à crise de superprodução, recrudescia a opressão sobre os países semicoloniais e se projetava o empobrecimento das massas. Uma referência significativa da crise mundial foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro de 1987. Em fins dessa década, o Fundo Monetário Internacional, sob a direção dos Estados Unidos, estabeleceu as bases do denominado Consenso de Washington, que descarregava a crise das potências sobre as nações mais débeis. Na América Latina, ainda se refletia as consequências da guerra da Inglaterra contra a Argentina, em 1982, pela disputa do controle das Ilhas Malvinas. No Oriente Médio, a guerra entre o Irã e Iraque, de 1980-1988, transpareciam as tendências bélicas. Nesse marco, a burocracia estalinista desde 1986 impulsionava o processo de restauração capitalista com o programa da Perestroika.

Formulações do POR

1. O relativo equilíbrio alcançado no pós-guerra cedeu lugar a uma nova etapa de convulsões e conflitos intercapitalistas. As forças produtivas se recompuseram em um patamar mais elevado, reforçou-se a concentração dos meios de produção e circulação, e o capital financeiro atingiu grande proporção. Agora, o potencial produtivo entrou em plena contradição com a propriedade burguesa em sua forma monopolista dominante. A divisão do globo ocorrida no pós-guerra está largamente superada. O choque entre a necessidade de expansão do capital fortemente concentrado e as fronteiras nacionais volta a se agudizar. (...)

A pretensão dos governos burgueses de ‘unificar’ a Europa em um só mercado e América do Norte com o Canadá, incluindo o México revela a dimensão da crise. A tentativa de formar grande blocos econômicos potenciará a guerra comercial tanto interna quanto externamente. Os desequilíbrios comerciais entre os grandes países como os Estados Unidos, Alemanha, Japão, Inglaterra etc. e os confrontos comerciais decorrentes atestam a crescente competição interimperialista. O maior império mundial, os Estados Unidos, se encontra em estado de retrocesso. A estagnação, as tendências recessivas e o agigantamento do

parasitismo financeiro são parte integrante de um fenômeno de ordem mundial e de caráter estrutural.

2. Nessas circunstâncias de desmoronamento do sistema, a disputa do capital monopolista, por alargar as fronteiras, se torna mais feroz. A movimentação da burguesia em torno da 'Perestroika' de Gorbachev vem nesse sentido. O imperialismo exige concessões mais profundas da burocracia estalinista, para manter a política pró-imperialista da 'convivência pacífica'. Ele visa a ampliar os limites do capital sufocado. O regime de propriedade dos Estados socialistas, existente em uma parcela significativa do mundo, se choca com o estreitamento do mercado mundial.

Um primeiro passo exigido ao Kremlin diz respeito à abertura para a penetração do capital e restabelecimento parcial da grande propriedade capitalista, tanto na indústria quanto na agricultura. Essa ofensiva tem como estratégia incorporar, em uma inicial, os países socialistas mais propensos à integração na esfera capitalista. A eliminação total das conquistas da Revolução Russa, entre elas, o Estado operário (burocratizado), é o retrocesso mais desejado pelo imperialismo, pois implicará a quebra das tendências revolucionárias internacionais de combate anticapitalista e de luta pela revolução política nos países dominados pela burocracia estalinista.

A crise do capitalismo vem sendo imposta e assimilada já há algum tempo pelas economias socializadas através da política reacionária da burocracia. Dessa forma, a expansão por toda a parte das forças centrífugas da crise imperialista traz à tona a incompatibilidade do desenvolvimento das forças produtivas com a ordem burguesa e expõe a necessidade de ampliar as relações de opressão nacional.

3. A crise no Brasil é uma manifestação particular da crise geral capitalista. Não se trata de um acontecimento isolado e conjuntural. Ela se condiciona ao tremendo bloqueio econômico em escala mundial e às tendências opressoras do imperialismo. A crise de superprodução é um fenômeno mundial que afeta o organismo econômico como um todo, ainda que em proporção e intensidade diferenciadas em cada país.

O Brasil faz parte indissolúvel desse organismo, conformado sob a égide do capital financeiro. A sua estruturação tardia ocorreu nas condições gerais da etapa superior do capitalismo (imperialismo). Atualmente, a subordinação às economias avançadas é infinitamente maior, bem como a influência do capital imperialista exportador é mais poderosa. A sólida interdependência entre os países semicoloniais e as potências dominantes se constituem em uma característica fundamental da conformação mundial do capitalismo. Historicamente, foi o que determinou a constituição das economias que combinam as formas mais atrasadas com as mais avançadas de produção, como é o caso do Brasil que convive com um polo industrial moderno, altamente concentrado e regionalizado, entrelaçado com uma esfera produtiva pouco desenvolvida e disseminada. A mesma lei de desenvolvimento desigual e combinado que sustenta a estrutura mundial capitalista se reproduz na formação das economias semicoloniais. Tanto o desenvolvimento quanto o atraso do Brasil estão subordinados ao funcionamento dessa lei. O aumento da concentração de capitais nas mãos de poucos países imperialistas reforçou e reforça o atraso das semicolônias e sufocou e sufoca suas forças produtivas profundamente dependentes. Essa relação de interdependência no organismo econômico das nações oprimidas com as opressoras confere, simultaneamente um caráter geral e particular para as crises nacionais, como a de nosso país. (...)

A necessidade do imperialismo de desafogar as forças produtivas leva-o a descarregar a crise sobre as semicolônias, fazendo estourar suas contradições, isto é, as bases contraditórias de seu desenvolvimento dependente. Há duas décadas, as

potências vêm apertando o cerco utilizando-se da rapina financeira praticada pelas altas taxas de juros internacionais e ditando medidas econômicas de retrocesso e incremento da extração da mais-valia. A drenagem de uma parcela significativa de capital financeiro para as metrópoles serviu para adiar uma crise de maiores proporções nas hostes imperialistas e para desencadear a falência geral dos Estados semicoloniais. Entretanto, esse processo deve ser ampliado para uma nova fase de recolonização.

O imperialismo exige a reconcentração da economia e a transferência dos monopólios estatais e empresas privadas para seu controle direto. A destruição de forças produtivas nas semicolônias, provocada pela quebra industrial, é uma condição para a política imperialista conseguir domar temporariamente a revolta geral das forças produtivas mundiais contidas. Embora a burguesia nacional possa manobrar para retardar e amenizar esse processo, não há como conter o seu avanço. As características da crise presente são típicas do impasse histórico do regime capitalista de produção. No seu âmbito, a única saída é a que o capital imperialista apresenta: destruir parte das forças produtivas, elevar a concentração monopolista e alastrar a miséria das massas. Isto é, não se apresenta como viável qualquer saída reformista à crise estrutural.

4. O desenvolvimento da luta de classes na maioria dos países e a tendência crescente à polarização revolucionária do proletariado indicam o apodrecimento das bases do regime capitalista e o avançado estado de amadurecimento das condições objetivas para a revolução proletária mundial. A necessidade da revolução socialista internacional emerge da situação de afundamento contínuo do capitalismo imperialista e de aumento das atividades das massas. A estratégia do internacionalismo revolucionário tem raízes nessas contradições. É a única que pode organizar o movimento das massas para derrubar a burguesia do poder, e também realizar as transformações políticas nos países socialistas, opostas à burocracia e ao restabelecimento do capitalismo.

A estratégia para a solução da crise estrutural no Brasil não é senão a do internacionalismo, isto é, da revolução e ditadura proletárias. Não existe outra possibilidade para derrotar a linha de recolonização do imperialismo e de barbarização do país. O imperialismo só poderá ser liquidado se o proletariado se estruturar em torno do objetivo de rompimento com a opressão nacional e de expropriação da grande propriedade capitalista, transformando-a em socialista.

5. Os reformistas, com seu anti-imperialismo nacionalista, concebem a viabilidade do desenvolvimento independente do Brasil e a superação da crise sem que se ponha abaixo a classe burguesa e sem que se toque no monopólio industrial. Tal perspectiva omite o essencial na relação do país oprimido com o opressor, isto é, que sua economia está completamente integrada à mundial. O imperialismo está presente no Brasil não só pela força política, mas principalmente pelo domínio dos ramos fundamentais da produção. Ele tem um peso determinante na economia atrasada. (...)

Sem dúvida, a libertação das forças produtivas é uma tarefa fundamental colocada pela situação. Não se trata, simplesmente, de retomar o crescimento, elevando alguns pontos nos índices, e sim dar um salto na capacidade produtiva. Esse objetivo responde à necessidade de superar o caráter semicolonial do país e seu atraso econômico. Somente assim as massas poderão ser arrancadas da pobreza e indigência. Isso depende de se colocar na ordem do dia a revolução das tarefas democráticas pendentes, que são a independência do país em relação à opressão imperialista, revolução agrária e ingresso das massas à civilização.

Mas essas transformações só ocorrerão se o proletariado e as massas romperem o quadro de domínio dos monopólios e do

capital financeiro. (...) Os meios de produção monopolizados e o capital financeiro, uma vez estando sob o controle do proletariado, reunirão as melhores condições para desentranhar as forças produtivas. Por essas razões, a revolução proletária se impõe plenamente. (...)

A criação das condições políticas para a revolução nacional e social passa necessariamente pela estruturação do proletariado como classe independente, organizada em torno da estratégia da revolução e ditadura proletárias e pelo estabelecimento das bases da aliança operária e camponesa. A aliança do proletariado com a maioria explorada surge das condições da estrutura social do país atrasado e pela natureza das transformações nacionais. O fundamental é que tal aliança de classe comparece como meio para o proletariado aprofundar a polarização classista, imprimir seu programa de tomada do poder e ganhar a direção da maioria oprimida.

6. A construção do Partido Operário Revolucionário surge como necessidade, pois, de um lado, o proletariado cresce em força objetiva diante da burguesia em crise; de outro, consolida-se a posição democrático-reformista do PT. A luta pela independência do proletariado se colocará com maior intensidade. Ganha mais força e importância a necessidade da luta pela formação das direções revolucionárias no movimento operário, e elas só poderão se estruturar mediante o partido revolucionário.

A Tendência POR nasce nesta difícil circunstância para organizar a vanguarda em torno da tarefa de construção do programa e de elevação das massas no sentido da estratégia

proletária. O seu surgimento ocorre em uma situação em que o maior impedimento para o movimento de massa se transformar em força anticapitalista consciente se concentra na presença marcante das direções burocráticas democratizantes, que arrastam atrás de si as correntes do socialismo pequeno-burguês. (...) A Tendência POR é engendrada por essa crise, perante a qual só alcançamos a devida compreensão observando o potencial revolucionário do proletariado e o seu bloqueio sofrido pela ausência do partido operário. Tanto a fraqueza quanto a força residem nessa contradição. A fraqueza comparece no fato de termos de iniciar a formação do programa e de quadros, nas condições de reduzida influência no movimento da classe operária; a fortaleza está na compreensão de que a degenerescência esquerdista tem sua fonte na incapacidade dessas correntes de conformarem sob a estratégia da ditadura proletária e dos métodos de luta do proletariado. Essa situação obrigada a T.POR a dar a máxima atenção às formulações das bases programáticas no próximo período, sem as quais não poderá a começar a existir. E elas só poderão ser alcançadas pela luta política no interior do movimento operário, no sentido da superação da crise de direção. A experiência da vanguarda com os democratizantes reverterá para o partido operário caso a batalha pelo programa e por uma orientação política revolucionária seja dada. A derrocada do reformismo e do centrismo será inevitável e dela nascerão as melhores condições para progredir o partido do proletariado. O delineamento de uma política de resistência à onda democratizante e de ofensiva no assentamento da estratégia será decisivo para o embrião do partido se fortalecer no terreno da luta de classes.



No Jornal Massas 744, apresentamos a transcrição do pronunciamento do camarada Ramon Basko, dirigente do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e membro da seção Argentina (POR) sobre os 90 anos do POR da Bolívia, no ato realizado em La Paz no dia 11 de julho. Agora, transcrevemos a intervenção do camarada Ulisses, também dirigente do CERQUI e membro da seção boliviana.

Pronunciamento de Ulisses

"Camaradas, ao se falar acerca dos 90 anos do partido, a maior parte de nós volta os olhos para o interior do país. Ou seja, em direção à relevância que teve a ação de militantes poristas ao longo da história da Bolívia. E é inquestionável que uma pessoa minimamente informada não pode deixar de reconhecer que a influência trotskismo na Bolívia não se pode apagar. Que marcou a fogo a classe operária, a cultura do país, a universidade e o magistério.

Mas é preciso que vejamos um pouco mais além. Este ato dos 90 anos do POR tem uma transcendência maior do que supomos. Uma transcendência maior para enfrentar um dos problemas fundamentais da época presente. Qual? O problema da crise de direção? Parece abstrato. Já Trotsky no Programa de Transição começa dizendo que a crise da humanidade é a crise de direção.

Quando ingressei no Partido, passei a repetir essa ideia, porque, bem, me fizeram ler. E só agora, depois de tanto tempo, vou tendo a noção da gravidade do problema.

O capitalismo, evidentemente, está nos empurrando à barbárie. A ameaça de destruição da humanidade, a partir dos interesses e confrontação das diferentes disputas do imperialismo, está empurrando-a para uma desagregação cada vez maior. Hoje é ainda mais evidente o que o camarada Ramón explicava. As massas lutam, mas não se enxergam com clareza uma saída. Não enxergam com nitidez uma perspectiva. A resistência contra o massacre dos palestinos acaba diluída, apesar da grande mobilização mundial, em objetivos democratizantes, legalistas. Hoje, na Argentina ou no Brasil, em todas as partes do mundo, é mais do que evidente esse vazio. E claro, nesse vazio, a nossa experiência se agiganta. Permite-nos compreender como é que esse problema colocado por Trotsky, e confirmado pelo desenvolvimento do processo histórico, pode ser resolvido. E não é que sejamos os únicos que

estamos preocupados com essa questão. Em todas as partes da América Latina e do mundo, não somos os únicos que percebem que diante desse problema há que se dar uma resposta. Que solução será dada à debacle capitalista, que uma questão geral que se particulariza em cada país.

Aqui na Bolívia, por exemplo, não há dólares. As donas de casa estão enfrentando a multinacional que prefere levar o petróleo para o Peru e depois enviá-lo para a Europa porque lhe convém. É a crise capitalista, é o interesse do lucro, que coloca isso em primeiro lugar antes da satisfação das soluções dos problemas do país. Não há dólares porque não é conveniente para eles trazê-los. Bolívia não pode escapar desse problema. E em todos os lugares há variantes mais ou menos semelhantes, é isso que estamos enfrentando. E, claro que, nesse campo, é inquestionável, segundo à nossa experiência, que as respostas só podem ser desenvolvidas a partir da ação dos militantes do partido no seio das massas. Esta é talvez a coisa mais importante.

O que é a experiência do partido? Aguirre Gainsborg, fundador do POR, teve uma ideia fundamental. Entendeu – falamos da década de 1930 – que, a pesar do fato da Bolívia ser um país atrasado, o proletariado é a classe revolucionária. Estava convencido de que, mesmo nessas condições, era preciso pôr em pé um partido com uma estrutura bolchevique, constituído em torno a um programa. Para 1935, essa posição parecia uma loucura, um demasiado atrevimento. Questionava-se: “como esses revolucionários vão dizer que a Bolívia é capitalista? É semifeudal, talvez, no melhor dos casos”. Era muito ousado o reconhecimento da tarefa de construir um partido do proletariado. Mas o importante é que a ação dos militantes encabeçados por Guillermo permitiu acumular um grau inicial de experiência para conhecer o proletariado.

Guillermo muitas vezes nos contou como é que foram forçados a fugir e a se refugiar nas minas para escapar da repressão policial. E aí, nas minas, conhecem o proletariado. Seu temperamento e sua maneira de pensar, sentir, odiar, amar, e tudo mais. E vão adquirindo uma capacidade para expressar politicamente esse impulso elementar que domina a vida cotidiana dos trabalhadores. Normalmente, os trabalhadores pensam com a cabeça do patrão. Mas, quando se tensionam, aflora seu instinto comunista. E foi isso que esses militantes compreenderam. Isto é muito importante, evidentemente.

Vejo os camaradas chilenos, um pequeno núcleo que se autodenomina Comitê Construtor do POR no Chile, e claro, estão aí afinando sua ferramenta programática, fazendo um rascunho para tentar se aproximar do proletariado chileno, mas não o conhecem, e sem o conhecerem não chegarão a desenvolver a capacidade de dar forma política ao seu impulso instintivamente comunista.

No Brasil há um fenômeno muito interessante. A crise está atingindo o proletariado. Provavelmente, na Argentina algo semelhante deve estar acontecendo, porque a crise está provocando o fechamento de fábricas, impondo os cortes das conquistas e tencionando o ânimo dos trabalhadores. A vantagem no Brasil é que o POR está presente no que se passa com a classe operária, o que vem permitindo-lhe ajustar as suas ferramentas programáticas. Essa condição alcançou Bolívia. Essa é nossa experiência. Essa condição prévia é fundamental. Ao existir o núcleo de militantes que vai atuando e buscando penetrar na classe, criam-se as condições para conhecê-la. Até que numa determinada conjuntura particular de tensão, se vá produzir o fenômeno em que o Partido expressará politicamente a rebelião instintiva da classe.

Pode parecer um pouco de receita. Mas como isso se expressa concretamente entre os bolivianos? O que são as Teses de Pulacayo para os operários comuns? A maioria dos trabalhadores, agora e antes, não deve ter lido as Teses de Pulacayo. Mas tem em suas cabeças que existe. O que isso significa? Significa que os operários podem aspirar a tomada do poder. Claro, isso porque se coloca como resposta à débacle do país. Que vamos fazer diante da ameaça representada pela restauração da oligarquia (rosca) após o

linchamento de Villarroel? A resposta é: operários ao poder. Esse fato tem uma transcendência fundamental.

O camarada Ramón referiu-se ao ato que foi realizado no Brasil em homenagem aos 90 anos do partido. Eu formulei ali essa pergunta: quando poderemos dizer que o POR do Brasil penetrou no proletariado e se tornou sua direção política? E para responder a essa pergunta, há que se referir à nossa experiência: quando tiver a capacidade de dar forma política ao seu instinto comunista. Mas não é suficiente. Os burocratas são especialistas nisso. Os burocratas têm olfato e a qualquer momento se apresentam como radicais, mas, isso não é consciência de classe. É que além dessa capacidade, há a necessidade de conseguir organizar a vanguarda da classe em células de militantes partidários. E foi isso que Guillermo Lora e os militantes do POR fizeram naquele momento. É por isso que podemos dizer que o POR penetrou na classe operária. Por isso podemos afirmar que a classe se transformou e, ao transformar-se, transformou o partido e o obrigou a mudar. O próprio Guillermo reconhecia que naquele momento eles não tinham plena consciência do que haviam feito. Certa vez disse que “como aprendizes de feiticeiros haviam desencadeado forças que não tinham plena consciência delas”.

Porque desencadeou o instinto comunista expresso politicamente, pôde influenciar todo o país. O que perdura até hoje. Em particular, influenciou a universidade. É a ideologia do proletariado traduzida na linguagem dos estudantes universitários. O que é URMA? A influência do partido é inquestionável porque se trata da experiência que aí começa, num momento peculiar em que o partido se funde com a classe operária e lhe dá forma política. (...) Não é que a classe se mantenha o tempo todo com o POR, não, pelo contrário. Às vezes, a fusão se afrouxa. E, quando afrouxa, ganha força a massa atrasada que se expressa através de outras correntes políticas, os stalinistas de diferentes matizes. Mas está aí o Partido e a discussão vai ser permanente. O partido vai ser constituído e se desenvolver nesse processo. Discutindo com os trabalhadores como há que seguir adiante para tomar o poder. Aí inserido na classe. Essa discussão não vai se limitar à classe. Isso é o que vocês fazem. Os da URMA no magistério. Traduziram na linguagem do magistério as Teses de Pulacayo, o programa trotskista e estão em permanente discussão com as massas atrasadas do setor. A ação no seio dos explorados, ao dar um salto gigantesco, transforma o próprio partido e isso vai se estender ao restante da classe. É daí que os poristas bolivianos formularam, como dizia Guillermo, as leis da revolução boliviana.

E, com isso, o que queremos dizer? Queremos dizer que nosso trabalho por organizar as massas voltas à tomada do poder, para acabar com o sistema capitalista em decomposição, para levar as massas à revolução, nos permitiu conhecer as relações internas e necessárias que definem a natureza do país. Bolívia é um país capitalista atrasado com uma economia combinada e nenhum dos partidos que aparecem como cogumelos superou esta caracterização. Porque esta caracterização expressa a realidade do país. Para nós, dizer as leis da revolução boliviana implica: conhecer esse processo interno. Por isso, para nós, a revolução não é uma declaração teórica entusiasmada que adoráramos ver acontecer, porque, bem, estamos pensando numa utopia. Não! Para nós, a revolução é a inevitável expressão, o resultado do desenvolvimento dessas leis dessa mecânica de classe particular - mecânica de classe determinada pelo país.

Mas quais são essas leis em última análise? São as forma como as leis gerais do capitalismo se concretizaram em nosso país. Isto é, somos parte da revolução proletária mundial. Realizando a revolução aqui, estamos impulsionando a revolução proletária mundial. Fazendo a revolução aqui, penetrando, transformando a classe, conhecendo o país, estamos contribuindo para resolver o problema da direção, porque estamos apontando como se resolve esse problema. Esse problema não vai ser resolvido mediante congressos pomposos que encantam a todos os “trotskistas”.



Reúnem-se em algum lugar para fundar uma nova Internacional. E assim dão por fundada etc. Esse tipo de palhaçada, já vimos. E termina em fracasso. Agora, todos esses grupos estão no campo da social-democracia, às vezes à sua direita. Eu li um artigo que se referia a um trotskismo socialdemocratizado. (...). Onde estão esses grupos que gradualmente vão abandonando a teoria da revolução proletária, o trotskismo marxista-leninista. Vão deixando-o para trás. Vejam os posicionamentos em relação ao problema da mulher, da política militar etc. Diante de todos os grandes problemas de classe, evidenciam o abandono do marxismo.

E o revisionismo se instala cada vez com mais força. Quer dizer estão falidos como alternativa de solução à crise de direção. E esse fato nos agiganta. Porque nossa experiência, como o camarada Ramón apontou, indica o caminho. O que há que fazer? Há que levantar partidos-programa. Há que penetrar na classe, transformar seu instinto em política e constituir células em seu interior. A partir daí, seremos direção. Claro, tudo foi formulado por Guillermo e se encontra nas suas Obras Completas. Para nós bolivianos o que significa quando dizemos crise de direção? Também temos de nos referir a nós mesmos de modo autocrítico. Deparamo-nos com pessoas que estão dispostas a organizar a classe, para acabar com a

ordem estabelecida. O que é muito importante, agora mais do que nunca, quando o experimento reformista do MAS é um fracasso e quando a velha direita requebra o prato do neoliberalismo e não oferece nenhuma alternativa ao país. A necessidade de uma resposta é fundamental. E somente pode vir do POR.

Camaradas, esse é o capital da experiência de 90 anos do partido, que as velhas gerações, que Guillermo Lora, nos legaram, como legados de Trotsky, de Lênin, de Marx. Cabe-nos a tarefa de conseguir que o proletariado se reencontre com sua tradição. (...) Em algum momento, provavelmente no Brasil e na Argentina ocorra o mesmo processo, resguardando as particularidades. Mas a fusão deve ocorrer porque, se não ocorrer, não há tensão, não há solução. Lênin teve de estudar e conhecer a Rússia para ver como responder ao curso da luta de classe. Temos confirmado a experiência do Partido Bolchevique. Nossa experiência a ratifica. O objetivo histórico se materializara na revolução proletária e no estabelecimento de um governo proletário.

Muito obrigado.

Viva o Partido Operário Revolucionário! Viva!

Publicamos abaixo a entrevista do dirigente do POR da Bolívia, extraída do Jornal Masas boliviano.

“El Alteño”. Entrevista com Alfonso Velarde (6 de julho de 2025)

“O POR, vigente há 90 anos, é guia da luta operária” El Alteño (E.A.):

Alfonso Velarde, o Partido Operário Revolucionário (POR) comemora 90 anos na Bolívia. Apesar das mudanças políticas, por que mantém sua vigência?

Alfonso Velarde (AV): O POR comemora 90 anos como um pilar da luta de classes na Bolívia. Sua relevância reside não apenas em sua longevidade, mas em seu papel como guia ideológico do proletariado boliviano. Desde sua fundação em 1935, o POR tem guiado os trabalhadores em momentos-chave, como a Revolução de 1952 e a resistência às ditaduras. Suas análises, baseadas numa compreensão profunda da realidade, permanecem válidas diante das turbulências políticas e sociais. A persistência da exploração e opressão imperialistas reforça a necessidade de um partido que defenda os interesses dos explorados com um programa revolucionário.

E.A.: Você destaca a Tese de Pulacayo como base dessa vigência. Em que consiste e por que é relevante para a Bolívia de hoje?

AV: A Tese de Pulacayo, aprovada em 1946 pela Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), define a Bolívia como um país capitalista atrasado, tardiamente integrado ao capitalismo mundial em sua fase imperialista. Isso impediu o surgimento de uma burguesia nacional revolucionária capaz de modernizar e industrializar o país. Historicamente, a burguesia feudal explorou o trabalho livre dos povos indígenas, enquanto o capitalismo global penetrou na Bolívia através da mineração, especialmente o estanho, criando o proletariado. No entanto, grande parte do país, como o interior andino, ainda usa meios de produção pré-capitalistas. Essa dualidade, apontada pela Tese

de Pulacayo, explica as contradições atuais, como a dependência econômica e a desigualdade que persistem, oferecendo uma lente para compreender a realidade contemporânea.

E.A.: Se não há burguesia capaz de modernizar o país, qual é a estratégia do POR? Que papel atribui à classe operária?

AV: A Tese de Pulacayo conclui que o atraso e a miséria não se resolvem dentro do capitalismo devido à influência das multinacionais, que priorizam seus interesses sobre o desenvolvimento nacional. Sem uma burguesia revolucionária, a classe operária, como classe não proprietária, deve liderar a luta dos explorados, incluindo camponeses e indígenas. Seu objetivo é uma revolução que estabeleça a propriedade social dos meios de produção, liberte o país do imperialismo e desloque a burguesia dependente. O POR busca um governo operário-camponês que transforme as estruturas econômicas e sociais, promovendo a justiça e a soberania. Essa estratégia, inspirada no marxismo trotskista, orienta a ação do POR em sua defesa dos trabalhadores.

E.A.: O POR se diferenciou do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) após a Revolução de 1952. Como o proletariado alcançou sua independência política diante do MNR?

AV: A Revolução de 1952 foi obra dos trabalhadores, que pegaram em armas e derramaram seu sangue, mas entregaram o poder ao MNR, acreditando que representava os ideais de Pulacayo. No entanto, o MNR traiu esses princípios. Em vez de

uma reforma agrária radical para devolver a terra aos camponeses, dividiu as propriedades, criando pequenos proprietários de terras para conter as tendências socialistas da classe operária. Na nacionalização das minas, optou por uma nacionalização com indenização aos barões do estanho, como Patiño e Hochschild, longe da ocupação operária direta defendida na Tese de Pulacayo. A Tese de Pulacayo e a Tese de Colquiri, elaboradas nos anos seguintes, permitiram que o proletariado, liderado pela Central Operária Boliviana (COB), se tornasse politicamente independente do MNR, postulando um governo operário-camponês que priorize os interesses dos explorados.

E.A.: O que a Assembleia Popular significou para o proletariado

boliviano e como o poder reagiu a essa tentativa de autogoverno?

AV: A Assembleia Popular de 1971 marcou um momento chave em que o proletariado procurou estabelecer seu próprio governo, superando as ideias nacionalistas do MNR. As massas, desencantadas com o nacionalismo após seu fracasso, aspiravam ao poder operário. Esse avanço provocou o golpe de Hugo Banzer em 1971, orquestrado pelo imperialismo, como reação ao crescente poder e consciência de classe do proletariado. A esquerda, que até então seguia o POR, capitulou após a Assembleia Popular, abandonando a revolução para defender a democracia burguesa, o que enfraqueceu o movimento operário e permitiu a consolidação de regimes autoritários.

Sobre a inviabilidade da democracia burguesa e a impostura masista (E.A.):

O POR critica a democracia burguesa, enquanto a esquerda a defendeu contra as ditaduras. Por que você acha que não funciona na Bolívia?

AV: A democracia burguesa não é viável na Bolívia por causa da extrema miséria da classe operária e da pequena burguesia. Essas classes resolvem suas necessidades por meio de mobilizações nas ruas, não no Parlamento, que não oferece soluções reais. Nos países ricos, uma classe média satisfeita sustenta a democracia formal, mas, na Bolívia, a pobreza, o desemprego e a precariedade a impedem. Protestos, bloqueios e crises institucionais, como as ocorridas nos últimos anos, confirmam a posição do POR. A instabilidade política reflete a incapacidade da democracia burguesa de atender às demandas populares num contexto de dependência econômica.

E.A.: Com as eleições de 2025 e as tensões políticas, como você avalia a gestão do Movimento ao Socialismo (MAS) a partir da perspectiva do POR?

AV: O MAS decepcionou as massas, como previu o POR, submetendo-se à burguesia e caindo na corrupção. Seu governo não oferece uma alternativa operária, o que leva setores populares a apoiar as opções neoliberais de direita. Essas opções propõem medidas como eliminar os subsídios aos combustíveis, desvalorizar a moeda e demitir trabalhadores, aprofundando a miséria. O MAS, assim como o MNR no passado, mediante o Decreto Supremo 21060, aplicou políticas antipopulares que beneficiaram as elites, degradando a ideia do socialismo e gerando desilusão na população.

E.A.: O que representa o “socialismo do século XXI” do MAS? É realmente de esquerda?

AV: O MAS nunca foi socialista. Seu “socialismo” carece de um programa baseado na propriedade social dos meios de produção. Respeitou todas as formas de propriedade, incluindo a grande propriedade burguesa, que inevitavelmente domina. Ele governou para os agroindustriais, empresários e bancos, não para os trabalhadores. Com os recursos do auge do gás, poderia ter promovido o desenvolvimento social sob o controle dos trabalhadores, mas priorizou os interesses das elites. Sua política reformista, apresentada como socialista, causou enormes danos ao distorcer o verdadeiro socialismo, confundiu as massas e enfraqueceu a luta revolucionária.

E.A.: Com a esquerda enfraquecida e o MAS questionado, o POR é mais relevante hoje?

AV: A vigência do POR é inquestionável. Enquanto outras forças de esquerda desapareceram ou foram integradas ao sistema, o POR manteve sua luta consistente por 90 anos, quase metade da história republicana da Bolívia. Sua presença ininterrupta na luta de classes, das minas às mobilizações urbanas, demonstra a validade de seus princípios. Enquanto persistir a exploração, a miséria e a opressão imperialistas, o POR continuará guiando as massas em direção à sua libertação, levantando as bandeiras da revolução operária e camponesa.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ **35**

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Como parte do estudo e discussão provenientes dos 90 anos do POR-Bolívia, publicamos a última parte do documento “A Contribuição deixada por José Aguirre Gainsborg”. O objetivo foi o destacar o lugar das Teses de Pulacayo na construção programática do POR e seu vínculo com o proletariado mineiro.

As Teses de Pulacayo revolucionaram o proletariado, a política boliviana e o POR

Como o POR penetrou no proletariado?

Guillermo Lora

Os jovens trotskistas perseguidos pela polícia e que se assentaram nos acampamentos mineiros não se puseram a trabalhar nos tuneis como operários mineiros, mas passaram a compartilhar com eles em seus locais de moradia. Levaram uma vida em comum e conheceram os problemas cotidianos que os envolviam.

Os amigos dos mineiros se depararam com seus próprios conhecimentos limitados da teoria marxista (assim começaram com simples repetição mecânica) diante da experiência cotidiana que os operários lhes transmitiam. Mesmo agora, recentemente, aqueles que atuavam como teóricos começaram a compreender a essência do marxismo. Os jovens poristas se puseram a escrever tudo que iam aprendendo junto aos mineiros. Sem pretender, contribuíram para o enriquecimento da política do partido: faziam análises acompanhadas de conclusões sobre a luta emancipadora dos explorados e oprimidos.

Esse fenômeno permite compreender a essência da erupção turbulenta do Partido Operário Revolucionário na política boliviana. Apesar da imprensa diária ter desencadeado um escândalo em torno ao propósito do partido de afundar o país – não só os mineiros – nas profundezas insondáveis do comunismo, a velha e caduca direção do POR repudiou em silêncio o que faziam os jovens militantes sem sua autorização. Essa cisão real entre dirigentes e militantes já imersos no proletariado se traduziam em que

a linha que se impunha vinha do exterior do partido e no seio deste não era discutida. Ainda que os velhos dirigentes não ocultassem seu rechaço das ocorrências dos militantes transformados em ativistas entre os trabalhadores.

A discussão entre a linha radical dos poristas que se moviam e falavam em voz alta nos meios operários passavam sem deixar marcas entre os velhos dirigentes. A linha política vinha de fora e era silenciada, às vezes desde a alta direção.

A atividade dos militantes jovens diante dos trabalhadores e da opinião pública foram criando uma ampla corrente pró-porista. Os universitários trotskistas dessa época abandonaram virtualmente as universidades porque estavam absorvidos pelo seu trabalho nas minas. De estudantes se transformavam em mestres dos sindicalistas.

A compreensão profunda desse fenômeno pode ajudar a explicar a crise atual pela qual atravessa o POR, cuja solução depende o seu futuro.

Não há dúvida que se impõe aplicar todas as lições do processo de generalização da política trotskista no passado, para aplicar agora na elaboração da política destinada a ser levada ao seio das massas. A assimilação crítica dos êxitos alcançados no passado pode servir em muito neste trabalho.

Ponto fundamental na elaboração das Teses de Pulacayo

Essa obra mestra dos mineiros foi aprovada em seu Congresso reunido na mina de Pulacayo, em 8 de novembro de 1946, sobre a base do projeto apresentado pela delegação do Llallagua, na qual estavam dois poristas.

O golpe de Estado da oligarquia mineira em 21 de julho de 1946, que derrubou o governo de Gualberto Villarroel, provocou uma reação das camadas populares e, particularmente, dos trabalhadores das minas. De longe, se percebe que o referido documento tomou como ponto de partida o Programa de Transição da IV Internacional, que incorpora em seu texto as reivindicações transitórias, isto é, as medidas que levam aos fundamentos essenciais da sociedade capitalista, à sua base econômica, à grande propriedade privada dos meios de produção.

Nesse programa, se incorporam, entre outras, as consignas transitórias como salário mínimo vital com escala móvel, baseado na elevação dos preços dos alimentos; a semana de 40 horas de trabalho e escala móvel das horas de trabalho; ocupação das minas; contrato coletivo; controle operário coletivo das minas etc.

Caracterização da revolução que se realizará: a revolução será democrático-burguesa por seus objetivos e como apenas um episódio da revolução proletária pela classe social que a dirigirá.

Não aceita colaboração de classes e proclama a luta aberta contra o imperialismo. O proletariado encabeçará a luta dos camponeses e artesãos.

Como pôde nascer esse documento das cabeças dos operários? Os trabalhadores estavam angustiados desde o momento em que a oligarquia mineira se apoderou do governo, tremiam só de imaginar que os novos donos do governo cancelariam todos os benefícios que tinha alcançado depois de longas lutas com os donos da empresa – no caso de Llallagua com a poderosa e despótica Patiño Mines Enterprises Co. Inc., organizada em 1924 pelo rei do estanho.

Em seu desespero procuravam uma saída ao medo de perder tudo o que tinham alcançado batalhando com a patronal. Mostraram-se, então, contentes de terem desencadeado a greve geral e muito mais por terem apoderado-se da mina. Esforçavam-se por encontrar medidas de luta para potenciar muito mais com medidas mais poderosas que as já materializadas. Chegaram ao extremo de colocar a perspectiva de derrubar o governo burguês que obedecia o empresariado.

Os jovens poristas que tinham amadurecido em meio à luta dos mineiros dedicaram-se a propagandear as Teses de Pulacayo e rapidamente ganharam vastos setores da população.

O mencionado documento também contou com uma ampla divulgação internacional. Foi traduzido em vários idiomas. Um de seus resultados foi a sua potenciação na luta política posterior. São os setores populares que divulgaram a já célebre Teses de Pulacayo como uma lenda, como a expressão dos interesses e objetivos populares.

Como se deve atuar agora e no futuro?

Uma severa autocrítica da conduta cotidiana e das ideias que se divulgam permitirá revelar os erros que se cometem e suas causas. Os militantes trotskistas pertencem a um partido que ostenta a marca de operário. Apesar de que quase a maioria deles vêm de classes sociais estranhas ao proletariado. A resposta a esse problema é a seguinte: não importa a origem social da militância, essa deve proletarizar-se para poder assimilar o marxismo com toda a sua riqueza e sem esquecer que é a expressão teórica dos interesses da classe operária.

O que foi escrito até aqui demonstra que o marxismo é a expressão consciente, teórica-científica, do inconsciente processo histórico, isto é, das tendências elementares, instintivas do proletariado. Isto é, as Teses de Pulacayo.

Em síntese:

Os militantes devem ir ao encontro dos proletários, participar de sua vida, de seus problemas, de seus conflitos. Isso significa soldar-se com o instinto comunista, que leva em suas entranhas a negação do capitalismo. Somente assim compreenderão em sua

O já conhecido documento do povo se incorporou desde as entranhas dos acontecimentos que se conhecem sob o nome de Assembleia Popular dos anos de 1970 e da Frente Revolucionária Anti-imperialista (FRA). Pode-se dizer que as Teses de Pulacayo sintetizam toda a riqueza da luta do povo boliviano e que em seu interior levam as tarefas que correspondem cumprir.

essência o marxismo e se tornarão verdadeiros revolucionários.

Enquanto os poristas não se soldarem e viverem com os operários assalariados não chegarão a ser revolucionários e tampouco compreenderão o marxismo em sua essência.

As Teses de Pulacayo devem ser cuidadosamente estudadas e discutidas, afim de descobrir suas deficiências e o envelhecimento de algumas de suas afirmações. Não há dúvida de que precisam ser atualizadas, aperfeiçoadas.

Não se esquecer que o marxismo-leninismo-trotskismo é a verdadeira teoria revolucionária, mais tem de ser constantemente atualizada, isto é, aperfeiçoada. O Partido Operário Revolucionário não repete mecanicamente o marxismo, Senão que, extraindo de sua prática cotidiana ao lado do proletariado, tem a tarefa de aperfeiçoar a teoria

Março de 2006

(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo 68, Ediciones Masas, 2005-2007)

Palestina

Realizado o Ato-Político “ABC em Defesa da Palestina Livre”

No último dia 26 de julho, o Ato-Político “ABC em Defesa da Palestina Livre”, reuniu mais de 100 ativistas no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. A atividade foi convocada pelo Comitê Regional Unificado do ABC em Defesa da Palestina e contou com a presença de diversas entidades sindicais (como SinTUFABC, ADUFABC, Subsedes da Apeoesp de Santo André e São Bernardo do Campo, Regional ABC do Sindicato dos Jornalistas, CNM, e CSP-Conlutas), representativas (Aprofib) e estudantes (ARES ABC) e correntes políticas (como POR, PSTU, MRT, UP, Emancipação Socialista, PCB, PCO, PT, PSOL). A mesa de abertura reuniu militantes históricos da causa palestina e representantes de organizações de solidariedade internacional - Soraya Misleh (Frente Palestina de São Paulo), Jamile Abdel Latif (FEPAL), Marcelo Buzetto (MST-ABC), e Bruno Gilga e Fábio Bosco (Marcha Global para Gaza).

O ato, ainda que modesto, expressou a crescente inquietação diante do genocídio em curso na Faixa de Gaza e da cumplicidade do imperialismo mundial, e de governos nacional-reformistas como o de Lula-Alckmin, que mantêm relações diplomáticas e comerciais com o Estado de Israel enquanto se limita a declarações e notas inócuas. Durante o ato, as falas pontuaram a natureza colonialista, expansionista, racista, supremacista, intolerante e genocida do Estado sionista. Diversas falas mostraram a importância da realização de um ato de rua em defesa do povo palestino no ABC Paulista e a necessidade de que o governo brasileiro rompa relações com o Estado sionista de Israel.



Junto a isso, ressaltou-se que o genocídio segue em curso porque as potências são cúmplices. Além do apoio do imperialismo estadunidense, China e Rússia são grandes parceiros comerciais do Estado sionista, e os governos árabes em geral são subservientes ao sionismo. Exemplo disso foi a ação coordenada dos governos burgueses, como do Egito e da Líbia, que prenderam ativistas

do Comboio Sumud no mesmo momento que interceptaram ativistas da Marcha Global. Destacou-se a distinção entre os governos e os povos, a exemplo do povo egípcio, que a despeito do seu governo, odeia o sionismo e comemorou os mísseis iranianos lançados sobre o Estado sionista. O MST destacou que o governo do Irã é parte da resistência palestina, como defendido pelos próprios resistentes.

O Partido Operário Revolucionário, que teve papel primordial na articulação com diversas forças políticas para a recomposição do Comitê e realização do ato, interveio no ato com banca de materiais, distribuição do Manifesto e pronunciamento, reafirmando a necessidade da construção da Frente Única Anti-imperialista. Para que a solidariedade à Palestina vá além de palavras e atos simbólicos, é urgente construir um polo internacionalista e classista que organize as massas oprimidas, combata os aparelhos de conciliação e defenda uma saída revolucionária para o Oriente Médio — baseada na destruição do Estado sionista de Israel, na luta por uma República Socialista da Palestina, por meio da revolução social.

Entretanto, não podemos calar diante dos limites presentes. O próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, embora tenha cedido o espaço, não convocou o ato, revelando o grau de degeneração de suas direções ligadas à Força Sindical — central patronal e cúmplice do imperialismo, que se cala frente aos crimes sionistas e aos ataques do capital contra os trabalhadores no Brasil e no mundo. Também é preciso denunciar o papel das correntes reformistas que tentam transformar a luta da Palestina numa pauta humanitária e despolitizada, desviando o foco da questão central: trata-se de uma luta contra o imperialismo, por autodeterminação nacional e libertação social do povo palestino, que só pode avançar de forma consequente se for conduzida pelas massas exploradas, com um programa revolucionário.

Nesse mesmo dia, mais um episódio escancarou a brutalidade do regime sionista: o navio Handala, parte da Flotilha da Liberdade, foi interceptado pelas forças navais de Israel em águas internacionais. A embarcação levava militantes da solidariedade internacional e tentava romper simbolicamente o bloqueio criminoso imposto à Faixa de Gaza. Entre os detidos estão ativistas de diversos países, inclusive da América Latina. O sequestro do Handala é um crime contra o direito internacional e uma provocação direta aos povos do mundo que lutam contra o genocídio.

Diante disso, é urgente que os sindicatos e centrais sindicais, assim como entidades do movimento estudantil e popular rompam com a passividade e levem às ruas a exigência de rompimento imediato das relações diplomáticas, militares e comerciais do Brasil com o Estado de Israel. Não basta lamentar: é preciso agir! O governo Lula-Alckmin tem responsabilidade direta ao manter embaixadas, acordos e intercâmbios com um Estado genocida.]

É evidente, portanto, a importância da unidade na ação em defesa do povo palestino. Frente ao massacre sionista, a paralisia é inaceitável. Toda força que se disponha à solidariedade ativa deve ser convocada para construir mobilizações de rua, boicotes reais e campanhas internacionais de denúncia. A presença de diferentes correntes no ato — ainda que com divergências — foi um primeiro passo para romper o imobilismo imposto pelas direções burocráti-

cas e governistas do movimento operário e popular, e comprovou que a luta unitária em defesa do povo palestino pode crescer, se houver disposição e esforço real das direções políticas, sindicais e estudantis.

Unificar os explorados de todo o mundo na luta em defesa da Palestina, com os métodos próprios do proletariado, é a única resposta consequente ao imperialismo, ao sionismo e à barbárie capitalista.

Manifesto entregue no ato

“ABC em Defesa da Palestina Livre” Construir a Frente Única Anti-Imperialista para deter o sionismo

Desde 7 de outubro de 2023, o genocídio em Gaza já ceifou mais de 62 mil vidas, 70% delas de mulheres e crianças, e feriu mais de 137 mil pessoas. Soma-se, ainda, milhares de mutilados, órfãos e desaparecidos. Gaza foi reduzida a escombros, com milhões de pessoas deslocadas, sem água potável, comida, medicamento ou abrigo. Os hospitais, escolas, universidades e campos de refugiados foram bombardeados. Segundo a OMS, 94% das instalações médicas foram danificadas. A entrada de ajuda humanitária está ainda mais restrita. De acordo com a Unicef, 85% da população de Gaza está em estágio de desnutrição irreversível. Centenas já morreram por inanição. Somente nos últimos dois meses, mais de 1000 famintos foram assassinados por israelenses nas filas de distribuição de alimentos. Os pontos de ajuda humanitária vêm sendo usados para drogar, alvejar e matar os palestinos.

O genocídio é executado com apoio dos Estados Unidos, que recentemente anunciou seu objetivo de expulsar os palestinos e fazer de Gaza uma Riviera, e respaldado pelas demais potências, que seguem garantindo a “paz americana”. O imperialismo, instrumentalizado pelo sionismo, abastece esses horrores com dinheiro, armas, tanques, caças e munições de fósforo branco, e lucra bilhões. A destruição de Gaza serve como laboratório para o imperialismo e seu complexo industrial-armamentista. Vale notar que o capitalismo em sua fase atual, de crise estrutural e decomposição, só sobrevive por meio da destruição das forças produtivas e, portanto, da barbárie. O esgotamento da ordem mundial estabelecida após a Segunda Guerra amplia o desequilíbrio de forças e a opressão imperialista.

Eis por que o sionismo e os EUA escalam também os ataques contra o Irã, a Síria, o Iêmen, o Líbano e outros países da região, bem como em outras partes do mundo, como é o caso do recente tarifaço ao Brasil. Enquanto isso as potências aprofundam uma nova corrida armamentista mundial, usam a Ucrânia como bucha de canhão, fortalecem a OTAN e tentam esmagar qualquer país ou povo que não se submeta aos seus interesses. A resistência do povo palestino está inserida no marco da luta dos povos oprimidos contra a ofensiva do capital e da guerra. É uma trincheira avançada da luta anti-imperialista mundial.

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

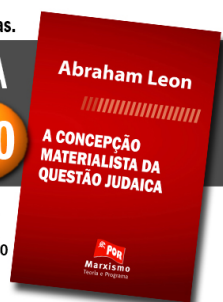
Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

**A CONCEPÇÃO MATERIALISTA
DA QUESTÃO JUDAICA**

Abraham Leon

R\$ 30



Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

A catástrofe que se abate sobre o povo palestino não começou ontem. Em 15 de maio de 1948, com a fundação do Estado sionista de Israel, teve início a Nakba: a catástrofe que expulsou mais de 750 mil palestinos de suas terras, destruiu mais de 500 aldeias e matou mais de 15 mil pessoas. A Nakba não foi um episódio isolado, mas o início de uma política sistemática de limpeza étnica, colonização e apartheid. O povo palestino nunca deixou de resistir, em todas as formas possíveis, inclusive com a resistência armada, em defesa de sua existência, de suas terras e de sua autodeterminação. Trata-se de uma resistência heroica contra os ditames do imperialismo e em defesa da autodeterminação da nação oprimida.

O Estado sionista de Israel é um enclave do imperialismo no Oriente Médio, sustentado e armado até os dentes pelo imperialismo. Atua como um posto avançado do capital financeiro e militar internacional, um centro de exportação de tecnologia repressiva e armamentista, e uma base de apoio às guerras de dominação. Sua existência está diretamente vinculada à dominação econômica, política e militar das potências sobre os povos oprimidos do Oriente Médio. O Estado de Israel é um projeto colonial e supremacista a serviço do imperialismo. Apesar das ilusões democratizantes na farsa da coexistência de dois Estados no território palestino, o sionismo caminha para a anexação do que ainda resta do território palestino.

Qualquer vínculo com o sionismo é cumplicidade com o genocídio palestino. O imperialismo que hoje ataca o Brasil com taxas, chantagens e ameaças, é o que sustenta a máquina de guerra israelense. É escandaloso que o Governo Lula reconheça verbalmente o genocídio enquanto mantém o envio de aço para armamentos e eleva as exportações de petróleo para Israel em 51%. Somente uma frente única anti-imperialista, unindo sindicatos combativos, juventude estudantil e trabalhadores rurais, poderá derrotar os ataques do capital. Esse é o caminho para impor a ruptura total do Brasil com o Estado de Israel. Rompimento diplomático, comercial, militar, científico e cultural.

A experiência comprovou que a diplomacia e o humanitarismo foram incapazes de deter o sionismo e o genocídio inerente a ele. A única via capaz de pôr fim à opressão colonial é a luta revolucionária, pela República Socialista da Palestina, como parte da luta

pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Isso só será possível com a mobilização independente das massas árabes e do proletariado internacional, e não com acordos promovidos pelas potências ou pelas burocracias colaboracionistas. A libertação da Palestina exige uma revolução social e anti-imperialista na região.

A resistência palestina — das Intifadas às Brigadas e ao Hamas — mostra que só a luta massiva, a organização frentista e a solidariedade internacional podem derrotar o colonialismo. Os comitês de solidariedade são ferramentas fundamentais da organização em defesa da causa palestina. No Brasil, após 20 meses de genocídio, as centrais sindicais e entidades estudantis convocaram um ato unitário no dia 15 de junho que reuniu 30 mil pessoas na capital paulista, indicando a potencialidade política para a construção de uma verdadeira frente única anti-imperialista, desde os locais de trabalho, estudo e moradia.

Já passou da hora de romper com a passividade genocida e colocar o proletariado e demais explorados em movimento. A tarefa do momento é impulsionar a frente única anti-imperialista. É preciso que centrais sindicais, entidades estudantis e movimentos populares convoquem urgentemente um Dia Nacional de Luta, em defesa de um programa próprio de reivindicações e contra as guerras de dominação. É indispensável impulsionar os comitês, organizar debates, assembleias, piquetes em portos e refinarias, greves nos principais ramos industriais, paralisações nos transportes, ocupações de fábricas e manifestações de ruas. Todo empenho na construção da frente única anti-imperialista!

Que as centrais sindicais, estudantis e populares convoquem um Dia Nacional de Luta, com manifestações massivas!

Construir a frente única anti-imperialista!

Fora ianques da América Latina, fora Israel das terras palestinas!

Pelo fim imediato do cerco e da ocupação militar de Israel à Faixa de Gaza!

Todo apoio à resistência palestina!

Pelo fim do Estado sionista de Israel! Pela unidade de palestinos e judeus sob uma República Socialista da Palestina! Pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

A Palestina Resiste!

Síntese da Live

A convite do canal @valter.ponto, o POR participou da live “A Palestina Resiste!” transmitida tanto no Instagram como no YouTube, no dia 18 de julho de 2025. Abaixo apresentamos uma síntese da live.

1. Introdução e apresentação da convidada

A live inicia-se com a apresentação do tema e do canal, que possui um vasto acervo de conteúdos relacionados à Palestina, sendo a segunda live já feita com a militante do POR. O apresentador destaca a presença da militante porista, pró-Palestina, mãe de dois filhos de ascendência palestina, e muçulmana brasileira, de descendência turco-libanesa.

A militante porista se apresenta reforçando sua militância e destacando que, apesar de sua origem turco-libanesa, a solidariedade à Palestina transcende vínculos sanguíneos, sendo uma questão de consciência e defesa dos povos oprimidos. Ressaltou o avanço do genocídio e da resistência palestina, pois diante do genocídio, o povo palestino é empurrado a aderir à resistência armada, que apesar dos recursos ultralimitados enfrenta um exército poderoso e mantém viva a luta pela autodeterminação da nação oprimida.

2. Contextualização Histórica e o Papel do Hamas

A desproporcionalidade das forças é ressaltada, pois milhares de palestinos são assassinados, entre eles crianças, refugiados e famílias inteiras, que enfrentam um exército israelense altamente armado. A resistência, mesmo que com poucos recursos (pedras e armas antigas), é vista como um ato de sobrevivência e dignidade usada desde a Nakba.

A conversa aborda a longa história de opressão à Palestina, enfatizando que a resistência não se limita ao Hamas, embora seja o maior grupo de resistência armada, e que essa guerra ocorre desde 1946, antes mesmo da Nakba. Os participantes esclarecem que, apesar de não compartilharem das ideologias com o Hamas, que é um grupo fundamentalista, o grupo é uma força política que mantém a resistência viva diante do avanço sionista.

É feita uma crítica contundente ao pacifismo que ignora a realidade brutal da ocupação, destacando que o direito à resistência armada contra o colonialismo é legítimo, que ninguém vai tirar os palestinos da situação atual entregando margaridas ou flores. É preciso a união das massas exploradas, independentemente de seus governos serem a favor “ou não” do genocídio, que é neces-

sário armar as massas exploradas mostrando que se trata da luta operária, que o mesmo imperialismo que mata na Faixa de Gaza mata e mata em outras partes do mundo. Para ser derrotado, o sionismo precisa ser liquidado pela via revolucionária dos oprimidos. Como os explorados e oprimidos poderiam enfrentar Hitler e o nazismo? Então porque deveríamos ser pacifistas diante do Estado sionista de Israel? Assim como o nazismo foi varrido por exterminar minorias étnicas e políticas, inclusive judeus, o sistema nazisionista de Israel, que hoje pratica o holocausto do século XXI com o povo palestino, merece o mesmo destino.

3. A natureza do conflito é o sionismo, o colonialismo, e o imperialismo

Foi feita uma análise do sionismo como uma ideologia política supremacista, teocrática e colonialista, baseada na criação de um Estado judeu em detrimento dos povos originários da Palestina. O sionismo é descrito como um braço do imperialismo, especialmente dos Estados Unidos e da Europa, que utilizam Israel, que não é um Estado-Nação, como um enclave militar e estratégico para controlar a região do Oriente Médio, especialmente por causa da rota do gás natural. O debate destaca que a dominação sionista não é apenas militar, mas também econômica e cultural, com influência direta em grandes corporações, grupos financeiros e na mídia global. O papel dos governos árabes é criticado, pois muitos não apoiam efetivamente a causa palestina, inclusive não dando direitos básicos aos refugiados como não terem direito à educação, saúde e empregos dignos, sem ao menos a documentação se tornando apátridas e negociando com Israel.

4. A crise de direção no Oriente Médio e a resistência popular

Os convidados refletem sobre a crise de liderança na região, que dificulta a unificação dos povos árabes e palestinos em torno da resistência. A falta de apoio dos governos locais aos refugiados palestinos que vivem em condições precárias, sem documentação, saúde ou educação é destacada como um problema grave que enfraquece a luta. É ressaltada a importância da autodeterminação e da organização popular para superar essa crise, mostrando que a resistência não deve se restringir apenas a grupos políticos, mas envolver amplamente as massas. A luta é vista como internacionalista, pois a opressão palestina é parte de um projeto maior de dominação imperialista global.

5. A importância do apoio internacional e da mobilização popular:

Enfatizou-se a necessidade da mobilização popular internacional, principalmente via sindicatos, movimentos estudantis e populares, por meio da realização de paralisações, greves gerais e atos que pressionem governos e corporações a romperem relações com Israel, afetando sua economia e capacidade de continuar o genocídio. Criticou-se a hipocrisia do governo Lula, que reconhece o genocídio enquanto mantém acordos diplomáticos e comerciais com Israel, ajudando não só Israel com armamento bélico vendendo aço como também aumentando em até 51% a venda de combustível para o enclave sionista mostrando que as mãos de Lula estão sujas de sangue inocente palestino. Cumpre ressaltar que nesse momento a live caiu por uma denúncia, mas o anfitrião e a convidada disseram não nos calaremos e fizeram críticas também à burocracia sindical e à passividade de muitos setores da esquerda, que temem associar-se à resistência armada ou adotam posturas pacifistas que, na prática, alimentam o massacre. A luta pela Palestina é colocada como uma causa unificadora que deve atravessar todas as lutas sociais, sejam elas de trabalhadores, movimento negro, de diversidade sexual, ambientalistas ou qualquer grupo oprimido.

6. Desmistificando narrativas e combatendo o antissemitismo:

A live dedica um momento para esclarecer que a luta contra o sionismo não é antissemitismo. Os interlocutores afirmam que os árabes também são povos semitas e que muitos judeus se opõem ao sionismo. Destacam que a oposição ao Estado de Israel enquanto entidade colonialista não significa ódio aos judeus, mas sim uma crítica à ideologia política e ao plano imperialista. Também é ressaltado que o sofrimento do povo palestino está associado a um genocídio contínuo, que ultrapassa em proporção e duração o holocausto nazista, e que a mídia muitas vezes distorce a realidade para favorecer Israel.

7. A realidade humanitária e a urgência da resistência armada:

A situação de Gaza é descrita como um verdadeiro “campo de concentração a céu aberto”, onde a população sofre com fome, falta de água, remédios e infraestrutura destruída após anos de bombardeios e bloqueios. São citadas cenas chocantes, como famílias que perdem seus membros e crianças que sobrevivem e meio à fome. Os participantes argumentaram que a passividade não salva vidas, e que a única forma de garantir a sobrevivência do povo palestino é através do armamento e da resistência ativa, mesmo que essa resistência tenha suas contradições e limitações.

8. A necessidade de uma Palestina Socialista e Internacionalista:

Defende-se um programa revolucionário para a Palestina e para o Oriente Médio, com destaque para a criação da República Socialista da Palestina que supere as divisões religiosas e étnicas, unifique os povos da região e elimine o domínio imperialista como era antes da Nakba. A militante do partido e o anfitrião defendem que a liberdade da Palestina só será possível com a socialização dos meios de produção e a derrubada dos regimes burgueses e fundamentalistas que hoje dominam a região, por isso que a bandeira Palestina Livre do Rio Jordão ao Mar Vermelho é de caráter democrático-burguês. Ressaltam que essa luta é parte integrante do combate global contra o imperialismo e o capitalismo.

9. Chamados à ação e à organização:

Os participantes fizeram um apelo para que as pessoas se envolvam em comitês de apoio à Palestina, participem de atos e pressionem sindicatos para que organizem paralisações e mobilizações efetivas. Citam o ato político no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, marcado para o dia 26 de julho, como uma oportunidade concreta para fortalecer a luta. Reforçam a importância da formação política das massas e da solidariedade internacionalista para enfrentar o genocídio em curso e construir uma frente única anti-imperialista, onde as massas não dependam dos governos. Mostraram que a questão da opressão nacional deve ser assumida como parte da luta operária.

10 Considerações Finais:

Foi abordado o livro de Abraham Leon que mostra como o sionismo promove uma lavagem cerebral nas massas judaicas desde a infância e que o próprio Abraham Leon quando estudou a história do judaísmo com base no materialismo histórico-dialético pôde compreender o sionismo como uma ideologia reacionária, o que o levou a romper com o sionismo e aderir ao marxismo-leninismo-trotskismo.

A live teve uma rica discussão, abarcando elementos históricos, políticos, geopolíticos, ideológicos e estratégias de mobilização popular. Um debate franco, crítico e comprometido com a causa palestina. O conteúdo reforça que a luta pela Palestina é uma luta de todos os povos oprimidos do mundo, e que a resistência não pode ser silenciada, nem despolitizada.

Manifestação simbólica contra a fome em Gaza

A tarefa, no entanto, é retomar o caminho das grandes manifestações de rua



Aconteceu no dia 27 uma manifestação simbólica em defesa da Palestina na Av. Paulista, em São Paulo. Ela foi preparada dias antes numa reunião da Frente Palestina São Paulo. Nesta reunião, com participação das diversas correntes políticas que compõem a frente, incluindo o PT e a CSP-Conlutas, nós do POR entrevistamos dizendo que não nos opomos à manifestação simbólica que estava sendo convocada, mas que seria necessário e urgente convocar uma nova manifestação massiva, como aquela que reuniu cerca de 30 mil pessoas em São Paulo, em junho. Expusemos que tal manifestação não teve continuidade, o que atrapalha a campanha que a Frente vem realizando em SP. Neste sentido, dissemos que é urgente chamar uma nova reunião com as grandes organizações e entidades que são capazes de movimentar uma grande massa de pessoas para as ruas, e concluímos citando nominalmente o PT, as Frentes Brasil popular e Povo sem medo, a UNE, a CUT e outras entidades. Por fim, fizemos uma crítica a bandeira de rompimento das relações do Brasil com Israel. A bandeira, que é direcionada ao governo Lula, tem sido levantada mecanicamente pelas correntes, sem perceber que já se passaram 22 meses de genocídio, enquanto o governo e o presidente Lula não passa das palavras, e segue sustentando a máquina de guerra israelense com combustível e aço, principalmente. Neste sentido dissemos que é um governo conveniente com o genocídio, o que gerou revolta em alguns governistas que participavam da reunião. O que se passa é que esses governistas estão em choque não com a política do POR, mas em choque com a realidade.

A exposição da nossa intervenção na reunião se fez necessária nesse balanço do ato para mostrar que o partido não boicota nenhuma atividade convocada pela frente, mas não abre mão de sua política classista, que defende a intervenção das massas e os métodos de ação direta na luta pela defesa do povo palestino.

A manifestação simbólica teve como eixo principal o problema da fome na Faixa de Gaza, que recentemente ganhou os mais diferentes meios de comunicação, inclusive os mais empedernidos jornais burgueses como o The Economist, ou aqui no Brasil, o Estadão. Reuniu aproximadamente 100 pessoas, que assistiram uma aula pública do Breno Altman e outras intervenções da Frente, além de panfletagem.

O POR distribuiu centenas de manifestos para aqueles que transitavam pela avenida. No texto, fizemos a denúncia do problema da fome em Gaza, além de defender a linha política que deve ser incorporada pelas massas para combater o genocídio desde o Brasil, o que inclui denunciar e pressionar o governo Lula pelo rompimento das relações e dos envios de recursos para Israel. A diferença entre nossa linha e das demais correntes nesse aspecto é que não nos limitamos aos pedidos e súplicas ao governo, mas defendemos que as massas tomem essa tarefa em suas mãos, impondo esse rompimento ao governo burguês de Lula, através das greves, dos bloqueios e das grandes manifestações.

Manifesto distribuído no ato

Israel mata os palestinos pelas bombas e pela fome

Acabar com o cerco e com o genocídio!

Que o governo Lula saia do palavreado e passe à ação! Pelo fim do fornecimento de recursos para Israel!

O cerco e estrangulamento de adversários numa guerra é uma tática antiga. O lado mais forte fecha todas as entradas e saídas do território dos combatentes mais fracos. Assim, impede a entrada de alimentos, remédios, combustível e outros suprimentos. O resultado é a morte pela fome e a desnutrição severa. É exatamente isso que Israel está fazendo com a população que vive na Faixa de Gaza. Depois de destruir sua infraestrutura, poluir sua água, acabar com suas formas de produzir seus próprios alimentos, as forças israelenses impedem que os alimentos entrem através da ajuda humanitária. Toneladas de comida e remédios estão paradas estragando nas fronteiras de Gaza sem poderem entrar.

Nesta semana, 111 organizações de ajuda humanitária publicaram um manifesto de alerta para a situação dos palestinos que chegou a níveis de miséria e fome inimagináveis. Centenas de pessoas, especialmente de crianças mais frágeis, estão morrendo devido ao cerco de Israel, sob o pretexto de combater o terrorismo. Para piorar, aqueles que buscam alimentos nos pouquíssimos postos de distribuição controlados por Israel e pelos EUA são alvejados e mortos pelos soldados sionistas. Já são aproximadamente mil pessoas mortas enquanto se amontoavam na busca de algum alimento.

Somando as mortes pela fome, doenças (remédios também são impedidos de entrar em Gaza) e pelos bombardeios, já são mais de 60 mil palestinos assassinados desde outubro de 2023. Muitos corpos sequer foram encontrados e permanecem embaixo dos escombros. Algumas pesquisas apontam até 100 mil mortos. Essa situação mostra até que ponto pode chegar a barbárie capitalista.

O modo de produção capitalista tem em sua base a propriedade privada e a exploração do trabalho da imensa maioria por uma minoria rica e poderosa, a burguesia. Além disso, no capitalismo da fase imperialista, uma pequena quantidade de países ricos e exploradores controla a grande maioria dos países atrasados economicamente. Este é o fundamento do que está acontecendo na Faixa de Gaza. Na busca pelo controle do território palestino e das ricas fontes de matérias-primas, Israel, com o apoio total dos EUA e da convivência do imperialismo europeu, busca anexar a Faixa de Gaza e a Cisjordânia e expulsar o que resta de sua população (a maior parte dela já se encontra fora da Palestina na condição de refugiada).

O que fazer?

O Brasil está muito longe da Palestina. Isso gera a impressão de que não podemos fazer nada, a não ser assistir os horrores que são transmitidos pela TV e internet. Essa ideia está errada! Quando a África do Sul passou por um longo regime de apartheid e violência sobre os negros daquele país, os povos do mundo todo se organizaram e lutaram desde seus próprios países, fizeram greves, manifestações, impediram o envio de suprimentos e forçaram seus próprios governos a cortar as relações diplomáticas e econômicas com o país que praticava a violência. É o que devemos fazer no caso da Palestina.



O governo brasileiro, sob o comando de Lula, emitiu uma declaração recente condenando o genocídio na Palestina. Lula fez algumas declarações no mesmo sentido. Agora, aderiu à ação da África do Sul no Tribunal Internacional contra Israel, mas segue como cúmplice do genocídio na prática. Isso porque não rompeu as relações econômicas e continua fornecendo combustível para a máquina de guerra israelense. Para acabar com o holocausto palestino, é preciso mais que palavras!

Por isso, nós do Partido Operário Revolucionário dizemos que não se trata de pedir para que Lula rompa as relações. É preciso impor à burguesia brasileira e ao governo o rompimento, o que só pode acontecer se os movimentos, sindicatos, entidades estudantis abandonarem sua política colaboracionista que se contrapõe à luta de classes e protege o governo Lula. É preciso romper o colaboracionismo pró-capitalista e organizar os trabalhadores e estudantes para impedir que o Brasil siga alimentando a matança em Gaza.

Neste momento, o Brasil está sob a ofensiva direta dos EUA com o tarifação de Trump. Trata-se de um verdadeiro ataque à soberania nacional. A resposta deve passar pelo mesmo caminho, organizar a luta a partir das organizações de classe dos trabalha-

dores. Por isso, a luta contra Trump e pelo fim do genocídio em Gaza deve estar vinculada. São duas frentes da mesma luta anti-imperialista.

Cada trabalhador e estudante consciente deve pressionar seu sindicato e sua entidade estudantil para organizar a luta contra o imperialismo, através da formação de comitês anti-imperialistas nas escolas, universidades e locais de trabalho. A luta contra o genocídio do povo palestino é parte da luta mais geral pelo fim do capitalismo e pela construção do socialismo!

Pelo fim imediato do cerco de Israel à Faixa de Gaza!

Que o governo Lula deixe de hipocrisia e interrompa imediatamente o envio de combustível e outros recursos para o Estado genocida de Israel!

Por uma frente única anti-imperialista para combater o genocídio dos palestinos e o ataque dos EUA ao Brasil!

Por uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

Viva a luta dos povos oprimidos em todo o mundo!

Argentina

Só podemos acabar com Milei, com sua política entreguista e com a destruição de direitos, por meio dos métodos, da organização e da política da classe operária

A crise econômica se aprofunda. Não há sinais do fim da recessão provocada. O consumo continua caindo. O poder aquisitivo da população continua diminuindo, porque seu rendimento é ajustado para abaixo da inflação real, e continua perdendo o poder de compra. As demissões de trabalhadores continuam, já existem centenas de milhares de novos desempregados. As tarifas continuam aumentando e consomem uma parcela maior dos salários. A taxa de inflação caiu, mas o dinheiro não é suficiente para comprar o essencial. O governo retira os subsídios dos mais necessitados. A pobreza está crescendo. A situação tornou-se insuportável.

O governo não acumula reservas. As importações estão crescendo. Fábricas locais fecham. A balança comercial será negativa. O endividamento do país cresce. O superávit orçamentário é uma mentira, não contabilizam os juros de cada mês. Os especuladores financeiros internacionais já instruíram a cair fora do peso e migrar para o dólar. O preço do dólar sobe e se afasta sem retorno ao piso que Milei buscava. Aumentam drasticamente as taxas de juros em pesos, para tentar impedir que se demandem dólares. A bicicleta financeira acabou por enquanto. O investimento estrangeiro direto é negativo. Os estrangeiros não só não investem, como se retiram, apesar de todas as vantagens que lhes são oferecidas. As privatizações não avançam. A temporada de exportação agrícola acabou. O “risco-país” está aumentando, impossibilitando o refinanciamento de dívidas ou a contração de novas dívidas no exterior. Se o preço do dólar subir, isso afetará negativamente os preços internos. O “modelo” Milei voltou a falhar como nos tempos em que foi aplicado anteriormente, provocando uma maior reprimarização do país. Ganham os especuladores financeiros mais poderosos. Ganham as grandes empresas monopolistas, para as quais liberaram preços e tarifas e levantaram todos os tipos de restrições e regulamentações.

É nesse contexto que ocorre um confronto com os governadores. Todos reclamam das dívidas do governo que não lhes transfere o que lhes corresponde por Lei. Exigem obras públicas. Reclamam da retenção ilegal do imposto sobre o combustível, que deveria ser usado para a manutenção das estradas. Os governadores não lhes garantem mais votos no Congresso, como fizeram no ano passado e lhes fazem sentir sua minoria. O poder de extorsão do governo nacional ficou limitado. Teve de suspender sua viagem a Tucumán em 9 de julho devido à ausência maciça de governadores. Nesse contexto, há o choque entre

setores do mesmo governo pelas candidaturas e pelo controle do governo. Aparecem todos os tipos de denúncias de corrupção que afetam diferentes setores do governo e aliados. O confronto entre Milei e sua vice-presidente Villarruel se aprofunda. Os militares continuam se recusando a se envolver na repressão interna. Denunciaram as condições da compra da aeronave F16. O governo aposta num evento político em Córdoba nos próximos dias para dar um sinal de força e unidade.

O país aparece mais submetido que nunca aos ditames do imperialismo, ao programa do FMI, que controla detalhadamente os passos do governo e manipula o sistema de justiça e a imprensa. Milei se une abertamente ao genocídio do povo palestino e à guerra contra o Irã, como se fossem suas próprias políticas. Está mais exposto ao caos imposto pelos Estados Unidos, que finge ser o dono e senhor de nossos países.

Nesse contexto, o tempo todo há mobilizações e cortes dos setores que resistem às demissões, que exigem salários ou orçamentos. A paralisa da CGT é mais visível, pois não quer coordenar as lutas, não quer lutar por salários e aposentadorias, não quer lutar por empregos. Alguns sindicatos estão começando a se destravar e se juntar às mobilizações, a coordenar ações. Os resultados eleitorais das últimas eleições mostram um absentismo histórico, expressando perda de ilusões no governo e também na oposição.

Devemos tornar consciente todo esse processo para nos prepararmos para a explosão da crise, chamando a pôr fim a essa política antinacional e destrutiva com os métodos e políticas da classe operária. Não é possível reativar a economia, criar centenas de milhares de empregos, recuperar obras públicas, abrir fábricas, obter o orçamento necessário para educação, saúde e habitação, se não acabarmos com o FMI e seu programa, se não desconhecermos toda a dívida e recuperarmos todas as empresas privatizadas para o Estado e todos os recursos, se não nacionalizarmos o comércio exterior e o sistema bancário. Existem dólares! Há dinheiro! Estão nas mãos de um punhado de grandes capitalistas que são os donos do país. É com eles que devemos terminar. A oposição que afirma querer derrotar Milei não fala e não pode falar sobre isso. A classe operária, sua vanguarda, deve debater como acabar com as políticas miseráveis da burguesia e se preparar para impor sua própria política.

(Extraído do Jornal Massas, nº 484, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

O mês de junho se encerra com ato oficialista chamado de “primárias do pacto Unidade por Chile”

Os resultados gerais mostraram a quantidade miserável de votos com a qual o governo de Gabriel Boric se despede. A sábia intuição do povo do Chile foi demonstrada no ato eleitoral recentemente concluído. Há muito tempo, nos círculos que reúnem as vítimas do sistema vigente, sejam sindicatos, centros de mães, aposentados, ou seja, os pobres e miseráveis que são a maioria nacional, sente-se o mal-estar e não é só entre eles, pois os efeitos de suas políticas são generalizados. O mal-estar se deve a vários motivos: baixos salários; agressões sexuais contra crianças e mulheres; maus-tratos por parte de seus chefes, colegas, policiais e militares; destruição da educação e da saúde e cortes no orçamento do Estado.

A razão disso é conhecida. É porque a riqueza mineira foi desperdiçada pelas políticas impostas pelo imperialismo e defendida pela política burguesa. Porque a burguesia parasitária se submete às migalhas que recebe das multinacionais. Em contrapartida, os oprimidos, lutando por suas reivindicações, recorrem a constantes paralisações. A classe operária, apesar do desânimo que a angustia, encontra forças para resistir e tentar mostrar solidariedade com os palestinos da Faixa de Gaza, mesmo deixando de lado seus interesses pessoais e familiares, como na greve no porto de Antofagasta. Os trabalhadores portuários, solidários e consequentes, num esforço malsucedido arriscaram seus empregos recusando-se a embarcar armas para Israel. O paradoxo da situação reside no fato de que os estados do Chile e da Argentina continuam a se abastecer de armas israelenses, submetidos ao império norte-americano e ao sionismo. O estado chileno continua cumprindo tratados impostos pela legalidade burguesa com o mequetrefe Milei. A “Câmara dos Deputados rejeitou o projeto de resolução, apresentado por 10 deputados, que solicitavam à presidência de Gabriel Boric que ordenasse a suspensão imediata da compra de armas” do sionismo genocida de Israel.

As primárias da lista oficialista, unidade por Chile

A rejeição do ato eleitoral continua a crescer, demonstrando que a maioria dos cidadãos do país perdeu absolutamente a confiança no Estado e nos seus representantes políticos, recusando-se a dar o seu voto a personagens sempre a serviço das classes dominantes e do decadente e parasitário capital financeiro internacional. Nestas primárias eleitorais, qualquer pessoa que quisesse podia votar, mesmo os migrantes estrangeiros. Os votos do Pacto de Unidade por Chile nas primárias de 2025 foi muito menor do que o da Chile Vamos-Apruebo Dignidad em 2021.

Participação nas eleições

	2025	2021
Habilitado	1.5499.071	1.4693.433
Votar	1.420.435	3.141.404

Votos válidos 1.372.702, votos em branco 13.947, nulos 33.786. Dos quais Jeannette Jara obteve 825.835 votos, ou seja, 60,16%.

O candidato que se autoproclamou sucessor de Boric, acreditando que imitaria as primárias de 2021, não considerou que o boricismo está em total declínio perante a classe operária e as massas mais miseráveis da população, que hoje o rejeitam e que votaram nele na eleição para presidente, porque ele os decepcionou, e decepcionou a todo o país.

Era evidente que conseguiria apenas uma votação miserável, chegando a míseros 9,02% Os votos que Boric obteve no passado foram transferidos para Jeannette Jara, militante do Partido Comunista do Chile (PCC), da ala social-democrata. Essas primárias foram surpreendentes para o PCC pelo número de votos que recebeu. O que não foi surpreendente é que cinco das comunas, com a maior concentração pequeno-burguesa, votaram no socialismo democrático de Carolina Tohá. [...] A burguesia nacional e o imperialismo têm plena confiança nos serviços que lhes são prestados pelo estalinismo há mais de cem anos. Conhecem plenamente a sua vocação de se pôr a serviço do capitalismo mundial, pelo fato de ser uma fraude sua declaração de marxista-leninista. A sua verdadeira face não tem como ser ocultada pela máscara que o estalinismo procura se disfarçar: o PCC se posta a serviço da ordem burguesa na sua fase neoliberal.

A atual candidata tem sido uma fiel servidora do regime político burguês, atuou no governo de Michele Bachelet, onde adquiriu a habilidade política que fez o atual governo nomeá-la, desde 11 de março de 2022, Ministra do Trabalho e Bem-Estar Social. Segundo o reformismo, sua “brilhante participação” lhe possibilitou influenciar as reformas trabalhistas para reduzir a jornada de trabalho para 40 horas. Não conseguem enxergar que no momento existe uma alta taxa de desemprego que aumenta a miséria, da mesma forma que o assédio no local de trabalho, uma reforma previdenciária que não beneficia em nada os trabalhadores, deixando as AFPs intactas e os aposentados continuam recebendo pensões miseráveis.

O governo de Gabriel Boric mostra seu servilismo ao investidor estrangeiro do capital financeiro multinacional, que tem mantido o esmagamento das forças produtivas e que nunca permitirá o desenvolvimento produtivo do país. O marxismo ensina que o desenvolvimento das forças produtivas constitui a base do processo sócio-histórico que, por sua vez, é determinado pelo desenvolvimento da divisão do trabalho e pela formação de funções sociais especializadas, essas forças produtivas no regime político burguês são propriedade de uma classe minoritária, que domina e esmaga os trabalhadores e submete toda a nação ao imperialismo.

[...] O Chile é um país de capitalismo atrasado, como todos os da América Latina, em que a burguesia sustenta a igualdade de uma pseudodemocracia, inspirada na liberdade de escolha entre políticos sujeitos à legalidade do regime que a burguesia impõe a toda a nação, protegida pelo exército e a polícia. Toda a ordem burguesa se expressa numa Constituição Política que submete toda a nação para manter a propriedade privada dos meios de produção. Nenhum governo ou governante eleito neste regime político será capaz de aliviar a injustiça contra a classe operária e a nação oprimida. Só há um caminho: a revolução proletária e a ditadura do proletariado.

O governo de Gabriel Boric prometeu tirar o país do atraso e da miséria decorrente do desemprego, dos baixos salários. Prometeu recuperar o cobre para o país, manter “o lítio como novo ingresso do Chile”. Uma farsa vulgar porque o país continua a ser submetido ao atraso e à marginalização. Fabricar projetos governamentais, como foi a “Lei do Alvará”, é uma de suas prioridades para ativar a economia e que consiste em uma iniciativa que promoveria o “crescimento econômico” e o “investimento” por meio da simplificação, ou seja, da redução de procedimentos e da redução de obstáculos burocráticos, associados à obtenção de licenças para projetos de mineração no país - do cobre, lítio e outros. “Sem descuidar da proteção do meio ambiente e outros aspectos relevantes.” Sabemos que a mineração deixa resíduos que precisam de cem anos para reparar os danos causados.

A extrema direita UDI e RN, os fascistas Kast e Kaiser acusam Jeannette Jara de ser marxista-leninista. Ela é antimarxista- antileninista, ela representa o partido estalinista contrarrevolucionário, transformado em um partido burguês que até abandonou o programa stalinista, para representar os miseráveis chilenos no parlamento burguês e se submeter a ele como uma vulgar traidora da classe operária e de toda a nação oprimida. Nas próximas eleições, manteremos nossa bandeira:

Voto nulo

Construir o partido operário revolucionário

Destruir o capitalismo bárbaro e cruel imperialista

Em defesa da frente revolucionária anti-imperialista

Pela revolução e ditadura proletárias

Pela reconstrução do partido mundial da revolução socialista mundial, a quarta internacional

Viva o internacionalismo proletário

Pelos estados unidos socialistas da América Latina

(Extraído do Jornal Luta Operária, órgão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário no Chile)



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No Jornal Massas 743, introduzimos o estudo sobre a Plataforma da Oposição de Esquerda sintetizando a sua origem e os fundamentos gerais da luta contra a burocratização do Partido Comunista e o revisionismo estalinista que dava seus primeiros passos. No Massas 744, tratamos dos capítulos “A situação da classe operária e os sindicatos” e “A questão agrária e a construção socialista”. Agora, faremos a exposição do capítulo V “A indústria do Estado e a edificação do socialismo”.

“A indústria do Estado e a edificação do socialismo”

No capítulo sobre as posições preliminares da Plataforma da Oposição de Esquerda Unificada se coloca a importância decisiva para a consolidação da revolução o desenvolvimento industrial como carro-chefe da economia de transição do capitalismo ao socialismo. A persistência de relações capitalistas de produção havia de ser tratada pelo Estado Operário como um terreno em que se poderia fortalecer os elementos capitalistas.

A Plataforma refere-se à questão de “Quem derrota quem?” A resposta geral se encontrava na “luta contínua de classes colocada em todos os setores da vida econômica, política e cultura, luta colocada no sentido de uma trajetória socialista ou capitalista, pela distribuição da renda nacional segundo uma das trajetórias, por um sólido poder político do proletariado ou uma divisão desse poder com a nova burguesia”. Nessa compreensão, se encontram os germes da restauração capitalista, ou seja, de uma “nova burguesia”. O desenvolvimento da indústria, sob o controle da classe operária, se erguia objetivamente como condição para enfrentar uma “diferenciação de classe no campo e em uma multiplicação dos capitalistas privados na cidade”.

É nessa relação que se observava a presença de uma “nova burguesia”. No momento em que se enfrentava a Oposição de Esquerda e o oficialismo estalinista, os indicadores apontavam que “a produção das indústrias que não pertencem ao Estado constitui mais de uma quinta parte da produção total de produtos e aproximadamente quarenta por cento das mercadorias do mercado geral”. Observava-se, também, que a “disparidade dos preços agrícolas e industriais havia aumentado durante os últimos dezoito meses” o que fortalecia os camponeses ricos e enfraquecia as massas camponesas pobres.

Referindo-se ao período da Nova Política Econômica (NEP), a Plataforma reconhece nas palavras de Lênin os perigos que a revolução corria se se continuasse o favorecimento econômico dos camponeses ricos. Eis: “Enquanto continuarmos sendo um país de pequenos camponeses, a Rússia oferecerá uma base mais sólida para o capitalismo que para o comunismo. Não devemos esquecer disso (...). Não temos arrancado a raiz do capitalismo nem minado as bases do inimigo interior”.

A conclusão desses preliminares se resume na seguinte passagem, que consta em uma resolução do II Congresso da III Internacional, assumida pela Oposição de Esquerda: “Somente poderemos considerar garantida a vitória do socialismo sobre o capitalismo e sua durabilidade quando o poder do Estado proletário, depois de ter suprimido definitivamente a resistência dos exploradores e de ter assegurado a completa submissão destes e de sua própria solidez, reorganize toda a indústria sobre a base da produção coletiva em grande escala e da técnica mais moderna (...). Somente assim se tornará possível que as cidades prestem ao campo atrasado e indistintamente a ajuda radical técnica e social que crie a base material para um incremento enorme da produtividade do trabalho agrícola e rural, impulsionando os pequenos proprietários com o exemplo e por seu próprio interesse a passar a uma agricultura coletiva em grande escala sobre a base da maquinaria”.

Esse fundamento é desenvolvido no V capítulo, onde se expressa a discussão sobre o ritmo do desenvolvimento da indústria. Destacam-se os seguintes pressupostos: “A condição básica para um desenvolvimento socialista na presente fase inicial e na situação histórica dada – cerco capitalista e atraso da revolução mundial – é que a industrialização seja suficientemente rápida para garantir no futuro próximo a solução (...) dos seguintes problemas: 1) a posição material do proletariado do país deve ser fortalecida (...); 2) a atividade da indústria, do transporte e das centrais elétricas deve desenvolver-se (...); 3) a agricultura deve encontrar um meio de passar gradualmente a uma base técnica mais elevada e garantir às indústrias uma fonte crescente de matérias-primas; 4) na questão do desenvolvimento das forças produtivas – da técnica e da melhoria das condições materiais da classe operária e das massas trabalhadoras –, a União Soviética não deve permanecer atrás dos países capitalistas, mas deve ultrapassá-los

em um futuro próximo; 5) a industrialização deve ser suficiente para garantir a defesa do país, e, em particular, um desenvolvimento adequado da indústria militar; 6) os fatores socialistas, cooperativistas e estatais devem aumentar sistematicamente, anulando, subordinando e transformando os fatores econômicos pré-socialistas (capitalistas e pré-capitalistas)”.

Tais diretrizes respondiam à discussão do Plano Quinquenal da Comissão do Plano de Estado (1926-1927 a 1930-1931). Em sua essência estava a avaliação de que “o ritmo inadequado do desenvolvimento da indústria conduz, por sua vez, a um atraso do desenvolvimento da agricultura. Ao mesmo tempo, não é possível a industrialização sem um aumento decisivo das forças produtivas da agricultura e da quantidade de mercadoria produzida”.

No plano mais geral, estava posta a questão da relação entre a economia soviética e a economia capitalista internacional. Observa-se a importância estratégica desse conflito por se tratar de um questionamento e resposta à tese do socialismo em um só país e da crítica à aberração montada por Bukharin sobre a possibilidade de desenvolver o socialismo nos marcos nacionais ainda que fosse a “passo de tartaruga”. Eis a afirmação da Plataforma: “Na longa luta que nos aguarda entre dois sistemas sociais irreconciliavelmente hostis – o capitalismo e o socialismo –, o resultado será decidido em última instância pela produtividade relativa do trabalho sob cada um de ambos sistemas. E isso se medirá no mercado pela relação existente entre nossos preços domésticos e os preços mundiais. Este fato fundamental é justamente o que Lênin levava em conta quando em um de seus últimos discursos prevenia o partido da iminente ‘prova a qual haveria de submeter-se o mercado russo e o mercado internacional perante o qual nos achamos subordinados, com o qual nos encontramos ligados e do qual não podemos desprender-nos’”. (...)

“Não podemos isolar-nos do cerco capitalista valendo-se de uma economia nacional exclusiva. Precisamente devido ao exclusivismo, semelhante economia se veria obrigada a caminhar a um passo extremamente lento, e, conseqüentemente, tropeçaria em uma pressão, não enfraquecida, mas fortalecida, não já dos exércitos e das esquadras capitalistas (intervenção), mas sobretudo da concorrência capitalista comercial”. (...)

“O monopólio do comércio exterior é uma arma necessária para a vida de um esforço socialista, quando os países capitalistas possuem uma técnica superior. A economia socialista, atualmente em construção, só pode defender esse monopólio se se aproxima continuamente da economia mundial no que diz respeito à técnica, ao custo da produção, à qualidade e ao preço de seus produtos. O objetivo a ser perseguido pela direção econômica não é uma economia herméctica que base a si mesma à custa de uma redução inevitável de seu nível e seu ritmo progressivo, mas sim precisamente o contrário: um aumento geral de nossa importância relativa no sistema mundial, o qual será alcançado aumentando ao máximo a nossa marcha”. (...)

“Nenhuma política doméstica pode nos livrar por si só do perigo econômico, político e militar do cerco capitalista. O problema interno reside em fortalecer-nos com uma política de classe adequada para estabelecer a devida correlação entre a classe operária e o campesinato, procurando avançar o máximo possível no caminho da construção socialista. Os recursos interiores da União Soviética são enormes e fazem com que isso seja completamente possível. Utilizando o mercado capitalista mundial para esse objetivo, ligamos nossos cálculos históricos fundamentais ao futuro desenvolvimento da revolução proletária mundial”.

No terreno desses fundamentos econômico e históricos gerais, a Plataforma desce às particularidades sobre importação e exportação, distribuição da renda nacional, orçamento, sistema tributário etc. Conclui pela rejeição do “Plano Quinquenal da Comissão do Plano do Estado”.

(As citações foram extraídas “A situação na Rússia depois da revolução”, Trotsky, Distribuidora Baires S.A.L, Buenos Aires, 1973)